



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**GUILHERME BRAUNSPERGER DE LIMA VIEIRA**

**A HISTÓRIA DO BRASIL DE ROCHA POMBO: A UTILIZAÇÃO DO HERÓI E DAS  
OBRAS DE MEMÓRIA NA CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL**

**FLORIANÓPOLIS  
2014**

GUILHERME BRAUNSPERGER DE LIMA VIEIRA

A HISTÓRIA DO BRASIL DE ROCHA POMBO: A UTILIZAÇÃO DO HERÓI E DAS  
OBRAS DE MEMÓRIA NA CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso  
Apresentado ao Curso de Graduação em  
História como requisito parcial à obtenção  
do título de Licenciado e Bacharel em  
História da Universidade Federal de Santa  
Catarina. Sob a orientação do Professor  
Doutor Elison Antonio Paim.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, na sala trezentos e quinze do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Elison Antonio Paim**, Orientador e Presidente, Professora **Cristiani Bereta da Silva**, Titular da Banca e a Professora **Claricia Otto**, Suplente, designados pela Portaria nº 16/TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Guilherme Braunsperger de Lima Vieira**, subordinado ao título: "A História do Brasil de Rocha Pombo: a utilização do herói e das obras de memória na criação de uma identidade nacional". Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi argüido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor **Elison Antonio Paim** a nota final 8,5, da Professora **Cristiani Bereta da Silva** a nota final 8,5 e da Professora **Claricia Otto** a nota final 8,5, sendo aprovado com a nota final 8,5. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia 25 de julho de 2014. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Florianópolis, 17 de julho de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. **Elison Antonio Paim**

Prof.a **Cristiani Bereta da Silva**

Profa **Claricia Otto**

Candidato **Guilherme Braunsperger de Lima Vieira**





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Guilherme Braunsperger de Lima Vieira ,  
matricula n.º 09265021, entregou a versão final de seu TCC cujo título é A História  
do Brasil de Rocha Pombo: A Utilização do Herói e das Obras de Memória na  
criação de uma Identidade Nacional, com as devidas correções sugeridas pela  
banca de defesa.

Florianópolis, 24 de Julho de 2014.

Orientador(a): Elison Antonio Paim

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Sônia e Guilherme por serem ao longo de meus 25 anos de vida um exemplo de dedicação e de perseverança.

A minha namorada Carla, por ter me dado fundamental apoio quando ao longo da escrita deste trabalho me vi desmotivado e sem ânimo para continuar, estando sempre ao meu lado, não me deixando abater pelos tropeços que a vida me impôs.

A minha irmã Cecilia, e aos amigos de infância que a vida tornou irmãos, Vinicius, Igor, Marcel, Yukatan, Matheus e Matheus, por estarem ao meu lado nos bons e maus momentos, sendo aqueles os quais o ombro amigo sempre se fez presente, mesmo por vezes estando à distância.

Ao professor Dr. Marcio Voigt pelo incentivo inicial para a produção deste trabalho, e a professora Dra. Andrea Delgado por guiar os primeiros passos para a pesquisa com obras didáticas. A amiga Lara Beck, que me emprestou seus volumes do Rocha Pombo para digitalizar, tendo em vista que meus volumes estão muito deteriorados pelo tempo. A amiga Sandra Carrieri, por ter me presenteado com a oportunidade que me levaria à certeza de querer como profissão ser professor.

A toda equipe PIBID História UFSC, amigos que ao longo de dois anos de trabalho ganharam meu respeito e admiração.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso de graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) destinou-se a análise bibliográfica da trajetória historiográfica que levou Francisco da Rocha Pombo à construção da História do Brasil, contida no livro didático “História do Brasil”, da editora W.M Jackson Inc. de 1947. O autor aborda de maneira totalizante os caminhos do Brasil desde o seu descobrimento pelos portugueses, até o advento da República. Os caminhos da construção de instituições de legitimação intelectual, como Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) para a formação de uma história com a finalidade da integração nacional; para a construção de um sentimento de pertencimento e patriotismo próprios a estados europeus, principalmente o francês; a manutenção destas instituições mesmo após a queda da monarquia e ascensão republicana; como os conhecimentos produzidos por elas influenciaram a escritas de livros didáticos e a produção pedagógica do período. Aprofundamento na utilização das obras de memória encomendadas a pintores de grande prestígio do período para a criação da imagética referentes a fatos descritos por textos historiográficos em um modelo linear de criação de memória coletiva patriótica. Como isto foi sendo incorporado a um plano educacional institucionalizado tanto pela monarquia quanto pela república.

Palavras Chave: Livro didático; Escrita da história; História do Brasil; Rocha Pombo .

## ABSTRACT

The writing of the time goes through the formation of speech contained in their programs; the textbook has historically been used as a weapon to create a historical and indemnity imagery. This conclusion work of the undergraduate degree in History at the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) consists in a bibliographic analysis about the historiographical trajectory that led Francisco da Rocha Pombo to the construction of Brazil's history contained in the textbook "História do Brasil"(1947). The author discusses the overall trajectory of the country, since the arrival of the Portuguese until the advent of the republic. The processes of building intellectual legitimization institutions such as the Brazilian Geographic and Historical Institute (IHGB) and Imperial Academy of Fine Arts (AIBA) to form a History for the purpose of national integration; to build a sense of belonging and patriotism, characteristic of European states, mostly in France; the maintenance of these institutions even after the fall of the monarchy and Republican ascendancy; how the knowledge produced by them had influenced the writing of textbooks and the pedagogical production in that period. This paper discusses the depth of use of works based in memory ordered from prestigious painters of the period for the creation of the imagery related to occurrences described in historiographical texts in a linear model of creating patriotic collective memory. In addition, points out how these issues were being incorporated into an educational plan institutionalized by both the monarchy as the republic.

Key words: Textbooks; Writing of history; History of Brazil; Rocha Pombo .



## SUMÁRIO

Lista de Siglas .....	IX
Lista de Ilustrações .....	X
1. INTRODUÇÃO .....	12
2. CAPÍTULO I – Antecedentes da escrita de Rocha Pombo .....	15
2.1. – Caminhos da construção da história do Brasil durante o Império (1822 - 1889) .....	15
2.1.1. – IHGB e a criação do modelo histórico do Brasil .....	15
2.1.2 – Artes e a construção da história nacional .....	22
2.1.3. – Função do livro didático na disciplina de história .....	26
2.2. – Modernização da História no Brasil, e a identidade nacional: A mudança ideológica do século XIX para o século XX.....	29
2.2.1. – A Intelectualidade e as ideias Republicanas no final do século XIX (1870 a 1900)...	30
2.2.2. – IHGB e a História nacional na Primeira República (1889 a 1930).....	33
2.2.3. – Educação para a construção de uma identidade nacional.....	35
3. CAPÍTULO II – A obra didática História do Brasil de José Francisco da Rocha Pombo..	40
3.1 – Os Volumes de História do Brasil de Rocha Pombo .....	41
3.1.1. – Volume I: O descobrimento e a colonização.....	44
3.1.2. – Volume II: O regime Colonial .....	50
3.1.3. – Volume III: A formação do espírito da pátria .....	56
3.1.4. – Volume IV: A independência .....	66
3.1.5. - Volume V: A república .....	73
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	81
5. BIBLIOGRAFIA .....	83
6. ANEXOS	
6.1. – Anexo 1: Membros da Academia Brasileira de Letras.....	86
6.2. – Anexo 2: Índice de imagens da obra História do Brasil de Rocha Pombo.....	97

## **Lista de Siglas**

- **AIBA** Academia Imperial de Belas Artes
- **CFH** Centro de Filosofia e Ciências Humanas
- **IHGB** Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
- **SAIN** Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
- **UFSC** Universidade Federal de Santa Catarina

### Lista de Ilustrações

- Figura 1** – MEIRELLES, Victor. Combate Naval do Riachuelo , ultimo quartel do século XIX. Óleo sobre tela, 4,00m x 8,00. Acervo: Museu Histórico Nacional/IBRAM/Ministério da Cultura 24
- Figura 2** – MEIRELLES, Victor. Passagem do Humaitá, ultimo quartel do século XIX. Óleo sobre tela, 2,68 m X 4,35 m. Acervo: Museu Histórico Nacional /IBRAM/ Ministério da Cultura 25
- Figura 3** – Imagem dos cinco volumes da obra de ROCHA, Pombo. **História do Brasil**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 40
- Figura 4** – Imagem da contra capa da obra de ROCHA, Pombo. **História do Brasil: Volume I, O descobrimento e a colonização**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 42
- Figura 5** – Imagem da página 15 da obra de ROCHA, Pombo. **História do Brasil: Volume I, O descobrimento e a colonização**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 43
- Figura 6** – Imagem do Índice de gravuras da obra de ROCHA, Pombo. **História do Brasil: Volume I, O descobrimento e a colonização**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 44
- Figura 7** – Imagem capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil: Volume I, O descobrimento e a colonização**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 45
- Figura 8** – Imagem da página 15, do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil: Volume I, O descobrimento e a colonização**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 46
- Figura 9** – Imagem da capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil: Volume II, O Regime colonial**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 51
- Figura 10** – Imagem da contra capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil: Volume II, O Regime colonial**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 52
- Figura 11** – Imagem da capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil: Volume III, A formação do espírito da pátria**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 57



**Figura 12** – Imagem da contra capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil:** Volume III, *A formação do espírito da pátria*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 58

**Figura 13** – Imagem da capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil:** Volume IV, *A independência*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 67

**Figura 14** – Imagem da contra capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil:** Volume IV, *A independência*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 68

**Figura 15** – Imagem da capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil:** Volume V, *A república*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 73

**Figura 16** – Imagem da contra capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil:** Volume V, *A república*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 74

**Figura 17** – Imagem da página 174, do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil:** Volume V, *A república*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 76

**Figura 18** – Imagem da página 206, do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil:** Volume V, *A república*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 77

**Figura 19** – Imagem da página 222, do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil:** Volume V, *A república*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947 Acervo do autor 77

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa questionar a história do ensino de História a partir do livro didático “História do Brasil”, escrito por Rocha Pombo. Este livro foi utilizado durante várias décadas do início do século XX, no período inicial da república brasileira, envolvida em um passado sólido de colonização lusitana em terras férteis e ricas. Rocha Pombo, um intelectual engajado na política de sua época, formado na Academia de Direito do Rio de Janeiro, é consagrado no Paraná (seu estado) como um dos maiores escritores locais, recebendo várias homenagens, tendo sido eleito para a Academia Brasileira de Letras em 16 de março de 1933 para ocupar a cadeira 39, mas falecendo antes de ser empossado.

A escrita da história no período era vista dentro dos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituto que sofreu alterações em sua estrutura quando a monarquia se tornou república, esta escrita contida no trabalho de Karl Friederich Phillipe Von Martius referente à como se deve escrever a história do Brasil escrito em 1844. Martius traçou um modelo que deveria abranger todo o território nacional sendo formado o material para que fosse escrita a história do Brasil.

Este período e seu contexto problematizado por, Manoel Luís Salgado Guimarães em seu famoso artigo “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, “garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações...” (GUIMARÃES, 1988, p.6), trazendo a tona o projeto de escrita da história nacional visando à formação da identidade nacional sob um viés militar, e uma história linear em que conflitos internos foram abafados e reduzidos em nome de uma alinhada ao projeto político, monárquico constitucional durante a monarquia, ou Republicano patriótico na república. A estreita relação entre o IHGB e o Institut Historique de Paris também foi levantada pelo autor, reforçando assim o seu argumento da influência iluminista europeia na historiografia nacional brasileira.

Estas questões se entrelaçam as questões didáticas referentes aos livros didáticos. Quando pensamos no modelo educacional apresentado no Brasil, abordado por Circe Bittencourt em seu livro “Livro didático e saber escolar (1819-1910)” no qual afirma que os livros principalmente franceses eram traduzidos para atender as demandas educacionais do país. Assim, “Os tradutores de obras didáticas, geralmente adaptavam com bastante liberdade, os textos aos programas escolares nacionais, acrescentando ou retirando capítulos. (BITTENCOURT, 2008, p.123)”.

Tentarei ao longo deste trabalho traçar paralelos entre as escritas historiográficas do período (1889 e 1920) e a obra didática de Rocha Pombo, combatendo em meu trabalho o

anacronismo comumente vinculado ao início da produção historiográfica no Brasil da diferenciação dos pesquisadores que se destinavam a escrever a história nacional e os que se destinavam a escrever livros didáticos. Para tanto me sustentarei na obra de Ângela de Castro Gomes quanto a produção do IHGB no período.

As questões que sustentam a investigação: qual a importância do livro didático para a sociedade brasileira no período entre 1850 a 1920? A quem se destinava a história que Rocha Pombo escrevia? A qual modelo educacional o Brasil tentou se aproximar quando implementa seu modelo de educação? Quando enumeramos estas perguntas, chegamos à questão de formação da identidade nacional, e os caminhos que a disciplina de história percorreu em sua trajetória de constituição no Brasil.

Pretendo problematizar as transformações pelas quais passava a educação do Brasil no início da sua era Republicana, que levaram o Estado brasileiro a consagrar uma história oficial, retratada na obra de Rocha Pombo ao escrever o livro “História do Brasil”, as utilizações e a importância das imagens vinculadas a obra para a formação desta história oficial.

A escolha deste tema se dá por motivos variados que convergiram para a presente ideia de trabalho. Sendo um apaixonado por leitura, principalmente se tratando de temas de História, sempre guiado pela curiosidade, me causou estranheza no início da graduação nessa ciência, as diferenças entre minhas leituras antes de ingressar na academia, leituras pautadas por temas específicos, marcos e heróis, e após o início do curso, em que as leituras seguem um caráter científico e cultural, atendendo a um método científico histórico. Essas leituras me fizeram refletir quanto aos motivos que levavam a essa diferença, e os porquês desta história estar tão disseminada na literatura fora da academia. Minha intenção de exercer a licenciatura em História levantou uma preocupação com o conteúdo ao qual quero me ater quando for um fomentador de conhecimento, assim problematizando os fatos abordados na história do Brasil tratada nos livros didáticos, ressaltando a necessidade de constante reconstrução da História.

Meu contato com a obra de Rocha Pombo se deu após o falecimento de minha avó materna onde a herança que me foi dada foram todos os seus livros de sua biblioteca, entre estes livros estavam os cinco volumes de Rocha Pombo utilizados por minha mãe e tios durante seu período de escolarização – entre as décadas 1950 e 1960 – as obras específicas que se encontravam na casa de meus avós, segundo informação familiar, eram livros do professor dados ao meu avo Heiz Jose Jorge Braunsperger, professor de Matemática do Instituto Estadual de Educação de Santa Catarina por um colega professor de História dado

seu grande interesse pela disciplina, por ter sido um livro do professor a edição em que irei analisar ter uma encadernação diferente das brochuras utilizadas no período por alunos.

Confesso não ter dado seu devido valor no primeiro momento até que durante as aulas de Metodologia do Ensino em História com a Professora Dra. Andrea Delgado o nome Rocha Pombo surge em uma das discussões quando a história do livro didático no Brasil. O apoio e incentivo da professora Andrea foram fundamentais para a execução deste trabalho.

Este trabalho objetiva explorar e contextualizar a construção da história brasileira no seu contexto didático, a história da disciplina de história e sua formação a partir dos escritos de Rocha Pombo no seu livro “História do Brasil”.

Em meu primeiro capítulo trabalho com uma revisão bibliográfica referente a historiografia e construção da história no Brasil, as ações políticas e as influências na criação de instituições para a formação do espírito da pátria. Meu recorte temporal vem da criação das instituições intelectuais no segundo império e o final da República Velha.

Meu segundo capítulo é a análise da obra História do Brasil de Rocha Pombo, utilizando como fonte a edição que possuo da editora W.M Jackson Inc. de 1947, dividida em cinco volumes. Minha análise se dá pela narrativa do autor para a criação de uma história do Brasil dotada de heróis e marcos históricos, e a exaltação de elementos do espírito patriótico no decorrer dos acontecimentos dos fatos narrados pelo autor.

Utilizarei a metodologia da revisão bibliográfica para a contextualização do período que compõem a formação da história nacional, a criação do projeto político educacional para o período, colocando a obra didática do autor Rocha Pombo como Documento a ser investigado, trabalhando os antecedentes da escrita de Rocha Pombo, utilizando autores como Circe Bittencourt e Thais Nivia Fonseca entre outros para a análise das obras didáticas, Itamar Freitas, Arlete Gasparello, Walter Pereira e Maria Melo entre outros para análise de conjuntura do período.

## **2. Antecedentes da escrita de Rocha Pombo**

Neste capítulo examinarei os antecedentes historiográficos que dão base a obra didática *História do Brasil* de José Francisco da Rocha Pombo. As instituições políticas, históricas e pedagógicas, fazendo o recorte temporal no início do período monárquico brasileiro chegando até sua era republicana.

### **2.1 – Caminhos da construção da história do Brasil durante o Império (1822 - 1889)**

No período imperial, temos no Brasil o aumento da preocupação com a identidade nacional. Preocupação esta oriunda de uma identidade da população com a metrópole portuguesa, porque a maioria dos cidadãos das terras que atualmente compõem o Brasil tinham com sua região de origem e com Portugal um vínculo de pertencimento, considerando-se portugueses moradores de uma colônia.

É importante salientar que não havia uma integração entre as regiões do Brasil em seu período colonial, e com a independência declarada por Dom Pedro I em 1822, havia o medo de uma divisão do território português na América em vários estados-nação, como ocorreu no território colonial espanhol. Este processo de identidade tinha como intuito a unificação nacional em torno de uma identidade comum. Uma identidade não somente das várias regiões do país com uma metrópole, ou uma regência, mas uma identidade que se fizesse por todo o território nacional, criando uma unidade do mesmo, e de ideologia que fosse superior a antigos conflitos regionais e à própria extensão do território.

#### **2.1.1 – IHGB e a criação do modelo histórico do Brasil**

A história do país foi tratada com importância para a formação de uma identidade nacional desde o segundo império – resultando na formação do IHGB, importante instituição para que o projeto de construção da história nacional se consolidasse. Este projeto teve continuação com o final do Império e a instalação da República, porém com alterações marcantes como a troca da figura central do imperador e da monarquia pela figura central da

democracia e da república, criação de novos marcos históricos e de heróis, como por exemplo, o dia 15 de Novembro<sup>1</sup> e a exaltação de “Tiradentes”<sup>2</sup>.

O Instituto foi fundado com o propósito de recolher informações a serviço da institucionalização da disciplina de História, segundo modelos das academias europeias que tiveram seu auge entre os séculos XVII e XVIII. O instituto brasileiro foi criado por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), e teve financiamento ao longo do período imperial oriundo do próprio imperador D. Pedro II, que tinha grande interesse na construção de uma história nacional que unificasse o país. (GASPARELLO, 2004, p.115). Tal financiamento era de tão grande importância, que fez com que o estatuto do Instituto fosse alterado em 1851, retirando a proteção da entidade que estivera a cargo da SAIN até então, colocando a figura do imperador no lugar.

O IHGB desde sua formação adotou a política de concessão de prêmios para estimular as pesquisas referentes a temas brasileiros. Na década de 1840, o Instituto, sob patrocínio imperial, ofereceu um prêmio para quem apresentasse o melhor plano para escrever a História do Brasil. Este prêmio foi vencido pelo alemão Karl Friederich Phillipe Von Martius, figura ilustre, considerada *uma das maiores expressões da cultura européia*(sic) (GASPARELLO, 2004, p.117). Este prêmio marcaria o modelo a ser seguido pelo instituto. Nos anos de 1850 o governo também organizou prêmios para as obras de livros didáticos com o foco na história nacional. Estes prêmios visavam forçar os autores a seguir os programas existentes criados pelo governo, dessa forma os alunos tinham acesso somente ao conhecimento determinado pelos programas, proporcionando um controle maior do Estado sobre o conteúdo mostrado nos livros didáticos, utilizados para a educação. (BITTENCOURT, 2008, p.55).

Karl Friederich Phillipe Von Martius escreveu, em 1843, o trabalho intitulado “*Como se deve escrever a história do Brasil*”, vencedor de um dos prêmios do Instituto, tendo este trabalho sido publicado pelo IHGB em 1845. Nesta obra, descreve como deve ser a busca por informações para escrever a história oficial brasileira. Para o autor esta história deve ser escrita visando às várias raças<sup>3</sup> contidas no Brasil, enfatiza que os portugueses

---

<sup>1</sup> Dia da proclamação da República, data escolhida para ser comemorada como uma vitória do povo brasileiro perante um sistema de governo fadado a falência – a monarquia. (MELLO 2007).

<sup>2</sup> Trata-se de Joaquim José da Silva Xavier, condenado a morte por enforcamento em praça pública, durante o período colonial, datada do dia 21 de Abril de 1792 pelo crime de “Lesá Majestade”, Tiradentes após a proclamação da República é tido como mártir da Inconfidência Mineira (ou Conjuração Mineira), uma organização que tinha ideias separatistas, ocorrida na então capitania de Minas Gerais, atual estado de Minas Gerais.

<sup>3</sup> Raça é o termo utilizado por Martius para se referir as diferentes origens que compunham a população brasileira no período, Africanos, Europeus e Povos Autóctones.

tiveram papel central para a constituição do Estado, mas não esquece do papel dos indígenas e dos negros para a história do país que, na época, ainda vivia uma questão social de escravidão.

Neste sentido, o autor afirma que:

Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferecem a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. Disso necessariamente se segue que o Português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influi naquele desenvolvimento; o Português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o Português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para com todos os princípios da Historiografia-pragmática, se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. (MARTIUS, 1884, p.389)

Para o autor a História deveria ser encarada de maneira a construir um mosaico que remontasse todos os passos que levariam ao dia atual, tendo como ponto de partida o presente ao olhar para o passado, uma história linear e sem manchas visando um país de todos: “Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor Monárquico-Constitucional, como unitário no mais puro sentimento a palavra.”(MARTIUS, 1884, p.401). Com isso aponta que o Brasil é um horizonte desconhecido para se escrever História, pois, o país teria ao longo de sua trajetória estabelecido as condições para o aperfeiçoamento das três raças humanas, uma ao lado da outra, de maneira não antes conhecida na História Antiga.

Quando Martius traz a importância de o historiador escrever como autor *Monárquico-Constitucional* levanta a importância da História para a construção da identidade e conformidade da nação e de uma narrativa que legitime o Estado até o momento, pois o Brasil do período vivia problemas relacionados a descontentamentos com o governo Imperial com sede no Rio de Janeiro, como por exemplo, a guerra dos Farrapos<sup>4</sup> e a Cabanagem<sup>5</sup>.

Martius escreveu especificamente sobre como se deve tratar à história de cada raça, e sua ênfase principal é na história dos portugueses, seu papel como colonizadores e civilizadores dos indígenas, para o que o uso da violência se fazia necessário – afirma no texto em tom de heroísmo – para o desbravamento do território brasileiro. No decorrer da citação

<sup>4</sup> Revolução separatista de caráter Republicano que durou de 1835 a 1845, na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, atual estado do Rio Grande do Sul (dando origem a República Rio-Grandense) e o sul da Província de Santa Catarina, atual estado de Santa Catarina (dando origem a República Juliana).

<sup>5</sup> Revolta Social ocorrida durante o período de regência brasileiro, motivada pela pobreza e desleixo com a região após a independência do Brasil. As elites locais viam como vantajosa a volta do regime colonial português pela falta de espaço nas decisões políticas no governo imperial, sediado no Rio de Janeiro. O conflito chama atenção pelo seu número de mortos e a chacina de povos promovida pela coroa. A revolta aconteceu na então província do Grão-Pará entre 1835 e 1840, que hoje engloba praticamente toda a região norte do Brasil.

abaixo, quero chamar atenção para palavras de exaltação dadas às ações dos portugueses no ato de explorar o interior do Brasil.

Assim vemos que a posição guerreira, em que se colocou o colono português para com o índio, contribuiu muito a rápida descoberta do interior do país, como igualmente para a extensão do domínio Português. A natureza particular do país, principalmente a abundância de auto, (sic) não era de pequeno momento(sic); por quanto as primeiras viagens de descoberta eram incursões de rapina contra os Índigenas, a quem escravizaram, ou tinham por feito a descoberta de riquezas minerais.

Enfim não devemos julgar a emigração de colonos portugueses para o Brasil, como ela de operava(sic) no século XVI, e que lançou os primeiros fundamentos do atual Império, segundo os princípios que entre nós regulam as empresas de colonização... (MARTIUS, 1884, p.394).

Quando traz escrito em seu texto *incursões de rapina e Enfim não podemos julgar a emigração de colonos portugueses para o Brasil* claramente tenta dar por finalizadas as construções quanto a forma com que as terras de além mar portuguesas foram colonizadas, não deixando espaço para que os historiadores deste principio de escrita historiográfica brasileira problematisassem a figura dos portugueses que chegaram e atacaram aos índios. Este pensamento histórico gerou a figura dos Bandeirantes<sup>6</sup>. O autor é bastante claro quanto ao que pensa ser o melhor para a historiografia do país, como no trecho abaixo:

Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor Monárquico-Constitucional, como unitário no mais puro sentimento a palavra. Daqui resulta que a obra, a qual não devia exceder a um só forte volume, deverá ser escrita em um estilo popular, posto que nobre. (MARTIUS, 1884 p.405).

Martius, como homem de seu tempo, traz em seu texto concepções sobre raças superiores e inferiores, nas quais o dever patriótico do historiador estaria acima das visões “Odiosas” confiando na “Perfectibilidade de uma parte do gênero humano” (GASPARELLO, 2004, p.118). Sua construção de história era totalizante, linear, alvejava uma história nacional completa, que englobasse todas as regiões do país, acarretando à História suas contribuições para a pátria. Uma história dos fatos, pois, segundo os historiadores do século XIX, eram os fatos que remontavam a História.

Os fatos dentro da história totalizante se fundem na escrita de uma história de verdades separando sujeitos de objetos, visão de escrita difundida pelos iluministas ansiosos por transformar a história em uma ciência exata. Edward Hallet Carr (1982) escreve:

O século XIX foi uma grande época para fatos. “O que eu quero”, disse o Sr. Gradgrind em *Hard Times*, “são fatos... Na vida só queremos fatos.” Os

---

<sup>6</sup> Entradas, Bandeiras e Monções são denominações de vários tipos de incursões para desbravar o interior do Brasil no período Colonial. Bandeirante era o termo utilizado aos sertanistas que realizavam incursões em busca de metais preciosos, destruição de quilombos e aprisionamento para a escravização de indígenas. Sua ação violenta contra indígenas sugere certo caráter de heroísmo no ato de desbravar o interior do Brasil, onde até então só o litoral era povoado.



historiadores do século XIX em geral concordavam com ele. Quando Ranke, por volta de 1830, num protesto legítimo contra a história moralizante, acentuou que a tarefa do historiador era “apenas mostrar como realmente se passou” (*wieeseigentlichgewesen*), este aforismo não muito profundo teve um êxito espantoso. Três gerações de historiadores alemães, ingleses e mesmo franceses marcharam para a batalha entoando as palavras mágicas “*Wieeseigentlichgewesen*” como um encantamento - destinado, como a maioria dos encantamentos, a poupá-los da obrigação cansativa de pensarem por si próprios. Os positivistas, ansiosos por sustentar sua afirmação da história como uma ciência, contribuíram com o peso de sua influência para este culto dos fatos. (CARR, 1982, p.37)

A escrita da história para Carr também é discutida quanto à visão que temos da história, um foco de que “Nossa imagem foi pré-selecionada e predeterminada para nós, não tanto por acaso, mas por pessoas que estavam consciente ou inconscientemente imbuídas de uma visão particular e que consideravam os fatos que sustentavam esta visão dignos de serem preservados.” (Idem p.41). À vista disso, quando Martius explicita em seu artigo como escrever a História do Brasil que o historiador *deverá escrever como autor Monárquico-Constitucional* ele está, dentro de seu tempo, afirmando uma corrente historiográfica, e me arrisco a dizer científica, dentro dos padrões do século XIX, atribuindo aos fatos o enfoque necessário para a manutenção do Estado, pois a visão que ele destina aos portugueses é diferente da de seu texto de indígenas e negros.

Quando o autor se dedica a escrever sobre os indígenas, destaca a importância do estudo destes povos, bem como a importância de linguistas que pudessem aproximar a cultura indígena. Segundo Martius, seria de suma importância à busca por uma civilização antiga, possivelmente em decadência, com a finalidade de atribuir valor às suas ruínas, a exemplo dos povos que habitavam a Mesoamérica<sup>7</sup> e a América Espanhola<sup>8</sup>. O olhar do historiador para com estes povos deveria ser de alguém que analisa o que seria de uma sociedade sem a intervenção divina ocidental, um olhar etnográfico para se perceber as diferenças sociais destas sociedades que não haviam conhecido a civilização até a chegada dos portugueses. A utilização do termo “aborígene” para retratar as pessoas que viviam em terras brasileiras antes do contato com os portugueses é demonstrada na citação abaixo:

Consideravam-se os aborígenes do Brasil como uma amostra do desenvolvimento possível do homem privado de qualquer revelação divina, e dirigido na vereda das suas necessidades e inclinações físicas unicamente por sua razão instintiva. Enfeitado com as cores de uma filantropia e filosofia enganadora, consideravam este estado como primitivo do homem; procuravam explicá-lo, e dele derivam os mais singulares princípios para o direito público, a Religião e a história. Investigações

<sup>7</sup> Região da atual América central, onde no passado originaram-se civilizações como os Astecas (1325 até 1521) e Maias (1000 a.C. a 250 d.C.), que desenvolveram uma língua escrita e influenciaram vários outros povos na região, datados do período clássico até a chegada dos espanhóis.

<sup>8</sup> Região de colonização espanhola na América do Sul, na qual foram encontrados resquícios da civilização Inca (datados do ano 1200 até a invasão dos conquistadores espanhóis e a execução de seu imperador Atahualpa, em 1533). O território de seu império se estendia do noroeste da Argentina até o norte da Bolívia.

mais aprofundadas porém, provarão ao homem desprevenido que aqui não se trata do estado primitivo do homem, e que pelo contrário o triste e penível quadro, que nos oferece o atual Indígena Brasileiro, não é senão o *residum de uma muito antiga, porto que perdida história* (MARTIUS, 1884 p.408)

Destaca-se na citação a intenção do autor em conceituar a cultura indígena brasileira como inferior a europeia, mas abre espaço para a investigação histórica da cultura indígena que, segundo ele, em outros tempos havia possuído um passado perdido de civilização.

Aos africanos, o autor dedica um pequeno trecho de seu texto, especificamente três parágrafos. Inicia afirmando que é irrefutável a diferença causada na História do Brasil decorrente da intromissão da mão de obra escrava negra:

Não há dúvidas que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para o melhor ou para o pior, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido ocasião de ponderar todas as influências, que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população. (MARTIUS, 1884, p.403)

Entretanto, o autor não discute a questão da escravidão ou as questões morais e econômicas vinculadas à escravidão. Detêm-se especificamente, às questões culturais e sociais dos africanos no Brasil, suas influências na sociedade brasileira, as relações de Portugal com suas colônias africanas, e questões que envolvem o tráfico escravista<sup>9</sup>, trazida na citação abaixo.

Mas, no atual estado das coisas, mister é indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias à sua raça em geral, etc., etc (sic), se demonstra quisermos como tudo reagiu sobre o Brasil. (Idem.)

Martius tem sua importância por ser considerado o primeiro a levantar as questões referentes às influências negra e indígena para a História do Brasil. Manoel Luis Salgado Guimarães enfatiza que o Estado precisava de um perfil para a “Nação brasileira” para “garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações...” (GUIMARÃES, 1988, p.6), desse modo, pode-se entender os motivos que levaram Martius a ater-se às questões culturais naturais das várias raças que formaram o país, em como escrever a História do Brasil.

Para Guimarães(2008) este modelo esboçado pelo instituto naturaliza a figura da nação nas elites brasileiras, fazendo com que Nação, Estado e Coroa apareçam como unidade

---

<sup>9</sup> O autor trata das questões relacionadas ao tráfico, dando ênfase na falta de informações na Europa. Estas informações segundo ele davam-se de maneira unilateral, publicadas apenas pelos ingleses e referiam-se apenas à relação comercial feita com a saída dos escravistas da África e às abordagens em alto mar, com gráfcos de apreensões e de prisões de escravistas. “Só ultimamente foram publicadas notícias sobre este assunto pelos Ingleses; com tudo [sic] parecem representadas em grande parte de um só lado, nem fornecem esclarecimentos suficientes, sobre o manejo e procedimento do tráfico dos escravos no interior do país. (MARTIUS, 1884, p.399).”

no interior da discussão historiográfica. O autor aproxima o IHGB a uma instituição iluminista dado sua formação aos moldes de uma academia europeia, conforme citado acima, entre os séculos XVII e XVIII. A estreita relação entre o IHGB e o *Institut Historique de Paris* também é levantada pelo autor, assim reforçando o seu argumento da influência iluminista europeia na historiografia nacional brasileira como pode-se observar na citação abaixo.

Já nos referimos a que tradição o Instituto Histórico pode ser vinculado, não só em termos de sua concepção historiográfica, como também em termos da forma específica de socialidade que ele representa, particular às sociedades estamentais. Cabe aqui, entretanto, apontar uma herança mais próxima, oriunda do espaço intelectual francês, mais especificamente do Institut Historique de Paris, fundado em 1834, que manterá com o LHOB(sic) durante seus primeiros anos de vida um intenso contato. (GUIMARÃES, 1988, p. 12)

Contextualmente, não se pode esquecer que nessa época a Europa era considerada o centro do mundo, sendo a França o centro intelectual. O atrelamento intelectual entre o Brasil e a França também se dava pela falta de faculdades e instituições artísticas no Brasil, onde os filhos das elites optavam por estudar na Europa.

Quanto a este modelo de escrita, gostaria de destacar a obra *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagem (1854-1857), que o consagra como historiador. Bastante criticada por sua exaltação a monarquia, e de culto à ordem, condenando em seu texto todo e qualquer movimento que vá contra a ordem instituída - ordem esta que incluía a escravidão, ações autoritárias contra indígenas, e a manutenção da figura da Igreja vinculada ao Estado. “Varnhagem teorizou sobre a nação e a nacionalidade. Colocou os elementos não desejáveis nos seus respectivos lugares, organizando, no texto, uma nação que poderia ser incluída no mundo civilizado, culto e branco.” (GASPARELLO, 2004 p. 124)

A importância atribuída a Varnhagem, embora ele nunca tivesse escrito uma obra didática, lhe é atribuída por ser o escritor da obra considerada o ponto de partida para a escrita de uma história nacional monarquista, como nas palavras de Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo (2008).

Varnhagem aparece aqui em nosso estudo como o autor da *História Geral do Brasil*. O visconde de Porto Seguro, título que recebeu do Imperador em 1874, não escreveu nenhum livro didático, nem foi professor do Colégio Pedro II, não comentou ou produziu programas escolares de história, nem teve presença em discussões sobre o ensino escolar. No entanto, ao escrever sua principal obra, a *História geral do Brasil*, produziu também o texto original que estaria por trás da orientação do livro de Joaquim Manuel de Macedo e de praticamente toda a história conservadora que se firmou no Brasil após 1860. (MELO, 2008, p.56)

Esta escrita da História do Brasil se afasta do modelo proposto por Martius quanto à visualização do Brasil como um povo miscigenado em suas elites, e a aproximação com o modelo historiográfico vigente se dá por Varnhagem em “ter em síntese obedecido à cronologia como aquela vista e praticada pelos autores do IHGB ao longo da segunda metade do século XIX” (Idem, p.57). O autor também é lembrado por ser o patrono da cadeira 39 da Academia Brasileira de Letras, atualmente ocupada por Marco Maciel (Anexo 1).

### 2.1.2 – Artes e a construção da história nacional

A vinculação intelectual com os franceses não é abordada apenas quando se trata da maneira com que a História era escrita, mas também nas artes em seu tempo de Brasil Colônia, como Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Dom João VI, em 1816, fundou a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios no Rio de Janeiro, e organizou uma missão francesa de artistas especializada em Pintura Histórica. Estes artistas inaugurariam as artes nas terras de ultramar - os pintores, discípulos em sua maioria de Jacques- Louis David, artista oficial do imperador francês Napoleão Bonaparte. Quando declarada a Independência do Brasil, esta escola muda de nome: Academia Imperial de Belas Artes, instituição que se dedicaria a produção artística, centro pedagógico do ensino artístico e como instituição cultural (PEREIRA, 2013, p.41).

A exemplo de Napoleão Bonaparte<sup>10</sup>, que tinha na exposição de obras de arte a afirmação de suas conquistas sobre a Europa, sua amizade com o pintor Jacques-Louis David fez com que o escolhesse como pintor oficial do império, sendo o artista responsável por imagens famosas do imperador francês como “Napoleão no Passo de Saint-Bernard (1801)”. O imperador brasileiro D. Pedro II incentivava e fiscalizava a produção de obras de arte por pintores formados pela Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), como afirma Walter Luiz Pereira:

O imperador Pedro II, patrocinador das belas-artes no Brasil, acompanhava pessoalmente o desenvolvimento do trabalho executado pelo pintor Victor Meirelles de Lima, no Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro: a pintura dos quadros *Combate naval do Riachuelo* e *Passagem do Humaitá*, telas que seriam expostas na exposição Geral de 1872 da Academia Imperial das Belas Artes – AIBA, no Rio de Janeiro. A presença do imperador garantia a ação do estado na produção de imagens, que consagravam a memória. O campo da produção da obra de arte estava sincronizado com a representação simbólica do poder, neste caso, ação política do Império do Brasil. (PEREIRA, 2013. p. 15)

---

<sup>10</sup> Imperador Francês no início do séc XIX.

“Obras de memória” é uma categoria artística bastante distinta das demais desenvolvidas pela AIBA. Esta categoria tem características específicas que deveriam retratar situações consideradas importantes para a história nacional e as criações deveriam conter claramente rostos importantes para a historiografia nacional. Estas obras, à mostra nas exposições de belas artes, deveriam trazer para os espectadores traços realistas dos ocorridos retratados. Estas composições que normalmente eram encomendadas pelo Estado brasileiro com a intenção da criação de imagética da história para o espectador, Walter Luiz Pereira (2013) contrapõem em seu livro duas obras do mesmo autor, para o mesmo tema: Combate Naval do Riachuelo e a Passagem do Humaitá de Victor Meirelles<sup>11</sup>, ambas exibidas ao grande público na Exposição Geral de 1872 da AIBA.

As obras de memória financiadas pelo imperador eram a principal fonte de renda de pintores e da própria academia, tinham como foco a criação de uma identidade histórica nacional, e demandavam grande trabalho e estudo por parte dos pintores. Como citado acima, Vitor Meirelles figurava entre os principais pintores do período no que se refere a obras históricas, mas não se pode esquecer de Pedro Américo<sup>12</sup> com quem disputava importância nas exposições da AIBA.

Quanto à obra de Vitor Meirelles *A primeira missa no Brasil*, em uma análise de Lana Mara de Castro Siman sobre a representação dos sujeitos sociais, realizou-se uma pesquisa com alunos/as a respeito do entendimento de História do Brasil. Um questionário com quarenta e sete questões foi apresentado a um universo de oitenta e três estudantes, sendo 40% advindos de escolas públicas federais, 39% escolas particulares protestantes e 21% de escolas públicas estaduais. (SIMAN 2001 p.153) Ela escreve:

O maior número de estudantes (25 ou 37% do total) disseram que a intenção do autor foi a de mostrar a dominação dos portugueses através da religião, como por exemplo, retrata o poder da igreja”; ”mostra a influência religiosa”; “exaltação da fé cristã”; “mostrar a boa intenção dos portugueses para com as almas perdidas”. Em segundo lugar, vamos identificar entre um igual número de estudantes, duas maneiras diferentes de ver a pintura enquanto um documento histórico. Nove estudantes (11%) vêem o documento como prova do acontecimento: “mostra quando foram descobertas as terras e novas pessoas”; “representar a cena do século XV, do que ocorria do Brasil”; mostrar que a primeira missa deve ter sido assim”; “descrever a colonização”. Outros nove (11%) vêem o documento como instrumento de memória: “para que esse acontecimento nunca seja esquecido”. (Idem, p.160)

---

<sup>11</sup> Victor Meirelles de Lima (1832, 1903), pintor catarinense de origem humilde, ganhador do prêmio da AIBA para estudos na Europa.

<sup>12</sup> Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843, 1905), pintor que desde cedo demonstrou interesse pelas artes aperfeiçoando-se em Paris.

A leitura desta imagem, por parte dos estudantes, se enquadra como uma obra de memória não por acaso: é parte de um projeto para a construção deste estilo de figura artística que permanece sendo utilizada desde sua produção até os dias atuais em livros didáticos.

A Obra Combate Naval do Riachuelo, tem todos os seus heróis nominados e identificados pela narrativa. A obra diferencia claramente os elementos nacionalistas com seus heróis, símbolos nacionais realçados como a bandeira do Império, soldados fardados claramente diferenciados entre brasileiros e inimigos.



(**Figura 1** – MEIRELLES, Victor. Combate Naval do Riachuelo , ultimo quartel do século XIX. Óleo sobre tela, 4,00m x 8,00. Acervo: Museu Histórico Nacional/IBRAM/Ministério da Cultura)

A Obra Passagem do Humaitá é composta de cores fortes, na qual se identificam apenas os navios envolvidos no conflito, sem rostos ou mesmo a figura humana, esta obra foi considerada menos importante, pois “O grandioso seria a identificação dos heróis pela representação no desenho da figura humana. Aqueles com quem os espectadores pudessem identificar-se” (PEREIRA, 2013 p.106).



(Figura 2 – MEIRELLES, Victor. Passagem do Humaitá, ultimo quartel do século XIX. Óleo sobre tela, 2,68 m X 4,35 m. Acervo: Museu Histórico Nacional /IBRAM/ Ministério da Cultura)

O conceito de “obras de memória” se deve ao exemplo dos franceses. O Brasil tentou adotar o mesmo projeto histórico artístico, grandes exposições foram organizadas, com livre acesso para que o povo criasse uma memória imagética dos fatos históricos. No Brasil foram feitas exposições históricas que visavam difundir uma história linear, progressista, sem diversidades culturais, e sem divergências ideológicas. Estas imagens eram importantes, pois as obras não ficariam expostas apenas no Brasil, pois o Imperador D. Pedro II viajou para os Estados Unidos da América para a exposição mundial da Filadélfia, 1876, com a pintura “*Combate Naval do Riachuelo*” e sua intenção era demonstrar a imagem de um país pronto para a modernidade (PEREIRA, 2013).

Estas obras de memória não se restringiram apenas às galerias, e aos catálogos das academias de artes. Elas foram enquadradas na produção de identidade histórica, sendo integrantes dos livros didáticos ao longo do império e permanecendo até os dias atuais. “Embora as ilustrações já estivessem sendo usadas em livros didáticos brasileiros desde meados do século XIX, foi a partir das primeiras décadas do século XX que elas se tornaram peças importantes no ensino de História do Brasil” (FONSECA, 2001 p.94).

### 2.1.3 – Função do livro didático na disciplina de história

A influência francesa sobre os intelectuais da metade para o final do século XIX também é exposta por Circe Bittencourt (2008) que, ao tratar especificamente dos livros didáticos, destaca a importância que tinham as obras francesas para a educação nacional, nas quais os alunos, muitas vezes, tinham que ler em francês por não haver traduções das obras didáticas<sup>13</sup>. Estas traduções, quando feitas, o eram de maneira bastante liberal, sendo adicionados, reorganizados ou retirados capítulos inteiros. “Os tradutores de obras didáticas, geralmente adaptavam com bastante liberdade, os textos aos programas escolares nacionais, acrescentando ou retirando capítulos.” (BITTENCOURT, 2008, p.123).

Os livros didáticos traduzidos do francês se destinavam a uma história globalizante e sempre vinculada à história nacional francesa, por isto a importância da criação de uma História do Brasil e incorporá-la aos planos curriculares escolares, assim seria possível a disseminação de uma identidade nacional pela educação. As pesquisas históricas quanto ao tema brasileiro naquele momento foram de fundamental importância para a escrita do livro didático, mas isto não pode ser considerado como um rompimento ou distanciamento do modelo educacional francês, pois estas pesquisas não se referiam à educação e sim à construção de uma história nacional<sup>14</sup>.

Próximo à década de 1850 houve uma mudança referente à educação de história. Arlette Medeiros Gasparello, em seu capítulo intitulado “Por ordem do Imperador: o ensino de História do Brasil” afirma a criação da “cadeira” autônoma de *História do Brasil* sem que tenha se seguido os trâmites burocráticos (GASPARELLO, 2004, p 68).

Circe Bittencourt salienta que após a década de 1850 se identifica uma historiografia didática diferenciada, o volume de obras e de autores cresceu em resposta aos exames preparatórios<sup>15</sup> para várias escolas superiores incluírem em sua avaliação o ensino de História (BITTENCOURT, 2008, p.141). Com este novo mercado se formando, as editoras de livros

---

<sup>13</sup> A falta de tradução dos livros didáticos segundo Circe Bittencourt (2008) era um problema principalmente para as instituições de ensino particulares, que muitas vezes, tinham alunos com dificuldades de ler a língua pátria. Solange Aparecida Zotti (2005) complementa esta informação “Os cursos regulares públicos eram os que gozavam de maior prestígio, por serem modelo e, portanto, privilégio da elite”. (p.35)

<sup>14</sup> O modelo de educação iluminista se mantém dentro dos parâmetros curriculares brasileiros, a nacionalização dos conceitos de educação se dá pela pesquisa e escrita de temas nacionais dando visibilidade a fatos ocorridos na história do Brasil.

<sup>15</sup> Os exames preparatórios se instituem no Brasil com o *Ato Adicional de 1834* onde as províncias adquirem o direito de legislar sobre a instrução pública primária e secundária. A partir deste Ato se configuram dois sistemas de ensino secundário, o sistema regular seriado e o sistema irregular. O sistema regular era oferecido, por exemplo, no Colégio Pedro II, criado em 1837, liceus provinciais e estabelecimentos particulares. O sistema irregular era constituído pelos cursos preparatórios que permitiam o ingresso no ensino superior sem a conclusão do ensino secundário regular, bastando o aluno ser aprovado nos exames preparatórios. (ZOTTI, 2005, p.34)



envolvidas na produção didática buscaram nomes conceituados para a produção desses exemplares, e a autora traz a informação de que a maioria dos secretários do IHGB foram autores de livros didáticos.

Neste momento os livros didáticos já haviam se tornado um mercado altamente lucrativo para as editoras<sup>16</sup>. Segundo Circe Bittencourt (2008)

O Livro didático tornou-se, rapidamente o texto impresso de maior circulação, atingindo uma população que se estendia por todo o país. A obra didática caracterizou-se, desde seus primórdios, por tiragens elevadas, comparando-se a produção de livros em geral. A circulação dos livros escolares superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um status diferenciado e, até certo ponto, privilegiado, considerando-se que a sociedade se iniciava no mundo da leitura. (BITTENCOURT, 2008, p.83)

Ao analisar uma sociedade que *se iniciava no mundo da leitura*, pode-se supor a falta do público leitor dentro do país – uma população que não consumia literatura. Com a vinda dos livros didáticos da Europa, uma nova geração de jovens rompeu com este cenário, uma vez que estabelecia-se o acesso à educação e ao consumo de livros. Os primeiros livros que os estudantes tiveram acesso foram às obras didáticas, que não eram distribuídas pelo estado mas sim emprestadas. O ato deste empréstimo era utilizado por figuras públicas em solenidades com fins políticos.

Frequentemente os livros eram importados de outros países<sup>17</sup>. O mercado editorial se tornou um investimento com lucro praticamente garantido, pois tinha o Império como criador da demanda e como maior cliente, atualizando e reeditando as para que se garantisse o lucro das editoras, prática vista comumente até os dias atuais (BITTENCOURT, 2008), como a citação abaixo demonstra:

Tivemos, assim, na geração dos iniciadores da produção didática de História e de outras disciplinas, figuras próximas ao governo, escritores de obras literárias, mas sobretudo, os encarregados principais do “fazer edutido(sic)” da época. Os compêndios que escreveram para o público estudantil eram, principalmente, textos de Literatura, Gramática, História e Geografia, dedicados ao ensino secundário, majoritariamente, mas também em número significativo para o primário. (BITTENCOURT, 2008, p.142)

A proximidade entre os autores de livros didáticos e as escolas cresceu significativamente nos anos seguintes. Os autores envolvidos na geração dos 1880 já não eram tão atrelados ao IHGB, e, sim, tinham uma experiência atrelada a prática pedagógica.

<sup>16</sup> Editoras começam a se instalar no país com o fim do monopólio da imprensa régia em 1822.

<sup>17</sup> A importação não se prendia apenas a livros em línguas estrangeiras, mas também em livros escritos ou traduzidos no Brasil. Dependendo da situação apenas o papel para os livros era importado por falta de produção nacional, em alguns casos, coleções inteiras eram impressas em países como Inglaterra e França e importados para o Brasil.

Estes autores possuíam uma visão menos limitada de educação, conseguindo se desvencilhar da espera<sup>18</sup> elitista da educação até o momento.

Destaca-se neste período que as questões vinculadas à educação foram incorporadas por políticos liberais que se revezavam no poder com políticos conservadores. Políticos liberais estes que são apontados por historiadores como associados aos movimentos liberais na Europa (COSTA, 2007, p.29). Dessa forma, as questões educacionais teriam surgido da demanda decorrente, em parte, da urbanização, imigração, processos que envolveram o trabalho escravo<sup>19</sup> e modernizações tecnológicas nos meios de comunicação (BITTENCOURT, 2008, p.26).

A importância dada aos livros didáticos quando se difunde a Disciplina Escolar de História é referida pela falta de formação específica em História no Brasil, deste modo os membros do IHGB responsáveis pela produção histórica eram em sua maioria intelectuais, homens de letras, não necessariamente graduados em alguma universidade ou faculdade - instituições raríssimas no Brasil que basicamente formavam quadro de profissionais para o serviço público do Império.

Devido a carência da formação específica de licenciados ou docentes, os professores de sala de aula tinham, muitas vezes, apenas o livro didático de apoio para ensinar os conteúdos, havendo como exigência para os docentes apenas o letramento. Sendo assim, os livros eram concebidos como o principal instrumento para a divulgação do ideário educacional, dependendo desses a formação do professor e do aluno (BITTENCOURT, 2008, p.26).

Como já citado, os prêmios que visavam à produção de livros didáticos dentro de uma regulamentação do governo, esta legislação previa prêmios com honorarias ou com dinheiro a autores de obras didáticas, por exemplo, o Decreto nº 1 1331, de fevereiro de 1854,

---

<sup>18</sup> A relação extremamente próxima entre Estado e Igreja alcançou até os parâmetros da construção da disciplina escolar de História e o que deveria ser dado como importante na educação para a formação da identidade nacional. “O ensino de História proposto com base nos primeiros programas escolares da escola pública imperial sofreu mutações, foi objeto de disputas uma vez que especialistas interferiam e lutavam pelo domínio do saber a ser transmitido. A disputa entre as facções das classes dominantes, no âmbito do conhecimento histórico, foi visível no embate entre o predomínio de uma História Sagrada em contraposição à constituição de uma História laica, influenciada por métodos positivistas ou cientificistas. Por outro lado, a História desempenhou papéis diferenciados segundo as concepções de um programa predominantemente de “humanidades e outro voltado para os estudos denominados “científicos”, no momento em que o tema da “universalidade” se defrontava com o do “nacionalismo”. (BITTENCOURT, 2008, p.98).

<sup>19</sup> Neste momento específico tratado o trabalho escravo no Brasil já havia diminuído muito, muitos negros já haviam se tornado libertos. “A abolição do tráfico de escravos impôs o fim da incorporação de africanos novos e declarou livres os recém-chegados. A expansão das zonas de “solo livre” graças a decisões legais e à emancipação dos escravos em alguns territórios criou zonas de atração para escravos fugitivos e gerou conflitos diplomáticos a respeito dos limites geográficos que separavam a escravidão da liberdade.” (MAMIGONIAN, 2011, p.6)

o artigo 95 “Prêmio de conformidade da 2ª parte do artigo 56 aos que compuserem ou traduzirem compêndios os quais serão sujeitos à disposição §4 do artigo 3º combinando com o artigo 4º” (Idem, p.31).

Os livros didáticos deveriam ter, além do uso em sala de aula, o caráter enciclopédico para servir de local de pesquisa para os demais moradores das residências<sup>20</sup>, sendo eles, muitas vezes, a única fonte de conhecimento e literatura dos moradores. Estes livros deveriam conter a história “correta” dotada de valores de moral, honra e cidadania, princípios para que a sociedade se mantivesse em ordem e zelosa pelos princípios destacados como importantes para o Estado Brasileiro.

## **2.2 – Modernização da História no Brasil, e a identidade nacional: A mudança ideológica do século XIX para o século XX.**

Neste subcapítulo tentarei compreender como se deu o processo de mudança entre o sistema de governo brasileiro de uma Monarquia-Constitucional para a República, e as alterações ocorridas nas instituições destinadas à formação de uma identidade nacional e de uma cultura patriótica.

As preocupações com a unidade territorial nacional não têm seu fim durante o período Imperial brasileiro: esta preocupação permanece durante a República. Mesmo com os avanços obtidos neste sentido no período imperial, os mesmos estavam limitados a uma história “Monárquico-Constitucional” com a figura central do Imperador, e não em um princípio de unidade histórica. Estas preocupações seu auge quando, ao final do século XIX, as monarquias, especialmente a brasileira, são vistas como sistemas políticos retrógrados, responsáveis pelo atraso do país em relação a seus vizinhos da América Latina e países Europeus.

A maioria dos trabalhos encontrados por mim traz as principais mudanças ideológicas ocorridas entre o período imperial e republicano brasileiro após os anos de 1930, ano de implementação do “Estado Novo”, que inaugura a visão de uma “Primeira República” ou “República Velha”, com um sistema de governo ligado a oligarquias e criação de uma

---

<sup>20</sup> É importante destacar aqui que não seria a totalidade das residências que teriam acesso a educação. A educação pública no período imperial do Brasil era voltada para as elites, tendo suas instituições de ensino como referência pela sociedade. Acredito que Circe Bittencourt (2004; 2008a; 2008b) ao trazer sua importância como local de pesquisa, se refere a pesquisas específicas quanto a História do Brasil, tendo em vista a falta de produções no país referentes a obras históricas.

história nacional vinculada às elites, que, durante o período imperial não tinham seus desejos correspondidos.

Meu intuito neste ponto é destacar as mudanças ideológicas que transpassam o marco histórico da República e as visões existentes no período entre as décadas de 1870 e 1920. Este subcapítulo irá se ater principalmente as mudanças ocorridas entre a monarquia e a república até a instituição do “Estado Novo” em 1930.

### **2.2.1 – A Intelectualidade e as ideias Republicanas no final do século XIX (1870 a 1900)**

O final do período Imperial no Brasil foi marcado por uma série de mudanças sociais, passando pela educação e politização da população brasileira. Esta mudança ocorreu principalmente pela escolarização crescente, e uma “crise de direção” conforme Gramsci, na qual a ideologia imperial se enfraquecia no contexto da sociedade. (MELLO, 2007)

Esta “crise de direção” não se refletia contra a família imperial, julgada com bastante afeto pela população brasileira<sup>21</sup>, mas contra o sistema político imperial, um sistema considerado pela população como retrógrado, responsável pelo atraso do país, e com um sistema de privilégios aos que agradavam aos dirigentes políticos imperiais. Esta desigualdade desagradava àqueles que viam no sistema monárquico um sistema incapaz de se adaptar a inovações que corriam por todo o mundo. Essa incapacidade se aplicava de maneira estrutural na administração pública. “A distribuição de cargos, benesses e concessões aplacava a frustração da elite não-dirigente. A disputa por indicações era acirrada, porque o governo era o grande empregador, o que fazia do emprego um instrumento de cooptação.” (MELLO, 2007 p.162)

Esta visão das elites era fortalecida quando posta em contraposição a outras repúblicas latino-americanas como Argentina e Chile, das quais obtinham dentro do espaço nacional a imagem de progresso e estabilidade. Esta visão, juntamente com a imagem do Brasil atrasado, agroexportador, escravocrata, engessado por figuras centrais beneficiadas por uma estrutura governamental é devida a forma como os jornais, panfletos e a literatura construíram a imagem do país.

---

<sup>21</sup> Trata-se de uma sociedade escravista, na qual considera-se a população brasileira homens, politizados, formados intelectualmente em países da Europa, ou com grande contato com ideias europeias iluministas e cientificistas, conhecedores de termos como democracia.

A elite ideológica, chamada por Maria Tereza Chaves de Mello de “geração dos 1870”<sup>22</sup>, acarretava novas ideias para a nação como: agnosticismo<sup>23</sup>; anticlericalismo<sup>24</sup>; cientificismo; positivismo; evolucionismo; abolicionismo; e ideais republicanos, difundidos através da literatura. Esta disseminava-se não apenas entre os letrados, mas também entre analfabetos através da prática de leitura em voz alta, costume bastante difundido no período. (Idem)

A elite intelectual vinculada ao Império buscava a originalidade da identidade nacional, uma identidade vinculada ao passado europeu, mas muito ligada à mestiçagem entre europeus e indígenas. Conciliava a imagética heroica indígena com temas vindos da Europa, porém este universo excluía os negros. Tomando exemplos, pode-se considerar dentro da literatura as obras de José de Alencar: *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874). O posicionamento da “geração dos 1870” vinha rebater esta ideologia, não considerava que a visão de indianistas escondia a realidade do país, e abordava a escravidão de maneira poética.

A geração seguinte à dos anos “1870”, por sua vez, tem uma visão mais cientificista, tendo Sílvio Romero como de seus expoentes literários. Este colocava em destaque a influência negra para a cultura brasileira, mas defendia que a verdadeira raça brasileira era a mestiça, composta pela união dos três povos: brancos, indígenas e negros (africanos). Porém, o mesmo acreditava que o branqueamento da população brasileira, através da imigração, seria a garantia de ingresso na civilização. Maria Tereza Chaves de Mello (2007) enfatiza que a escrita de Romero era uma crítica moderna para o seu tempo, e que sua escrita era direcionada ao público ilustrado e incomodado com o atraso brasileiro (MELLO, 2007 p.125).

A mudança de pensamento ocorrida no final do século XIX trouxe atenções ao termo *democracia*, mas não em seu sentido clássico: *demo* = Povo, *cracia* = Governo. O termo “democracia” foi resignificado para indicar igualdade, o que, no contexto, deve ser entendido concretamente por sociedade sem privilégios. (MELLO, 2007, p.213).

As instituições intelectuais brasileiras nas décadas finais do Império vincularam-se ao pensamento liberal, levado por estes novos intelectuais reformadores e não conformados com a estrutura de privilégios imposta pelo governo imperial. Dentre estas estruturas destaca-

---

<sup>22</sup> Questiono este termo por passar a ideia que delimita uma geração temporal, dando a ideia que de forma global a população brasileira compartilhava da mesma ideologia, e não apenas uma elite letrada com acesso a educação e a cargos da máquina pública imperial.

<sup>23</sup> Agnosticismo aqui emprega-se com o sentido de afirmar a ideia de que não havia diferenças para o Estado se o indivíduo crê ou não crê em alguma divindade.

<sup>24</sup> A Igreja vinculada ao estado era encarada como um braço do governo imperial, assim, estava a cargo da Igreja funções contemporâneas no dever do Estado, como o registro de nascimentos e casamentos.

se o IHGB que, neste período, como já visto anteriormente, estava sob total financiamento e controle do Imperador Pedro II.

O pensamento científicista que atingiu os modelos educacionais que deveriam ser empregados nas salas de aula envolviam mais do que a História do Brasil: propunham trabalhar a história global. Os conteúdos de História do Brasil e sua abordagem expressava um teor unificador. A questão de unificação nacional e de criação de identidade se mantém como pauta principal dentro dos currículos de História nacional, tanto das escolas quanto nas instituições históricas como o IHGB (MELLO, 2009).

Itamar Freitas (2006) aborda as mudanças em torno de disputas históricas do período de transição entre Monarquia e República no Brasil. Em seu texto dialoga com a opinião de indivíduos que se inseriam nas discussões historiográficas neste período de transformação política<sup>25</sup>. Capistrano de Abreu é tratado pelo autor como descontente com o modelo empregado até o ano de 1890, um modelo aplicado por Joaquim Manoel de Macedo<sup>26</sup> no colégio Pedro II, aos moldes historiográficos de Varnhagem, que, segundo ele, menosprezavam certos espaços e aspectos da História do Brasil (FREITAS, 2006, p.92). O autor apresenta a posição de Capistrano afirmando que:

No caso de Capistrano, o problema estava na insuficiência dos conteúdos de história do Brasil. No tempo do concurso, as diretrizes estabelecidas por Varnhagem dominavam a produção erudita do país e estendiam seus braços à história ensinada no Pedro II: o cearense referia-se à proeminência do estado nos rumos da história e a tendência “conciliadora” do passado brasileiro com a “herança civilizatória portuguesa”.

Capistrano que já havia sido professor do Colégio Pedro II entre os anos de 1883 e 1899 – abandonou o magistério por conta da extinção da cadeira de História do Brasil – circulava entre os intelectuais “em meio a este debate, alguns professores do Norte – como o próprio Capistrano – que dominavam ‘a consciência histórica e crítica’ do pensamento histórico brasileiro, desde os anos 1870”, mas com a instauração da República, vertentes científicistas e espiritualistas, a favor ou contra a assimilação de um ensino histórico vinculado à religião, monarquistas e republicanos não estavam nem perto de um consenso quanto à “verdadeira” pedagogia da História. Freitas (2006), afirma que o debate entre grupos diversos se dispersava com questões localizadas como: conteúdos a se ensinar; idéia de ciência da História; finalidade da disciplina de História.

<sup>25</sup> O autor não deixa clara a vinculação entre essas discussões e o modelo político empregado no país no período retratado.

<sup>26</sup> Joaquim Manoel de Macedo (1820, 1882), médico e escritor, professor de História e Geografia do Colégio Pedro II

O IHGB também sofreu com estas questões considerando que boa parte dos que se dispunham a discutir a historiografia no período ligado à educação, tinham o ensino da disciplina de História como seu ofício principal.

### **2.2.2 - IHGB e a História nacional na Primeira República (1889 a 1930).**

Com a implantação da República<sup>27</sup>, o modelo histórico construído a partir da necessidade de manter a integridade de um território e uma unidade governamental em torno da figura do imperador no país se perdeu. Anteriormente, órgãos como o IHGB centravam sua escrita sob o modelo “monárquico constitucional” que tinha como centro o Imperador, uma história constituída por heróis e marcos históricos que, como já citado, minimizava conflitos decorrentes de insatisfações das províncias com a então metrópole, e posteriormente, com o governo imperial instalado do Rio de Janeiro.

O sentimento de identidade patriótica, mesmo após a proclamação da república, ainda se dava de maneira confusa, pois havia quem pensasse em sua pátria especificamente como sua província, e não como um todo territorial brasileiro. O sentimento patriótico neste sentido é trazido dentro da disciplina escolar de História, vinculado à difusão da beleza e da grandeza da terra brasileira.

O Brasil possuía rios enormes e grandiosa floresta, clima ameno, riquezas minerais sem fim e uma história “sem feitos deprimentes ou vergonhosos”. Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, dentre outros prosseguiram nessa tarefa e, por essa trilha, foi sendo construída uma galeria de heróis nacionais que passaram a ser cultuados em festas cívicas de rituais cuidadosamente preparados (BITTENCOURT, 2008, p182)

Thais Nivia de Lima Fonseca (2001) discorre quanto às alterações ocorridas, nas primeiras décadas republicanas, no trabalho do IHGB em relação ao período monárquico. Cita a alteração da valorização da monarquia para o regime republicano, e que o prestígio da colonização portuguesa sofreu uma perda de influências, mas isto resultaria em alguma mudança significativa após os anos de 1930.

Ângela Maria de Castro Gomes em seu livro “A república, a História e o IHGB” traz reflexões quanto ao momento republicano brasileiro, as necessidades referentes à criação de ideologias patrióticas. Os diagnósticos dos próprios republicanos do período afirmavam que essa narrativa histórica praticamente não existia no Brasil por simples ausência ou

---

<sup>27</sup>Tratada nas obras didáticas como “Advento” ou com termos que trazem a ideia de continuidade, como se o período imperial tivesse um fim determinado onde a República seria o próximo passo, como por exemplo, na obra didática de Francisco da Rocha Pombo, História do Brasil.

descaso (GOMES, 2009). Este problema visualizado na República se refere à forma como a História era escrita no IHGB até 1889, um modelo focado na unidade do país, visando à manutenção de uma Monarquia na qual a figura das elites políticas estaria em segundo plano, e pouco focado na constituição de um Estado nacional forte e conciso sem a figura deste imperador.

A Primeira República (1889 a 1930) – ou República Velha – tem o estigma, após a instituição do Estado Novo (1930 a 1945), de fracassada no empreendimento da criação de um imaginário cívico conforme seus projetos políticos. Os intelectuais em ação política na Primeira República assumiram uma postura obsessiva na tentativa de modernizar a sociedade recém saída de um modelo monárquico e escravista. Contudo, é importante afirmar que a adesão destes intelectuais não ocorria de maneira homogênea, e o caráter “modernizador” se dava de acordo com a adesão ou aceitação do modelo republicano (GOMES, 2009), e isto se mantinha além do campo acadêmico, mas também ao campo político. Gomes ressalta que:

uma das premissas da reflexão é que, no Brasil de fim do século XIX e das primeiras décadas do XX, não é consistente (empírica e teoricamente) assumir uma clara separação entre campo intelectual e político, embora seja possível reconhecer uma relativa e crescente autonomia na dinâmica de cada um deles (GOMES, 2009 p.26).

Devido a estas disputas plurais referentes à História que deveria ser escrita, a instituição do Estado Novo (1938) ressignificou o período após a Monarquia de “Primeira República” ou “República Velha”, por não haver um novo modelo único de modernização, mas como traz Gomes, um modelo pautado na modernização através do auxílio da ciência, “o novo e fundamental instrumento para qualquer tipo de progresso da humanidade” (Idem, p.22)”.

Havia no período a discussão quanto à História ser ou não uma ciência, ou em qual grau de hierarquia ela se encontrava frente às outras ciências ditas humanas de seu tempo. Gomes discorre em seu livro dialogando com o trabalho de Pedro Lessa, publicado pela revista do IHGB em 1908<sup>28</sup>. O trabalho é analisado parte a parte discorrendo sobre as fases da produção de história ao longo dos anos, partindo da Antiguidade, em uma reflexão sobre os fatos históricos, tendo Lessa neste momento considerado a História, neste período, apenas como “gênero literário” (p.43). A Renascença é trazida por ele como um período em que existiram vários esforços para construir outros tipos de concepção histórica, citando Maquiavel<sup>29</sup>, Bossuet<sup>30</sup> e Vico<sup>31</sup>. Destaca-se a existência de modelos historiográficos que não

---

<sup>28</sup> Trabalho contendo 92 páginas, 162 notas de rodapé e inúmeros autores citados.

<sup>29</sup> Nicolau Maquiavel (1469, 1527) conhecido como fundador do pensamento e da ciência política moderna.

<sup>30</sup> Jacques Bossuet (1627, 1704) teórico do absolutismo, defendia que a origem do poder dos Reis era divina.



necessariamente se sucediam, mas que podiam coexistir e aprofunda o debate historiográfico quanto a uma “filosofia da História”. A autora inicia sua conclusão quanto ao tema com uma reflexão dos dizeres de Lessa, a forma da qual o trabalho do historiador deveria ter para assumir sua função.

Vê-se então claramente que, para o autor, a história deveria concentrar sua aspiração na tarefa de “conhecer a sociedade”. E isto só seria possível, trabalhando-se com duas series de processos lógicos (os indutivos e os dedutivos) e examinando-se e comparando-se os fatos, através do uso de documentos. Essa era a missão por excelência da história e a forma pela qual se conectava com as ciências sociais, numa espécie de divisão de trabalho (GOMES, 2009, p.49)

E completa:

A história, na visão e linguagem de Pedro Lessa, não se “elevaria ás vastas generalizações, que debalde tentaram os filósofos!, e ai, importa notar, ele não escreve a palavra “historiadores” (1908 [1906]:284); “A história não tem um conteúdo científico próprio”; “não constitui leis, na acepção científica do tempo” (1908 [1906]:277). Ela se “limita a conhecer” os fatos, oferecendo esse conhecimento ás ciências sociais, que, sem tal fundamento, produziriam apenas “especulações” sem qualquer grau de cientificidade (1908 [1906]:272). Ou seja, a história não era uma ciência, tomando-se por base, evidentemente o modelo histórico de Pedro Lessa comentava, tendo como referencia uma idéia de ciência dominante em sua época (Idem p.51)

Pedro Lessa, incorporado pela autora, nos dá uma noção das reflexões que estavam sendo feitas sobre a “história da história” neste período de transição de modelo historiográfico. Esta discussão não existia apenas no Brasil, mas em outros países do mundo, como, por exemplo, na França em que estas discussões quanto a “história da história” e “escrita da história” vem a constituir a “Escola dos Annales” em 1929 (BURKE, 1991).

### **2.2.3 – Educação para a construção de uma identidade nacional.**

Não é possível escrever sobre a construção de uma identidade nacional no Brasil durante seu período Imperial ou da Primeira República, sem falar sobre o Imperial Colégio Pedro II, que mesmo com as tentativas, durante a República, de esvaziamento de sua importância no conjunto dos estabelecimentos secundários, se mantêm com seus moldes do período imperial, e sua influência nos manuais e normas para a educação em todo o Brasil.

A inauguração de uma instituição de ensino secundário no Brasil se soma a uma série de esforços para a composição da imagem de um projeto de modernização e civilização Imperial. Constituiu-se um espaço físico para a construção da memória nacional com padrões e simbologias monarquistas, com o foco na formação das elites nacionais, estas para formar

---

<sup>31</sup> Giambattista Vico (1668, 1744) filosofo, historiador e jurista. Trabalhava as percepções da Renascença introduzidas pela metodologia dos primeiros investigadores modernos.

quadros para o funcionalismo público que se fazia necessário após a independência da metrópole. Arlette Medeiros Gasparello ressalta:

O ensino secundário colegial instituído oficialmente na Regência, apenas quinze anos após o Sete de Setembro, pode ser visto como a expressão de uma política de *formação das elites nacionais*, como um grupo que deveria sobressair-se e manter-se *distinto* do conglomerado heterogêneo formado pelos habitantes do Brasil Independente. (GASPARELLO, 2004 p.33)

A data do primeiro dia de aula na instituição também não foi escolhida ao acaso, o dia do natalício do jovem imperador, 25 de março de 1838 e, também, o aniversário da Constituição Brasileira. Estas informações, trazidas por Gasparello, alimentam a rede de representações e as tradições da construção de um colégio como o Pedro II deveria ter, materializado em seu espaço, um cerimonial de inauguração imponente, contando com a presença do próprio imperador. O local escolhido para a implantação do colégio é tratado, pela autora, também como importante para a imagem que a escola teria, “A imponência do prédio e suas amplas salas eram motivo de referências elogiosas, consideradas as maiores das existentes na Corte” (GASPARELO, 2004 p.34), ganhando a escola ares de local da intelectualidade da corte no período, recebendo reuniões sociais e culturais da elite intelectual.

A educação voltada para as elites no período é trabalhada por vários autores/as, já citados neste trabalho como Circe Bittencourt (2008) e Arlette Medeiros Gasparello (2004), mas a explicação que melhor contempla a temática é dada por Ciro Flávio Castro Bandeira de Melo (2008), em seu livro *Senhores da História e do Esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*.

Esta educação elitista se evidencia quando o colégio, que tinha um caráter oficial porém era pago, mesmo os alunos que tinham garantida a gratuidade do colégio Joaquim Manuel de Macedo adverte em seu relato que “são mais contribuintes do que os contribuintes<sup>32</sup>” (MELO, 2008 p.76). Esta visão é explicada pelo autor quando mostra as influências que envolviam o colégio em seu tempo afirmando que o

Imperial Colégio Pedro II não podia fugir as regras do seu tempo. E, na época, duas forças podiam contribuir para impedir que a escola secundária fosse gratuita no Brasil. A Igreja Católica e os interesses ditos liberais (o que teoricamente tornavam iguais interesses conflitantes) lutaram intensamente contra a escola secundária pública e gratuita. A Igreja, para defender seu espaço privilegiado de religião oficial, para divulgar e ampliar seu próprio culto; o outro, para reservar, sobretudo, espaços de ganhos e lucros ao setor privado. Ambos, como meio de manter controles ideológicos sobre o todo da população brasileira (MELLO, 2008, p.75)

---

<sup>32</sup> O colégio Pedro II “foi estabelecido nos próprios aposentos de um antigo orfanato para pobres, que fora desativado, recebendo todos os recursos de patrimônio da antiga instituição” (MELO, 2008 p.76) sendo assim este recurso foi calculado por Macedo como o valor “gasto” nas anualidades dos alunos que tinham o direito a gratuidade, chegando à conclusão de que a gratuidade dada a 12 alunos do colégio Pedro II equivaleriam ao valor pago por 20 outros estudantes.

Gasparello (2004) informa que até o final do império o Colégio teve bispos e doutores<sup>33</sup> como reitores (termo que se altera com a república para diretor), que teve ao longo dos anos várias mudanças administrativas que visavam organizar e controlar o ensino secundário no país. De modo que o controle

Administrativo era exercido com o apoio de regulamentações de todos os aspectos relativos ao ensino no Colégio Pedro II, como inscrição dos alunos, sistema de aulas, horários, idade dos alunos, sistema de exame, concurso de professores, compêndios e outros materiais de ensino, detalhados nos regimentos do colégio. Tal controle era reforçado pela atuação firme e decidida dos reitores que, com a inteira dedicação ao Colégio, tudo fiscalizavam e prestavam contas ao Inspetor Geral, as atividades estavam previstas em horários controlados por inspetores e bedéis. Desde o decreto de fundação, fora estabelecido que seriam admitidos alunos internos e externos no Colégio, que pagariam honorários – uma quantia fixada anualmente, sendo que o governo poderia admitir gratuitamente até 11 alunos internos e 18 externos (art. 11). (GASPARELLO, 2004 p.35)

O controle se dava, também, com relação aos Currículos do colégio, Melo (2008) cita dez mudanças curriculares entre os anos de 1838 e 1901. Todas as matrizes curriculares envolvendo grandes esperanças de mudança, mas que na opinião de Macedo não foram correspondidas. Um problema levantado pelo autor também aparece com uma análise de trechos de seu texto, como quando trata do currículo de 1841, por exemplo, que trazia o ensino de História do Brasil vinculado ao sétimo ano (Melo 2008, p.81), em um momento anterior o autor traz a informação de que os anseios por obras didáticas quanto à História do Brasil não se resolveram com as obras de Lima e Silva, muito criticada por Macedo, e o que acabou se utilizando por mais tempo foi o manual do filho do Padre Roma.

Melo (2008) não aborda temáticas já citadas neste trabalho, referentes a premiações do IHGB para a criação de obras didáticas com o tema da História do Brasil, ou imposição do Imperador Pedro II na criação da cadeira de História do Brasil, mas afirma que após 1855, com o texto História do Brasil de Varnhagem sendo publicado, Macedo se anima a escrever e a se tornar também autor didático. Sendo adotado no colégio Pedro II, estando a ideia de Macedo imperando soberana sobre as escrita mentalidade histórica do Brasil.

Macedo, ao escrever uma História do Brasil apoiada na obra de Varnhagem, foge às críticas feitas a seus antecessores na escrita dos livros didáticos, principalmente àquela feita à imagem descrita do que deveria ser considerado “brasileiro”. Circe Bittencourt (2007), em seu

---

<sup>33</sup> A autora não informa a quem se destinava o título de Doutores por ela citados, porém com base em minhas pesquisas e discussões chego à conclusão de que os ditos doutores do período eram os formados nas cadeiras de Direito ou Medicina, mas também aceito como os “Doutores de Letras” pessoas consideradas capacitadas para exercer função pedagógica mesmo sem uma formação formal, formação esta no período praticamente inexistente.

artigo *Identidades e ensino da história no Brasil*, traz a crítica feita por Varnhagem ao livro de Abreu e Lima. Veja-se o fragmento abaixo.

A veemente crítica que o historiador Adolpho Varnhagem fez a uma das primeiras obras didáticas de história do Brasil, *Compendio da história do Brasil*, do general Abreu e Lima, publicada em 1843, expressa esse processo de consolidação de uma identidade com o mundo e com o povo europeu. Uma das críticas de Varnhagem ao *Compendio*, apresentada em publicações da Revista do IHGB, refere-se ao fato de o autor referir-se às populações indígenas como “brasileiros”. A indignação de Varnhagem quanto a tal referência explicita a concepção de povo brasileiro que predominava: são os brancos e seus descendentes, evitando admitir a condição de mestiçagem dessa população nacional (BITTENCOURT, 2007 p.37).

A autora continua a explanação sobre a criação dos heróis dentro deste quadro de construção de uma identidade nacional. Estes heróis começam a ser marcados através de seus feitos históricos em defesa da pátria, isto quer dizer, que os heróis nacionais começam a ser criados desde o tempo da colônia, em lutas contra metrópoles estrangeiras européias (holandeses, espanhóis, franceses dentre outros) e também contra os indígenas que lutavam contra a civilização cristã, exaltando os missionários catequistas.

O modelo de escrita empregado por Varnhagem e o IHGB no império, e repetido nos livros didáticos se mantém após a república. Thais Nívia Fonseca (2001), em seu artigo “*Ver para compreender: arte, livro didático e a história da nação*”, aborda as obras artísticas e livros didáticos com ênfase em José Francisco da Rocha Pombo e sua obra didática *História do Brasil*, editado pela primeira vez em 1919.

Como já tratado anteriormente, o problema referente à identidade nacional não se dá por resolvido após a mudança de modelo político, tendo a construção da nação e da identidade nacional se mantido como importante preocupação das elites brasileiras. Este é um tema abordado nos livros didáticos de José Francisco da Rocha Pombo (Rocha Pombo), no qual o

processo de constituição da nação, desde as primeiras manifestações nativistas até a independência, é apresentado no livro de Rocha Pombo de forma coerente com sua proposta inicial, mantendo o texto no estilo romanceado e exaltador. A formação do sentimento nacional e a conquista da independência remontariam às lutas contra holandeses no Pernambuco, no século XVIII, proposição cara à historiografia ligada ao IHGB, desde Varnhagem e Capistrano de Abreu. (FONSECA, 2001 p.98)

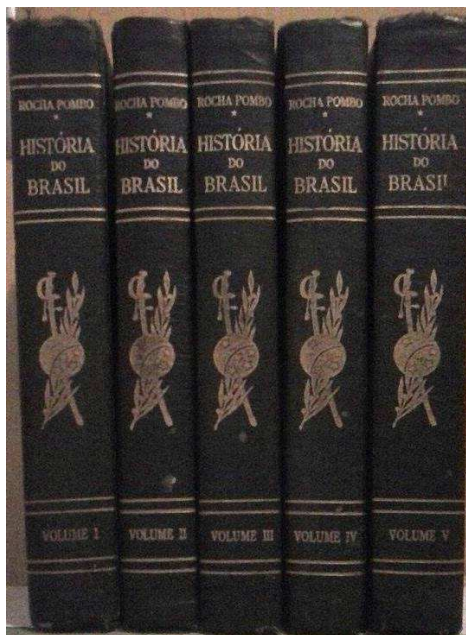
Se com o modelo histórico adotado os republicanos brasileiros não rompem com o modelo histórico aderido pela monarquia, com instituições vinculadas ao Estado brasileiro este rompimento se dá de maneira abrupta. Por exemplo com a Igreja, a história sagrada deveria sair dos currículos escolares dando lugar a uma história patriótica. Com o início da república estas mudanças foram feitas, a História nas escolas primárias caracterizou-se por um ensino cívico patriótico, que cada vez mais foi se acentuando, atingindo contornos fascistas no final da década de 1930. O Imperial Colégio Pedro II trocou de nome para Ginásio Nacional

logo após a proclamação da República, alteração que durou pouco tempo com seu nome voltando a ser Colégio Pedro II, e continuou servindo de referência para o restante do país em relação a ensino secundário (BITTENCOURT, 2007 p.39).

### 3. A OBRA DIDÁTICA HISTÓRIA DO BRASIL DE JOSÉ FRANCISCO DA ROCHA POMBO

Neste capítulo examinarei especificamente a obra didática de História do Brasil de Rocha Pombo, utilizando como fonte a edição que possuo da editora W.M Jackson Inc. de 1947, dividida em cinco volumes. Esta análise será breve no que corresponde a cada volume da obra, a fim de apresentar exemplos do que abrange cada um deles. Limitarei a abordagem dos capítulos o que considero ser o mais significativo dentro da obra didática de Rocha Pombo, com base na análise previamente realizada, assim, somente me aterei a sub-tópicos especificamente quando estes forem de primordial importância para a compreensão da escrita de Rocha Pombo em cada um dos volumes.

Cada volume tendo 25 centímetros de altura, 17 centímetros de largura.



(Figura 3 – Imagem dos cinco volumes da obra de ROCHA, Pombo. **História do Brasil**, Acervo do autor)

Apresento a seguir a organização de cada um dos volumes com seus respectivos:

Volume I: O descobrimento e a colonização, capítulos: I – Antecedentes Históricos; II – O Descobrimento; III – A Terra; IV – Os três Reinos da Natureza; V – As Raças em Fusão; VI – A Conquista e a Colonização do Litoral; VII – Formação do Nosso Espírito Nacional.

Volume II: O regime Colonial, capítulos: VIII – O que se passa, durante a ocupação holandesa, nas capitanias que não foram subjugadas; IX – O Regime Colonial; X – Integração do Território.

Volume III: A formação do espírito da pátria, capítulos: XI – A época das Minas; XII – Situação do Litoral; XIII – Primeiras manifestações formais de espírito de pátria; XIV – Acontecimentos que obrigam a corte portuguesa a refugiar-se no Brasil; XV – A Corte no Rio de Janeiro.

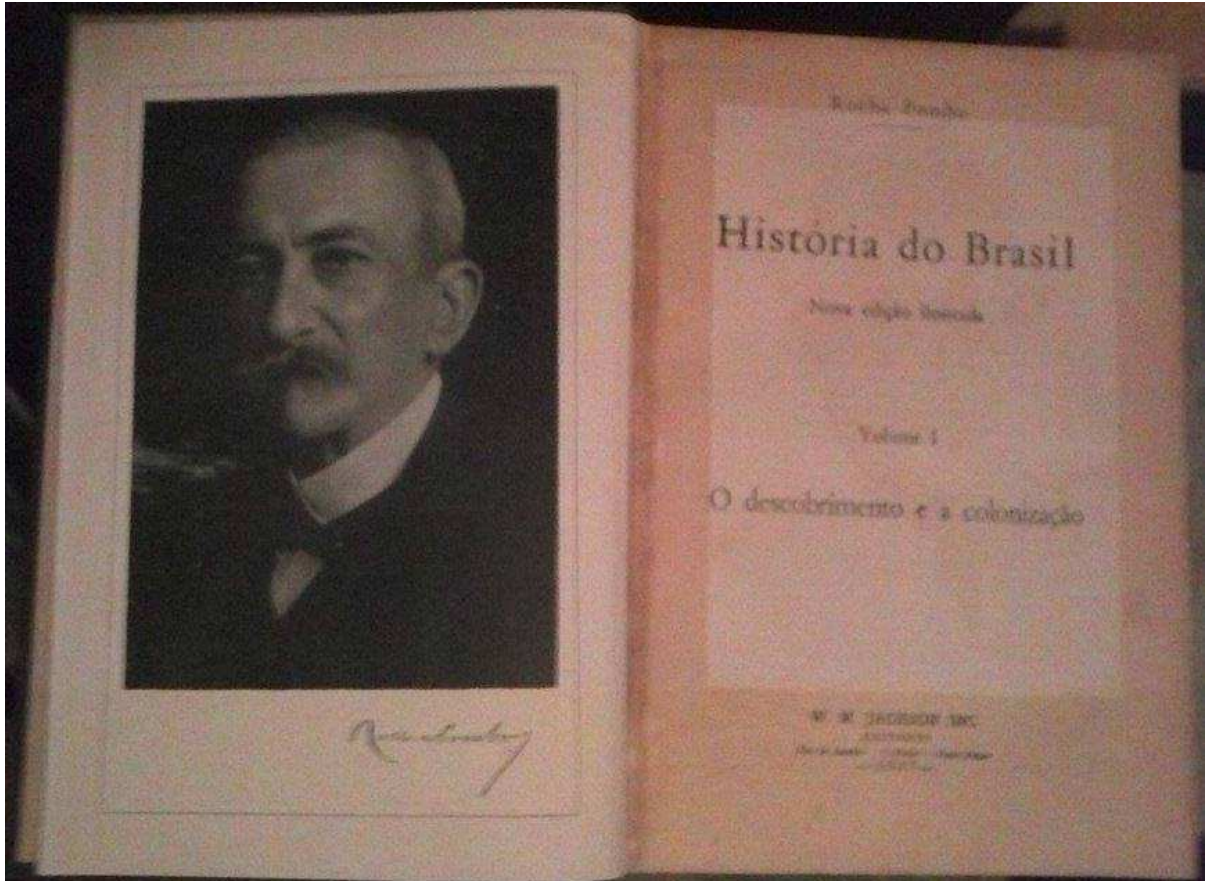
Volume IV: A independência, capítulos: XVI – A independência; XVII Reação contra os processos de D. Pedro; XVIII – Período Regencial.

Volume V: A república, capítulos: XIX – Complicações da política interna; XX – Complicações da política externa; XXI – Normalização da ordem política, e desenvolvimento geral do País; XXII – A Fase Republicana.

### **3.1 – Os Volumes de História do Brasil de Rocha Pombo.**

Os cinco volumes de História do Brasil de Rocha Pombo mantem um padrão de escrita e separação didática da história. Marcos históricos e documentos são elementos relevantes durante a escrita dos capítulos. Todos os volumes possuem capa dura, e a mesma contém uma imagem em relevo relacionada a um dos temas tratados no livro.

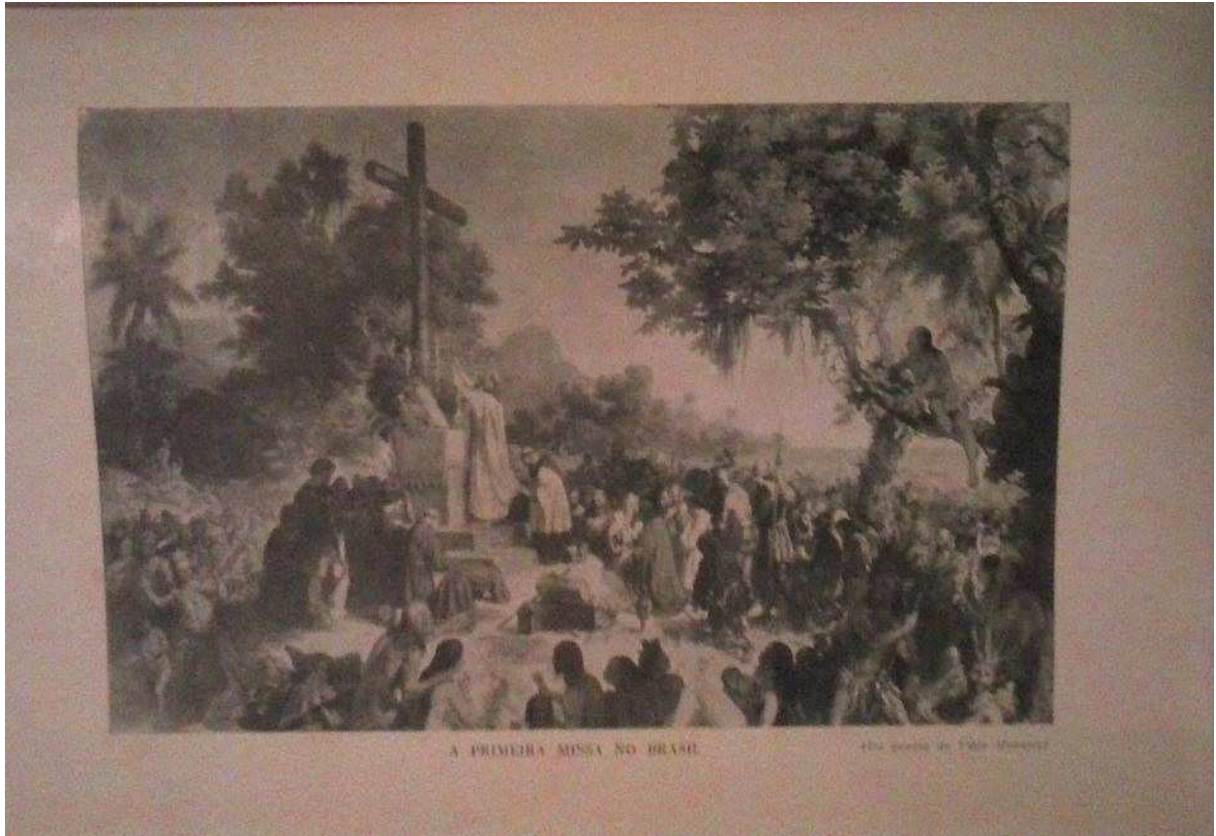
A obra é pensada e estruturada de forma a atender uma perspectiva linear da História. Assim, cada livro é dividido em capítulos, que dialogam entre si, cujos temas são dispostos cronologicamente. Há também uma continuidade na numeração dos capítulos ao longo dos volumes. Em todos, há uma imagem antes da apresentação do nome do capítulo, não existindo qualquer ligação explícita entre o texto escrito e a imagem exposta. A imagem costumeiramente é vinculada ao período histórico abordado, e como exceção, o primeiro volume expõe uma foto do próprio Rocha Pombo, de modo a referenciar o autor.



(**Figura 4** – Imagem da contra capa da obra de ROCHA, Pombo. **História do Brasil**: Volume I, *O descobrimento e a colonização*. Acervo do autor).

As imagens estão dispostas entre duas folhas, não participando da mesma brochura do livro, normalmente coladas e impressas em folhas de material diferente das demais. Não caracterizadas como páginas, situam-se entre a marcação de duas páginas.





(**Figura 5** – Imagem da página 15 da obra de ROCHA, Pombo. **História do Brasil**: Volume I, *O descobrimento e a colonização*. Acervo do autor)

Cito como exemplo a imagem A primeira Missa no Brasil de Victor Meireles que está entre a página 46 e a página 47, mesmo constando no índice de gravuras como exposta na página 47.

Rocha Pombo . . . . .	Frontispício
A Descoberta do Brasil . . . . .	15
A Primeira Missa no Brasil . . . . .	47
Martin Alonso de Sousa, no porto de Piaçaguera, a caminho de Pissisanga . . . . .	127
Fundação de São Paulo . . . . .	191
Fortaleza de Villegagnon . . . . .	223
Martin Alonso de Sousa . . . . .	271
Captura de navios carregados de açúcar pelo Almirante Pieteraco Heyn, na Baía de Todos os Santos . . . . .	387
Primeira Batalha de Guararapes . . . . .	463

(**Figura 6** – Imagem do Índice de gravuras da obra de ROCHA, Pombo. **História do Brasil:** Volume I, *O descobrimento e a colonização*. Acervo do autor.).

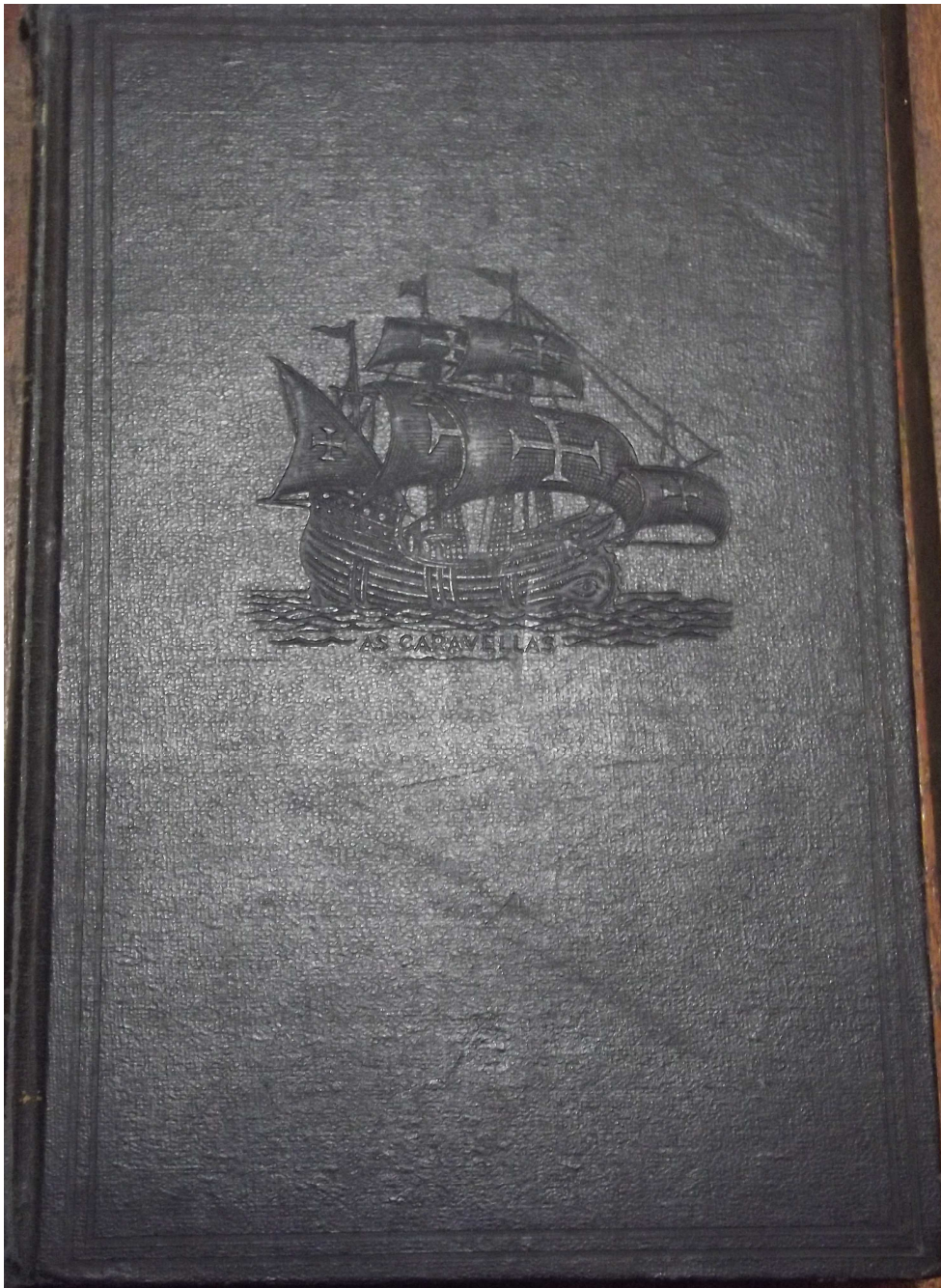
Dentro dos volumes, há imagens atribuídas a autores desconhecidos, e curiosamente, algumas dessas obras são homônimas a trabalhos consagrados de autores como Victor Meirelles. No volume V, a imagem com título de “*Combate Naval do Riachuelo*” – pintura amplamente conhecida de Victor Meirelles – é apresentada totalmente diferente. (ANEXO II).

### 3.1.1 – Volume I: O descobrimento e a colonização

Este especificamente se destina ao maior recorte temporal entre os cinco integrantes da coleção. Destina-se a tratar do final do século XV com os antecedentes históricos e as grandes navegações, até meados do século XVII com o término do domínio holandês no



Brasil. A imagem na capa do livro é uma caravela com a cruz de malta em relevo<sup>34</sup>, e tem na sua contra capa a imagem de Rocha Pombo.



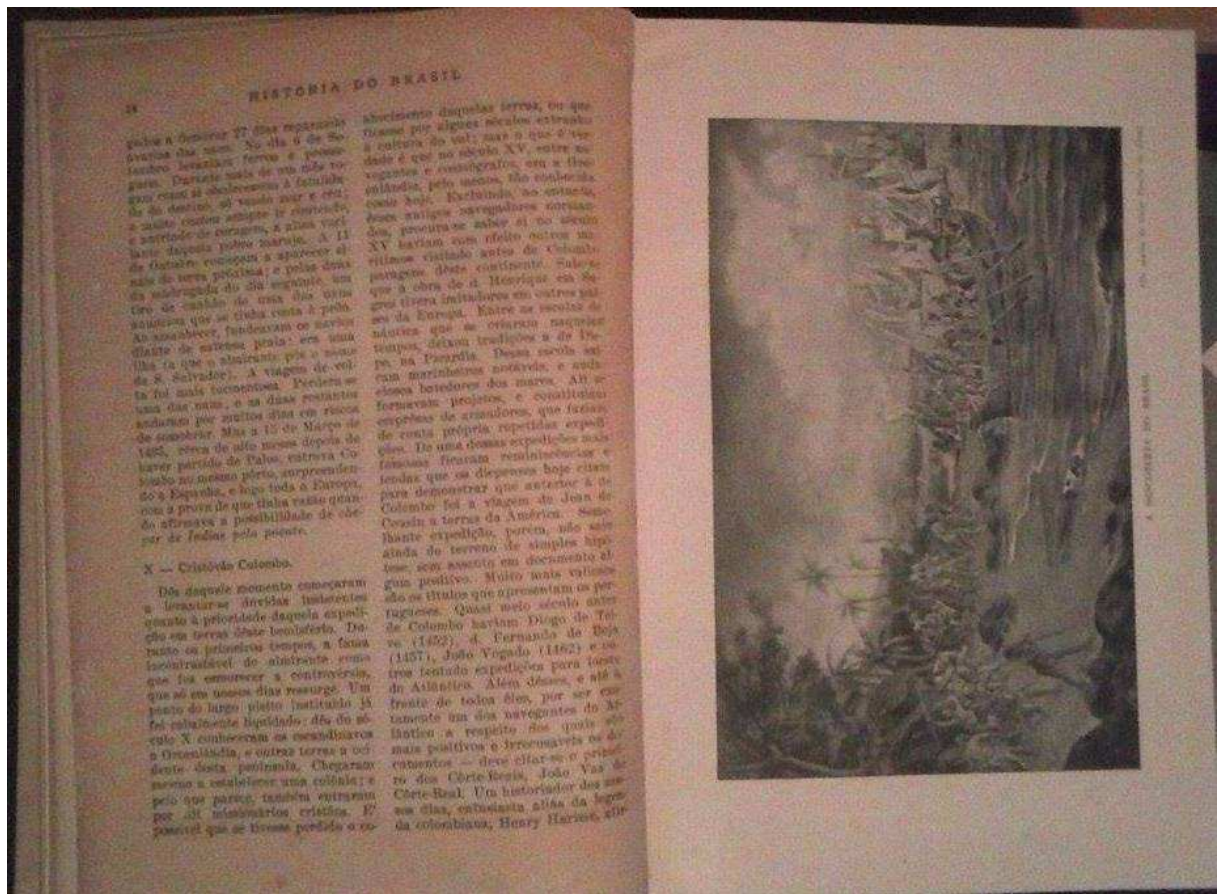
(**Figura 7** – Imagem capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil: Volume I, O descobrimento e a colonização.** Acervo do autor)

Em suas 494 páginas, trata do período anterior a chegada de Pedro Alvarez Cabral no Brasil até a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro em oito capítulos. No capítulo I, discorre sobre os antecedentes à descoberta do Brasil, tratando da situação política na Europa

---

<sup>34</sup> O motivo de não haver uma fotografia da capa é que a imagem em um livro antigo estar apenas em relevo não aparecem na fotografia.

no século XV, abordando em seus sub-tópicos assuntos referentes a rota para as Índias: dos conhecimentos a necessidade de uma rota marítima, uma vez que os portugueses já haviam estabelecido comércio em certos lugares. Navegadores como Cristóvão Colombo e Vasco da Gama são abordados como sub-tópicos deste capítulo, em uma narrativa de heroísmo e exaltação a importância da descoberta destes dois nomes para as Grandes Navegações. Entre estes dois sub-tópicos apresenta-se a imagem *A descoberta do Brasil*, obra de Oscar Pereira da Silva, entre as páginas 14 e 15, não existe vinculação entre o texto escrito e a imagem inserida no volume. Este capítulo contém onze páginas e onze sub-tópicos.



(Figura 8 – Imagem da página 15, do livro de ROCHA, Pombo. *História do Brasil: Volume I, O descobrimento e a colonização*. Acervo do autor.)

No capítulo II “O descobrimento”, o caminho para o ocidente continua a ser abordado, somando a exploração do golfo do México e como esta exploração abriu as possibilidades para a conquista do novo continente descoberto. A imagem de Pedro Álvares Cabral, sua frota, e a solenidade de sua partida são pontos importantes para este capítulo, pois, em seu último sub-tópico “Pontos Controversos” problematiza a existência de controvérsias quanto a chegada de Cabral ao Brasil - “resultado de um plano concebido ou simples obra do

acaso” (POMBO, 1947, VI p.22). Porém, segundo o autor, a importância de Pedro Alvarez Cabral é a mesma de Colombo, devido a autenticidade histórica. Nas palavras do autor:

Quanto a prioridade de Cabral quase que poderíamos dizer o mesmo que em relação aos predecessores de Colombo: muitos lhe disputam a glória de haver chegado a paragens da América do Sul antes de 1500, mas o que é certo é que a obra do navegador português é a que tem autenticidade histórica. (Idem)

Este trecho demonstra a importância para Rocha Pombo da autenticidade histórica, onde a busca por uma verdade absoluta na História é conquistada somente pela documentação. Essa importância atribuída aos documentos é demonstrada também no capítulo III, “A Terra”, onde o autor discorre sobre as primeiras documentações enviadas pela frota de Cabral para Portugal. O capítulo centra-se nas primeiras impressões dos portugueses quanto à terra descoberta, e nas questões geográficas, fluviais, constituições geológicas e urbanísticas brasileiras, se estendendo até a República, entre elas os limites das terras do Brasil, que segundo o autor só seriam demarcados no período, ou questões endêmicas tanto na exploração do interior do país quanto às vinculadas as questões sanitárias das cidades brasileiras.

O quadro já citado A Primeira Missa no Brasil está dentro deste capítulo. A exemplo do capítulo anterior, não há interlocução entre a imagem e os textos contidos no seu entorno, ou mesmo uma referência para a leitura da imagem.

O Capítulo IV “Os Três Reinos da Natureza” se destina a uma análise geral da flora e da fauna das terras brasileiras. Capítulo de caráter nacionalista, de conhecimento e unificação do estado nacional. As florestas brasileiras são bastante citadas na obra. Sua análise das terras brasileiras passa pelos sub-tópicos: Considerações gerais; Riquezas do subsolo; A propaganda da Terra; Capacidade produtiva do Solo; Relance geral sobre a flora; As zonas florestais; A flora dos Campos; Preliminares sobre a fauna; Caracteres gerais da nossa fauna; Mamíferos; Aves; Reptís (sic); Peixes; Moluscos; insetos; “Conclusão; o Habitat em geral”. A exaltação das riquezas naturais do país e sua capacidade de crescimento constrói uma narrativa que aponta amplas possibilidades de crescimento para a nação, rebatendo críticas oriundas de visitantes ao país.

Destacarei o sub-tópico 3, “A propaganda da terra” no qual Rocha Pombo traz as impressões negativas quanto a geografia brasileira para alguns viajantes que aqui chegavam, respondendo às suas críticas durante seu texto de maneira veemente, como pode-se observar no trecho a baixo:

Nunca se soube que esplendor de natureza emarçasse o gênio do homem. E Buckle, com espanto dos que mais admiram, chega a inverter a ordem dos fenômenos. Podia



êle (sic) – é claro – supôr(sic) que surpreendia aquí (sic) um homem insignificante em presença de uma natureza revestida de todas as majestades da fôrça(sic) (POMBO, 1947, VI, p.51).

“As Raças em Fusão”, capítulo V da obra de Rocha Pombo se aproxima da obra de Von Martius - trabalhada no primeiro capítulo deste trabalho - com relação as raças existentes no Brasil, os portugueses, índios e negros. O autor faz um histórico referente a vinda dos indígenas para a América e a ocupação das terras brasileiras pelos mais variados de seus grupos. Afirma existir, na chegada dos portugueses, uma hierarquia evolutiva entre os grupos indígenas, os tornando mais ou hostis ou receptivos aos colonizadores e capacitados para o comércio. Argumenta sobre a vinda dos negros e a utilização da mão de obra escrava em toda a América, considerando que os primeiros africanos trazidos para a América tiveram como destino não as terras portuguesas, e sim àquelas sob domínio espanhol, “sendo o tráfico e a escravidão implantado nas Antilhas, Cuba e Haiti, tornado esta última ilha o maior centro de elementos africanos do continente” (POMBO, 1947, VI p.98). O tráfico acontecia nas terras africanas e foi apenas trazido para o Brasil. Discorre ainda sobre a influência portuguesa como civilizadores das terras brasileiras e fundadores da nação.

As influências de todas estas raças aludidas pelo autor são exemplificadas pela língua falada no Brasil, sua cultura mestiça e de sincretismos identitários entre as várias raças nas festas, alimentação e também manifestações religiosas. Martius incorpora em seu texto falas sobre a vinculação entre Tupã e Deus: Tupã seria para os indígenas a figura de Deus para os portugueses. Debate no sub-topico, que se destina a fazer uma síntese deste capítulo, a discussão quanto ao “tipo nacional” na citação abaixo:

Não temos, portanto, nem poderíamos(sic) ter ainda um tipo nacional. Tem-se afigurado a certos escritores que legítimo brasileiro é o mestiço. Mas êsse(sic) modo de ver importaria em excluir as mesmas raças individualmente : nem o africano, nem o índio, nem o branco imunes seriam brasileiros. Demais: nem sempre o *metiço*(sic) representa as três raças; nem é possível assinalar um limite à gradação da mestiçagem, pois já se conhecem casos nos quais seria muito difícil surpreender vestígios claros de qualquer das duas raças inferiores – Tão desfeitas já se encontram no sangue branco.

Sustentam outros que brasileiro é, melhor do que ninguém, o selvagem que encontramos aquí(sic), antigo senhor da terra, e o mais bem caracterizado dos tipos que ela criou. Mas êsses(sic) esquecem que não se trata aquí(sic) de uma raça *natural*(sic), e muito menos de obra exclusiva de uma raça. O que temos de ver no Brasil, como em toda a América latina, é uma raça *histórica* (sic) em preparo, na qual pôde(sic) ponderar-se o valor ou a extensão de vários fatores, mas sem atribuir a nenhum dêles(sic) uma função exclusiva (Idem, p.116).

Como já citado anteriormente, Rocha Pombo era um homem de seu tempo, e escreveu seu livro aos moldes de sua época, trabalhando sob a perspectiva de Varnhagem quando discorda da vinculação dos indígenas ou dos mestiços como a preponderante raça brasileira.

O capítulo VI “A conquista e a colonização do litoral” é o capítulo com o maior número de sub-tópicos de toda a coleção, em suas quarenta e quatro sub divisões trata das questões de povoamento e ocupação do litoral brasileiro ocorridas no século XVI. Faz um histórico quanto ao povoamento e os problemas da metrópole portuguesa em colonizar estas terras, e a utilização das terras brasileiras “abandonadas” pela metrópole por traficantes que ameaçavam o domínio de Portugal sobre estas terras.

O autor é detalhista quando aborda o projeto de colonização das terras brasileiras, tratando das donatarias de maneira bastante prolongada. Separa em sub-tópicos específicos quanto à donatarias de: São Vicente; Pernambuco; Pero Lopes; Paraíba do Sul; Espírito Santo; Pôrto-Seguro(sic); Ilhéus; Baía; Donatarias do Extremo Norte. O assunto se encerra vinculando as donatarias a um processo fadado ao fracasso pela falta de apoio e investimento da metrópole no mesmo. O autor enfatiza que a postura tomada pela metrópole poderia desencadear a perda do domínio português na América, como na citação abaixo:

Poder-se-ia aliás ter previsto o insucesso daquele expediente como fôrma(sic) de regular a obra da conquista e povoamento.

Tudo nele era tão aberrante de todos os processos históricos que chega a parecer estranho como pôde(sic) ser praticado por tantos anos sem maiores prejuízos para a formação futura, e sobretudo sem perigos mais graves para o domínio português na América (Idem, p.155).

Rocha Pombo narra as ações que se seguiram por parte do governo português para manter a colônia na América: trata da fundação do “Govêrno Geral”(sic) e da fundação da “Baía”(sic), vinda dos missionários Jesuítas e o projeto ao qual eles se destinavam nas várias capitânicas. Há neste capítulo o primeiro traço de nacionalismo, que será aprofundado no capítulo seguinte. Com relação a expulsão de estrangeiros das terras brasileiras, o autor refere-se a expulsão dos franceses, que se encontravam povoando terras da América Portuguesa, centrado na figura de Mem de Sá. Ao final do capítulo, Rocha Pombo faz um apanhado geral da situação de domínio da costa brasileira no final do século XVI, afirmando que os colonos estavam praticamente livres da ação de traficantes, e que a metrópole conseguia ter um bom controle da costa, e a indústria dos engenhos de açúcar estava fundada “O número de *engenhos* calcula-se em cêrca(sic) de duzentos, em toda a zona povoada, e a produção total em mais de três milhões de arrobas” (POMBO, 1947, VI, p.268), porém, com a existência de problemas em relação a navegação entre as colônias no Brasil.

No sétimo e último capítulo deste volume “Formação do nosso espírito nacional”, Rocha Pombo narra o século XVII como o “século mais notável de toda nossa história Colônia” (POMBO, 1947, VI p.271). Durante todo o capítulo o autor trata de situações de resistência a ocupação estrangeira no território português, principalmente a ocupação

holandesa no nordeste brasileiro, descrevendo uma história militar de bravura dos colonos portugueses nas terras americanas contra o domínio estrangeiro, tratado pelo autor como “usurpadores”, estabelecendo uma vinculação entre a bravura dos brasileiros e a não aceitação de uma outra metrópole para as terras.

O espírito do povo em retomar a terra é exaltado. Segundo o autor, desde 1641

se preparava a revolução decisiva contra os holandeses. Aliás (sic) aquela esperança de reconquistar a terra nunca morrera no coração dos pernambucanos: apenas o governo(sic) – sábio, conciliador e magnífico – do conde de Nassau tinha conseguido entreter por algum tempo aquele forte espírito de pátria que a violência e a humilhação não puderam matar. Mas, ainda no tempo do príncipe, logo que a restauração de Portugal exaltou o sentimento dos colonos, a idéia(sic) de resgatar a província subjugada renasceu mais viva em toda parte. (Idem, p.424)

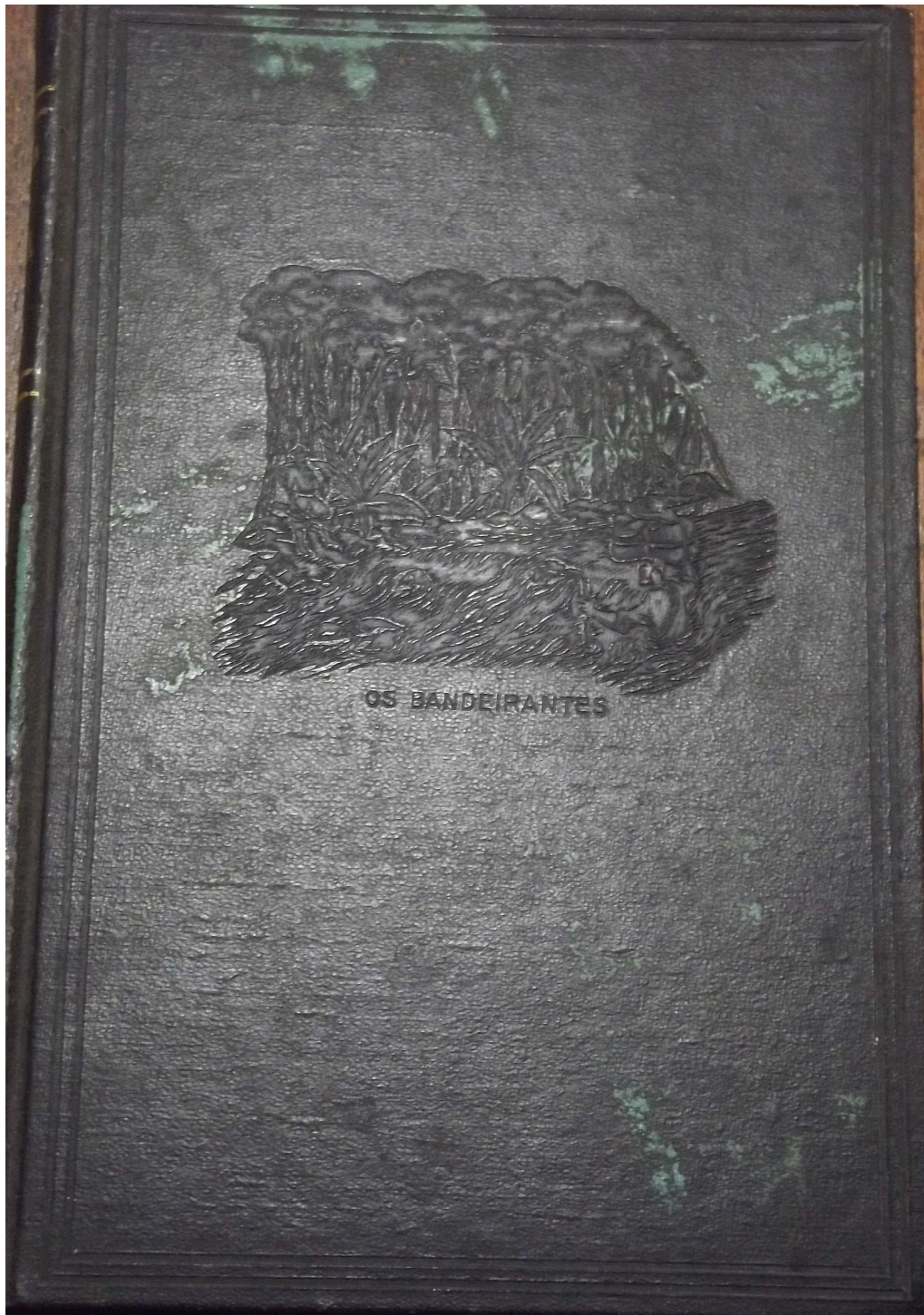
Acompanhado do projeto historiográfico que se mantém do Brasil Império à República Velha, Rocha Pombo trabalha dentro dos parâmetros referentes à formação das almas em virtude de um espírito patriótico, exaltando o espírito do povo em ter recuperada parte de seu território para sua identidade. O capítulo é fechado com o sub-tópico “Repercussão da vitória no espírito de todos os colonos”, com uma fala que leva o leitor a pensar o Estado nacional das colônias dentro de um sentimento unitário, afirma que “em todas as capitanias que tinham ficado livres do poder holandês repercutiam os efeitos daquela invasão, feita por um povo ambicioso e forte, desvanecido da sua fortuna e seguro do seu esforço(sic).” (POMBO, 1947, VI p.484), e exalta posteriormente o sentimento que alcançava a todas as colônias, pois todas elas “se sentiam afrontadas daquela intrusão, bastava a circunstância de se haverem encontrado na campanha libertadora voluntários de todas as outras capitanias, numa perfeita união e solidariedade contra a violência” (POMBO, 1947, VI p. 486).

A figura de heroísmo e de bravura trabalhada em todo o livro é exaltada no final do primeiro volume, pois não só os nomes marcantes prestigiados por sub-tópicos do livro são enaltecidos, mas a todos os voluntários presentes na empreitada de “libertação” do domínio estrangeiro.

### **3.1.2 – Volume II: O regime Colonial**

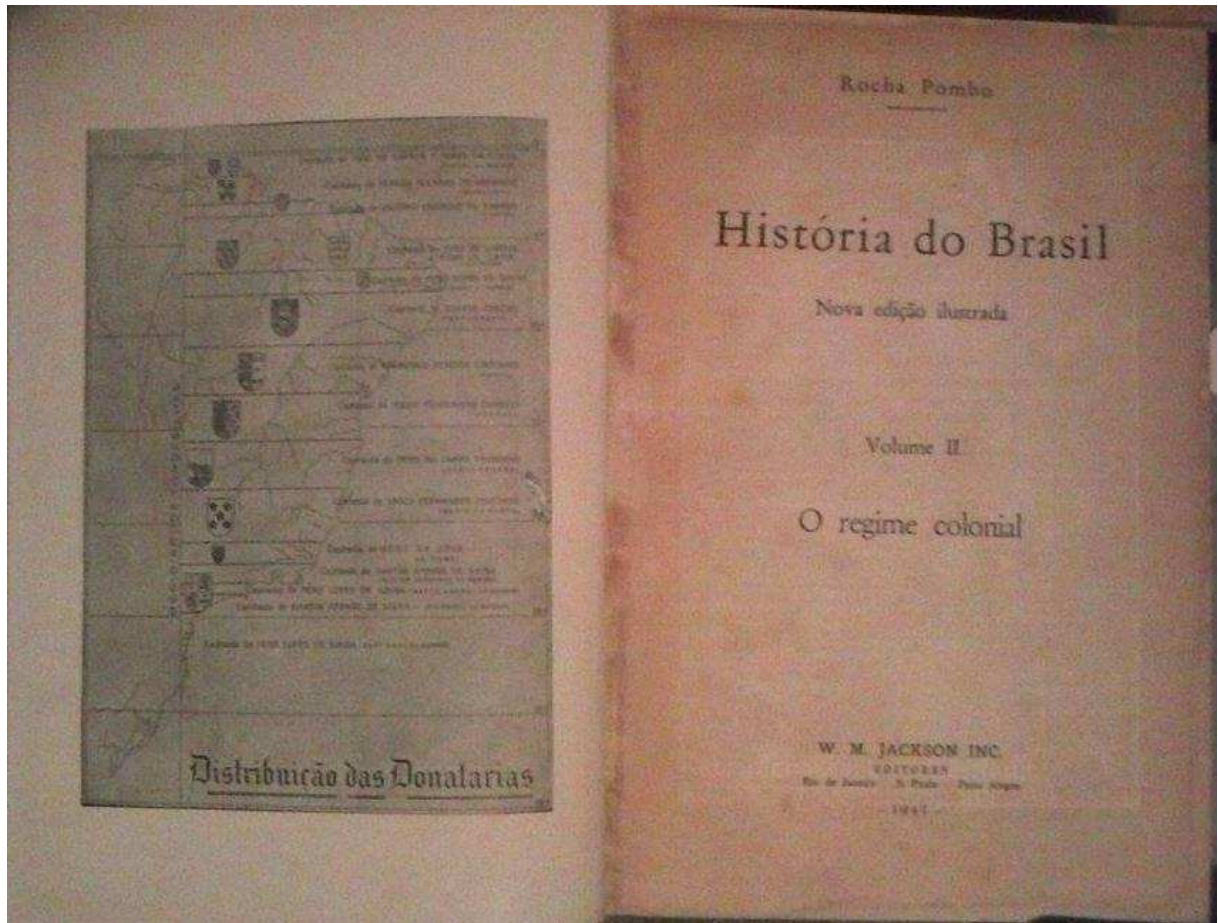
Em sua capa, contém a imagem que referencia os Bandeirantes em relevo. Em sua contracapa a imagem de um mapa com a distribuição das donatarias e seus respectivos braços, e a linha do meridiano de Tordesilhas.





(**Figura 9** – Imagem da capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil: Volume II, O Regime colonial.** Acervo do autor.)

Este volume inicia no período histórico onde o primeiro termina, ou seja, em suas 402 páginas divididas em três capítulos: VIII, IV e X. Destina-se ao início do século VXII, com os acontecimentos nas capitanias que não foram subjugadas durante a ocupação holandesa, até aproximadamente a metade do século XVIII com a expulsão dos Jesuítas pelo Marques de Pombal, e os conflitos com os espanhóis entorno das margens do Rio do Prata.



(Figura 10 – Imagem da contra capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil: Volume II, O Regime colonial.** Acervo do autor.)

O tema do capítulo I do volume, VIII da coleção, “O que se passa, durante a ocupação holandesa, nas capitanias que não foram subjugadas” se inicia com o papel da colônia do Maranhão, em repelir a invasão holandesa, se seguindo dos governos que foram centralizados e o caráter interiorizador das colônias portuguesas na América. O autor é detalhista nas descrições do período citando datas, localidades e nomes. A questão da vinculação entre estado português e Igreja Católica é marcante, pois, o autor se prende em boa parte do texto as questões de disputas entre colonizadores e Jesuítas. Os primeiros tendo o ímpeto de conseguir riquezas tinham os índios como uma mão de obra a disposição para a escravização, enquanto os Jesuítas tinham como foco a catequização destes gentios. Afirma que “dês do primeiro dia da conquista açulou-se assim a ganancia incontiente dos aventureiros, que só procuravam as novas terras como quem arrisca a vida num combate de que lhe há de sair a fortuna ou a morte” (POMBO, 1947, V2 p.20), e completa dizendo que não viam no selvagem uma criatura pertencente à espécie humana (POMBO, 1947, V2 p.20). O autor se aprofunda nas discussões que envolviam colonos em busca de riquezas e a influência da Igreja junto ao governo português, destaca como esta disputa na colônia chegou

a se tornar conflito armado, sendo por vezes, os jesuítas expulsos de colônias que não aceitavam dividir suas terras com os indígenas.

Ao final do capítulo aborda o surgimento dos quilombos no Brasil, principalmente o Quilombo dos Palmares. O autor atribui este surgimento a dois fatores: o primeiro, a tomada dos colonos do litoral, expulsando os índios mais hostis para o interior, índios estes que segundo o mesmo tinham intrigas de diferenças raciais contra os negros; e o segundo, a movimentação de tropas para retomar as terras dos intrusos da colônia deixaram senzalas desguarnecidas e o ataque aos quilombos impossibilitados. Quanto ao quilombo dos Palmares afirma:

Com o tempo, logo que se tornaram conhecidos os primeiros *quilombos*(sic), de todas as colônias daquele trecho da costa (de Pôrto-Seguro(sic) a Paraíba) afluíam negros para os sítios de Palmares – o único recanto do país onde se estava desafogado da guerra. De sorte que enquanto os colonos faziam aquela tremenda campanha contra os intrusos, os negros alí(sic) na amplitude do sertão, tendo o continente aberto à sua grande ânsia, levantavam a sua obra, cujo funesto destino teria de vir das mesmas proporções que chegara a tomar. Enquanto as raças dominantes no litoral não se aperceberam (absortas nas suas colisões) do perigo que alí se preparava contra a ordem vigente, tudo passou sem grandes atritos e sem grandes suspeitas siquer(sic) inquietadoras. (POMBO, 1947, V2, p.115)

O autor faz uma análise descritiva de como era organizado o quilombo dos Palmares, dando ênfase a dificuldade admitida em 1764 para a invasão e que não seria mais possível fazê-la sem grandes prejuízos para a colônia. Rocha Pombo termina este capítulo com as seguintes palavras “Assim caiu, em 1615, o último reduto de Palmares, ao cabo de mais de 50 anos de lutas com que se afrontou alí a sociedade histórica” (POMBO, 1947, V2, p.129).

O capítulo IX da , situado no volume II da coleção, “O regime colonial”, fecha a análise de Rocha Pombo quanto ao período colonial e a sua contribuição para o espírito patriótico de unidade dos “brasileiros” em torno do território. No capítulo o autor se dedica a escrever sobre as instituições políticas vigentes no período colonial brasileiro, e disserta quanto à ordem política administrativa da colônia. Rocha Pombo analisa detalhadamente a burocracia colonial, os governos gerais, e os custos para manutenção desta burocracia - que segundo a narrativa do autor é bastante desorganizada - enumerando mudanças ao longo dos anos, tentativas de organização de pagamentos e tentativas da coroa em evitar o quanto fosse “possível que seus prepostos prevaricassem. Tanto ao Governo Geral, como a todos os que exerciam funções públicas na colônia” (Idem, p.133). O problema com os agentes portugueses responsáveis pela manutenção das ordens da Coroa na colônia também é destacado como problema recorrente na medida em que a necessidade de uma organização colonial crescia, os problemas também cresciam. Com o judiciário e com o regime tributário não foi diferente,



Rocha Pombo destaca que as divisões regionais da colônia contribuíram para a má organização da Colônia.

A Coroa Portuguesa tem seu espírito de intervenção mais forte relacionado à indústria e comércio na colônia, restrições e monopólios. Esta dependência da Metrópole fez com que os colonos europeus nas terras americanas dependessem de um sistema de comércio ilegal, tratado pelo autor como tráfico. O tráfico de utensílios de necessidade básica - este sistema de comércio se inicia já no tempo das donatárias - também se refere aos bens manufaturados normalmente vindos da Metrópole, utensílios de “manufatura de que os imigrantes não poderiam privar-se, tão cedo; e daqui se mandavam gêneros da terra que tinham preço lá na Europa” (POMBO, 1947, V2, p.210). Gêneros da terra era a principal fonte de riqueza nas capitanias segundo Rocha Pombo, a

lavoura, durante perto de um século, a contar de Martim Afonso, foi a única fonte de riqueza explorada em todas as capitanias. Pondo pé na terra, o imigrante europeu, que vinha tanguido de ambições, e acossado pela miséria e pelo despotismo, em nada mais pensou, dès do primeiro dia, senão em haurir do solo a exuberância da seiva que lhe liberalizava uma natureza inclemente, mas cuja magnificência lhe compensariam todo esforço(sic) (POMBO, 1947, V2, p.181).

O comércio de bens da terra também se estendia a colônias da coroa espanhola.

Basta.

ver que só o comércio com os espanhóis do Prata e do Perú(sic) podia fazer naqueles tempos a prosperidade geral do domínio português, si não foram os entraves que lhe sobreviveram. No Perú só se cuidava de ouro e prata; e não espanta (mesmo porque aqui(sic) tivemos também nossa fase de minas) que alí(sic) mesmo, onde abundam cabedais que fascinam o mundo, reine a miséria e morra-se de fome. (POMBO, 1947, V2, p.181).

Se tratando de administração pública o autor não hesita em citar a influência do Clero para o regime social e político dominante nos três séculos do período colonial. O respeito à fé e ao Estado estavam intrinsecamente ligados, as festas religiosas sendo apontadas pelo autor como uma manutenção de costumes entre a metrópole e a colônia, atestando ele não haver material para analisar as diferenças ocorridas nas festas não religiosas envolvendo europeus fora do seu habitat natural, e com a influência de outras raças como a indígena e a negra. A Igreja também era importante fonte de manutenção do poder, no sub-tópico “Meios de instrução e primeiros sinais de cultura original” levanta-se a situação da proibição da importação de livros que “pudessem perverter o sentimento de obediência e fidelidade” (POMBO, 1947, V2, p.261), Esta falta de acesso a meios de cultura afeta a todas as classes, o autor escreve que:

São os clérigos, em regra, os homens mais cultos, e os únicos mestres que fazem alguma coisa pelos filhos dos moradores. Os filhos dos ricos de ordinário contentam-se da sua fortuna, e quanto muito têm na própria casa algum mestre

contratado que lhes ensina alguma coisa, sem a canseira de ir ao convento ou às lições da sacristia (POMBO, 1947, V2, p.263).

Rocha Pombo ao final capítulo, faz uma síntese dos três últimos capítulos de sua obra, apontando elementos em sua narrativa de unidade de discursos quanto aos assuntos abordados.

O décimo e último capítulo deste volume se destina a “Integração do Território”. Há nele dois importantes elementos da construção histórica no período relacionada a identidade nacional: a unificação do território nacional pelo interior, e a figura central dos bandeirantes para o sucesso desta empreitada portuguesa.

A empreitada para o interior é narrada de maneira singular pelo autor, que diferenciando pelas regiões da colônia, faz um histórico das tentativas de desbravamento do território desde 1531, por ordem de Martim Afonso, e a necessidade da caça aos selvagens - o que afirma ter sido feita em todas as capitanias. Narra a maneira como a caça era realizada, citando a participação de indígenas e vinculando-o ao modo operado para a captura de negros na África para a escravidão. Afirma em caráter enaltecido que a “bandeira” era um modo de expedição, criação própria e original do Brasil do sul, não havendo em outra parte do mundo modelo parecido. A exaltação aos Bandeirantes se dá também no sub-tópico quanto a bacia amazônica. Rocha Pombo descreve que a conquista da região ocorreu de maneira mais lenta por ter acontecido posteriormente com caráter não de ocupação e escravização indígena, e sim feita por missões católicas de caráter catequizador.

A imagem dos bandeirantes é exaltada na maioria dos sub-topicos do capítulo, os perigos enfrentados – feras selvagens e indígenas – e sua importância para o espírito nacional frente a colônias espanholas, que já haviam descoberto riquezas minerais de suas colônias. Rocha Pombo afirma:

Não há dúvida alguma que é bastante significativa aquela atitude dos paulistas num tempo em que a subalternidade da própria pátria se acreditaria que andasse fazendo esmorecer na alma da colônia o sentimento nacional, ao mesmo passo que criava no ânimo dos espanhóis aquele orgulho e ufania que aliás nem puderam eles(sic) salvar, na competição em que entraram, talvez sem se aperceberem bem das condições de luta. Que, dès dos primeiros instantes, eles(sic) sentiram como enfrentavam na América um adversário temeroso e formidável, e que a monarquia, lá na Europa absorvida, ressuscitava aqui(sic) no espírito de uma nova gente altiva e tremenda, indômita no seu vigor, na sua independência, no seu estúrdio heroísmo – iam dizer logo os nossos próprios competidores, antes mesmo de 1640. (POMBO, 1947, V2, p.299)

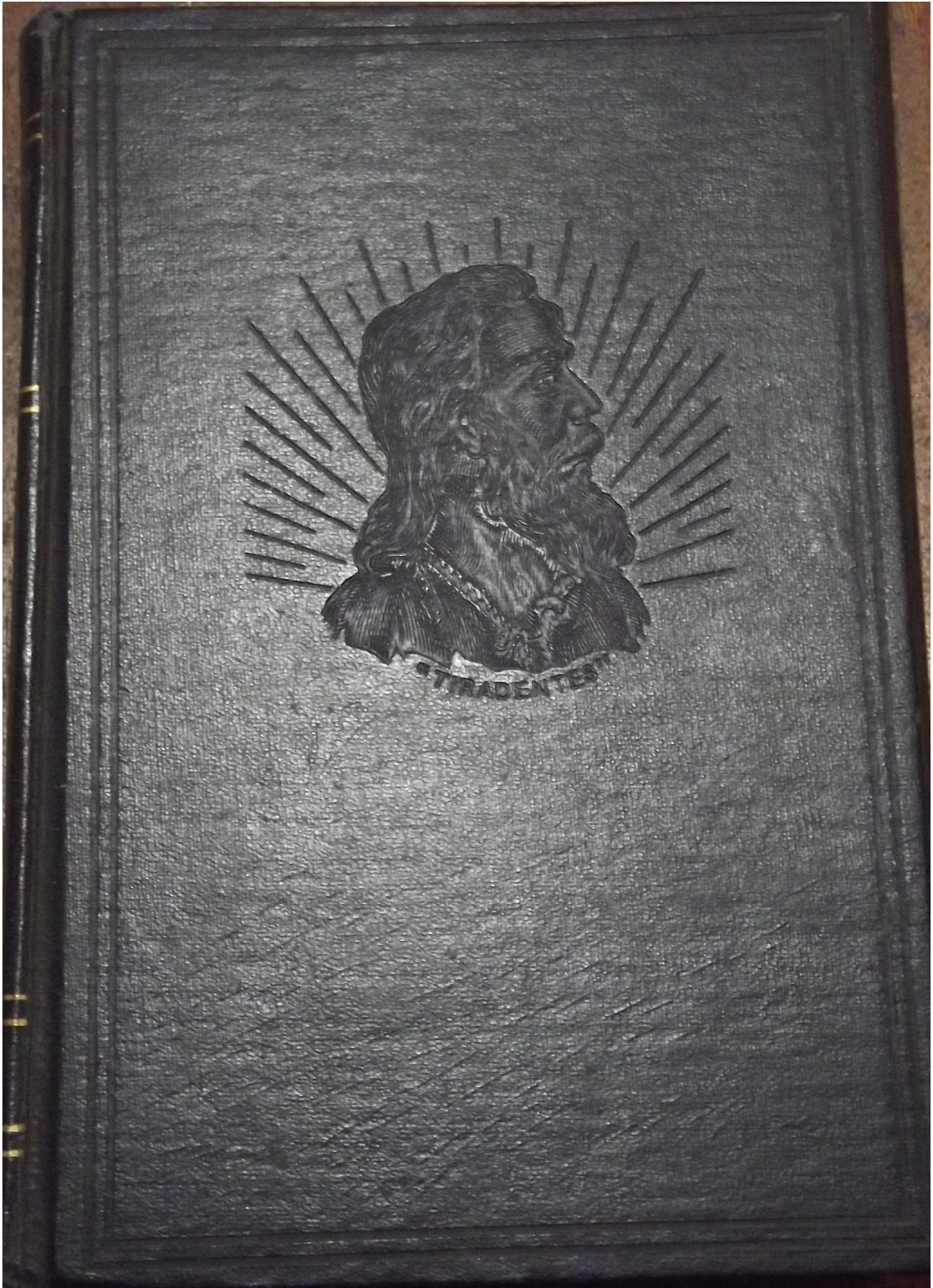
A interiorização do território fez com que os exploradores portugueses encontrassem e disputassem terras com os espanhóis no sul, e com os franceses no norte. Os embates do sul referentes a disputa pelo domínio do Rio do Prata é antecedido pela narrativa de

desbravadores da costa para o sul do continente, apontando que o território que atualmente engloba do estado de Santa Catarina até o Paraguai, eram regiões de disputas desde o princípio do século XVI, e as questões políticas que envolveram a demarcação da fronteira entre Portugal e Espanha no sul do da colônia. Rocha Pombo ao discorrer sobre o encontro com os franceses do norte, traça um histórico sobre os desbravadores da região, narrando a passagem de navegadores pela região da Guiana a partir de 1499. Esse histórico das questões do norte se assemelha ao feito sobre a região do sul da colônia, trabalhando com as questões políticas envolvidas na ocupação do norte. O assunto se encerra com o sub-tópico “O tratado de Madrid”, assinado na cidade de Madrid em 1750 tomando lugar do tratado de Tordesilhas, que estava sendo reconhecidamente desrespeitado pelas duas metrópoles europeias. Este tratado não finda os conflitos entre portugueses e espanhóis na América.

Rocha Pombo ao final do capítulo trata, em sub-tópicos diferentes, de duas questões políticas de maneira bastante peculiar. A primeira relacionada à expulsão dos jesuítas do Brasil, e a segunda aos conflitos no sul do Brasil entre portugueses e espanhóis pela região do atual Uruguai. A narrativa heroica militar quanto aos dois temas se dá por parte aos problemas internos da colônia, do que as discussões políticas que envolviam as duas metrópoles. Sua análise aos vários pontos de vista envolvendo as duas situações torna a leitura dos dois sub-tópicos finais deste volume bastante confusa, devido a colocação dos antecedentes que se sobrepõem a sua análise de contexto, e sua narrativa perde a estrutura cronológica vista até então na obra.

### **3.1.3 – Volume III: A formação do espírito da pátria**

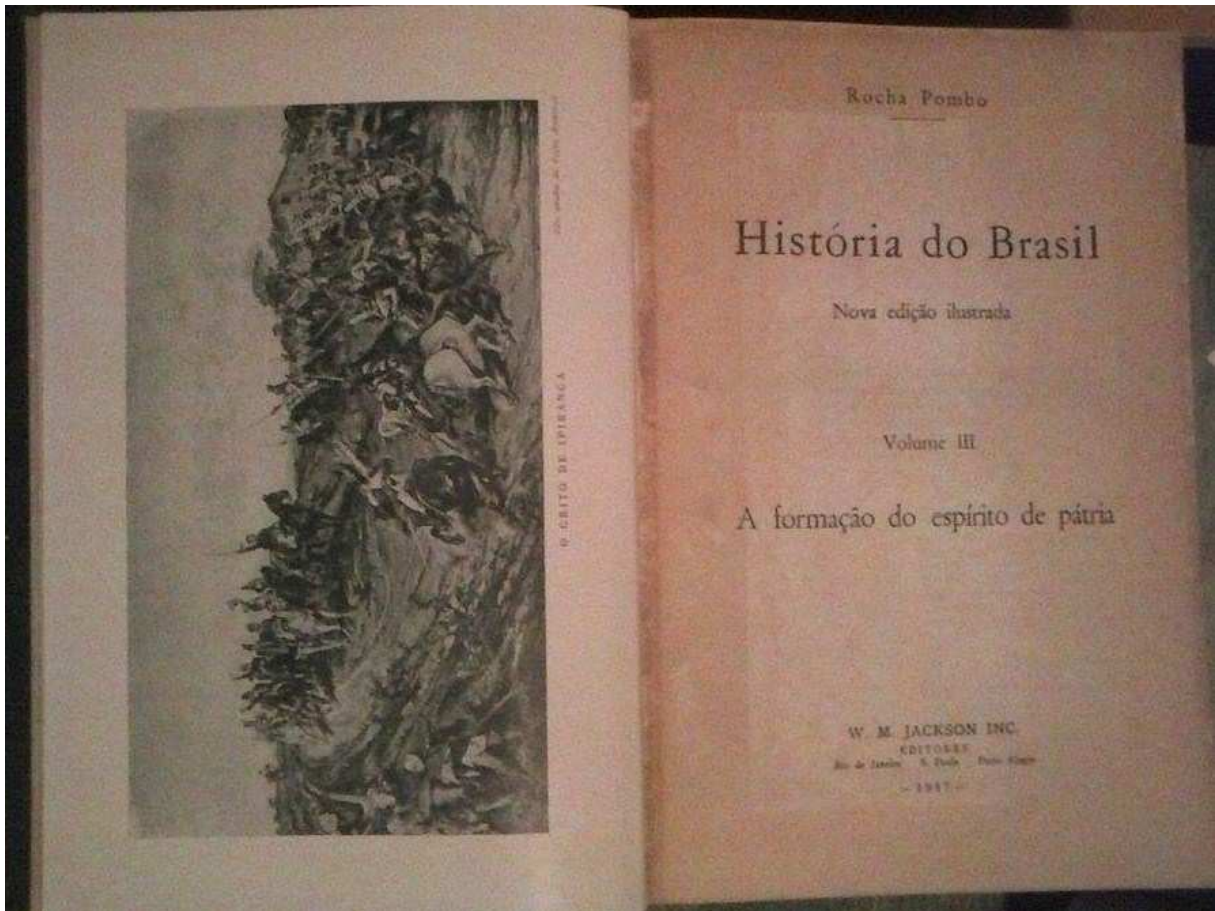
Composto de 402 páginas o volume traça o recorte histórico da descoberta das minas de ouro no Brasil; a administração da colônia no período anterior a chegada da corte ao país; questões de descontentamentos da população quanto ao regime político empregado - tratadas pelo autor como manifestações de espírito de pátria -, antecedentes a vinda da corte para o Brasil e os primeiros anos da corte no Rio de Janeiro.



(Figura 11 – Imagem da capa do livro de ROCHA, Pombo. *História do Brasil*: Volume III, *A formação do espírito da pátria*. Acervo do autor.)

Na capa deste volume há a imagem de Tiradentes com a corda como referência a sua condenação, e na contracapa “O Grito do Ipiranga” quadro de Pedro Américo. As ilustrações apresentam bem o intuito do autor na criação de marcos e heróis para a História nacional.





(Figura 12 – Imagem da contra capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil**: Volume III, *A formação do espírito da pátria*. Acervo do autor.)

A mineração é tratada no capítulo I deste volume, capítulo XI da coleção, como a fase decisiva para o destino da formação política da América. Segundo o autor a mineração foi de suma importância para a interiorização da ocupação da colônia, e para a riqueza da mesma. A ocupação agrícola do litoral, marcada pela exploração, é referida pelo autor como incapaz de gerar riqueza suficiente ao Estado para que o sentimento de independência econômica, afim de que se tornasse possível a independência de 1822.

Mas onde há pobreza pouco valem ideias políticas. Só numa certa independência econômica é que o sentimento de uma causa é capaz de converter em ação energias latentes. A riqueza, criando a fôrça(sic) e o orgulho (ao cabo de dois séculos de humilhações e misérias) só ela poderia preparar as populações da colônia para a obra que em seguida vão realizar. Sem a intervenção de semelhante fator, portanto, não é provável que estivéssemos habilitados, de alma e de recursos, para a independência em 1822 (POMBO, 1947, V3, p.7).

A posse das Minas, a descoberta de novos campos de mineração, e o rápido crescimento populacional da região são os principais itens do discurso de Rocha Pombo em seu primeiro sub-tópico deste capítulo. É necessário destacar que a narrativa de importância histórica das minas exerceu caráter fundamental para que se tornasse possível a independência econômica.



O capítulo segue narrando a ação da coroa em controlar a mineração com tachas e impostos; o crescimento populacional em torno da propaganda da descoberta de ouro no interior do Brasil. Uma análise dos maiores núcleos de mineração e o trabalho nas minas, é feita com elementos de contraposição com outras zonas de mineração na América, principalmente Chile e México. Esta comparação estabelecida no manejo das minas de extração, regulação das minas, e cobrança de tachas pela coroa espanhola. Rocha Pombo mantém sua postura crítica quanto aos agentes da metrópole na cobrança dos impostos, e dos aparatos burocráticos para fazê-lo, bem como as alterações ao longo do período de mineração e a insatisfação dos mineiros quanto à cobrança excessiva.

A grande atração que as regiões auríferas tinham no século XVIII trouxeram mudanças para as áreas antes ocupadas do litoral, este tema é trazido pelo autor no capítulo II deste volume, no qual discorre sobre a queda de produção de gêneros que até o momento dominavam o comércio da colônia - açúcar e algodão necessitavam da mão de obra negra, que passou a ser muito requisitada com o crescimento da extração nas minas. A emigração do litoral em relação às minas no interior deu a possibilidade das cidades do litoral se organizarem politicamente. Rocha Pombo toma como foco novamente a região do Maranhão, e a questão da mão de obra indígena empregada de maneira escrava. Aponta em seu texto de maneira singular a figura do “marquês de Pombal” citado anteriormente na questão dos Jesuítas no volume II. Neste momento, retorna como hábil ministro, e criador do vice reinado do Brasil, sendo assim um visionário da constituição de uma unidade nacional.

Tendo grandes defeitos, sendo sobretudo déspota, violento, o marquês de Pombal foi ministro habilíssimo, e prestou os mais relevantes serviços à sua pátria, sustentando pela vontade firme e pela sabedoria de d. José I. o Brasil especialmente deve a êsse(sic) abalizado estadista melhoramentos e providências de importância considerável. Entre outras excelentes medidas que tomou o marquês de Pombal: incorporou à Corôa(sic) todas as capitânicas que ainda tinham donatários, e sem prejuízos dêstes(sic); animou o comércio e a indústria; protegeu a navegação; criou a Relação do Rio de Janeiro de 1751; defendeu a liberdade dos índios, e promoveu o casamento de portugueses com índios; espalhou a instrução pelas capitânicas, e considerou devidamente os brasileiros mais distintos nomeando-os para elevados cargos; proibiu que se enviassem, como era costume, para conventos de Portugal, e de Espanha e de Itália, donzelas brasileiras, cujos pais, por egoísmo cálculos, ou por excessivo ardor de religião, assim praticavam; criou permanentemente o vice-reinado do Brasil, tendo a sua sede no Rio de Janeiro, para que de mais perto atendesse às guerras e complicações do sul; e finalmente – o que bastava para sua maior glória – refreou e diminuiu notavelmente os poderes do tribunal da Inquisição, que só no Brasil arrancara e condenara perto de quinhentos infelizes de ambos os sexos (POMBO, 1947, V3 p.107).

Rocha Pombo continua narrando fatos e mudanças políticas ocorridas na colônia durante o século XVIII, em sua maioria, frutos da necessidade de maior controle da extração

de ouro nas Minas Gerais. As mudanças mais marcantes executadas após os anos de 1750, como a mudança da capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro.

Ao final deste capítulo Rocha Pombo trata de ataques de Corsários a costa brasileira, a escrita em tom de heroísmo narra conflitos em toda a costa, onde a resistência aos ataques por parte dos colonos é problematizada e intercalada a ideias de amor a terra e fragilidade da metrópole ao defender a colônia. Esta fragilidade mostraria a incapacidade de gerência da Coroa para com sua colônia, incapacidade que ao ser percebida pelos colonos, se tornaria o embrião para revoltas e para o caráter heroico da população colonial. No capítulo seguinte, nominado “Primeiras manifestações formais de espírito de Pátria”, Rocha Pombo descreve os conflitos internos e a Inconfidência Mineira como manifestações do espírito patriótico.

Seu primeiro sub-tópico se destina a tratar da “Revolução do Maranhão”, também conhecida como Revolta de Beckman, esta revolta já é citada na obra de Rocha Pombo quando abordada a questão de Pombal e os Jesuítas, mas neste capítulo o autor narra os fatos de maneira patriótica e nativista, onde os colonos responsáveis pela expulsão dos holandeses do norte do Brasil - agora abandonados pela Coroa portuguesa – levantam-se contra a intervenção da Igreja na questão da utilização da mão de obra escrava indígena pelos colonos.

O discurso nacionalista patriótico durante o período da colônia brasileira se mantém no segundo sub-tópico do capítulo, “Guerra civil dos mascates”, onde a narrativa se pauta pela antipatia entre os portugueses “filhos do reino” e os filhos dos colonos já instalados no Brasil. Esta antipatia sendo um traço marcante de espírito relacionado com a terra. Segundo o autor o conflito se dá após os colonos adquirirem consciência de seu valor e da importância da terra para os mesmos. Combatendo a aristocracia portuguesa opressora dentro da cidade Olinda, cidade que segundo o autor só consegue aspirar a ser uma metrópole após a tomada do povo de seu lugar de direito, a frente das decisões políticas para sua terra.

O domínio português é problematizado desde o início deste capítulo pelo autor, exaltando a união de colonos com outras duas raças em defesa da terra na formação de um espírito patriótico.

Os próprios filhos do país logo se alinham às duas outras raças nesse empenho de repelir todo perigo que viesse do exterior. Índios, negros e europeus defendiam a terra com o mesmo ardor com que se defende o lar e se salva o patrimônio sagrado. Não houve uma ameaça de usurpação, uma investida à soberania do domínio, contra a qual as próprias populações não fôssem(sic) as primeiras a insurgir-se a levantar o seu indefectível protesto. (POMBO, 1947, V3, p.163)

Nos dois últimos sub-tópicos deste capítulo, “Guerra civil dos “emboabas”, e “Inconfidência Mineira” as proporções da ingerência da metrópole sobre sua colônia induziu ao espírito patriótico do povo brasileiro. Inicialmente, relata os problemas ocorridos nas Minas Gerais, relacionado à falta de demarcação da região na qual os paulistas se

consideravam responsáveis e dignos de serem privilegiados com a exploração das riquezas e com os forasteiros, vindos de outras colônias ou mesmo da metrópole atraídos pela propaganda de riqueza e prosperidade da região. Este conflito civil narrado por Rocha Pombo é fruto de uma situação social de tensão entre os dois grupos sociais, tendo seu maior causador a incapacidade de uma ação da coroa para conter os ânimos na região, a isso se soma as tentativas da coroa em impor regulações das minas gerais, o aumento de impostos e a devassa. Tendo Minas expulsado os governadores enviados pela metrópole para acalmar a situação na região.

A partir da Inconfidência Mineira, sua narrativa se faz sobre marcos políticos e antecedentes históricos que enaltecem a figura dos inconfidentes como uma vanguarda intelectual que viria romper com todo o sistema opressivo que já se mostrava saturado pela população brasileira. Inicia o sub-tópico referente à Inconfidência afirmando que,

Pelo menos isto não se lhe negará jamais: a inconfidência mineira é o sintoma seguramente mais bem definido e acentuado, acusador de que só a fôrça(sic) conseguiria, de fins do século XVIII em dia manter o domínio português. Temos chegado à época em que a colônia começa a ter um sentimento muito nítido da sua maioria, e a pensar gravemente no problema de sacudir o jugo da metrópole. Nunca se sentiram mais pesados os gravames do regime colonial do que na fase em que, ao lado da riqueza, se via lavar a miséria, a angústia da vida, em afrontoso contraste com as magnificências da terra e com a atividade das populações. Não eram apenas as classes humildes que experimentavam os males da situação a que se havia chegado: mais do que a massa, empobrecida e aviltada, aquele próprios que tinham adquirido alguma fortuna sentem os extremos a que toca uma ordem de coisas que se agrava continuamente(sic) e à medida que um senso mais claro lhes desvenda as iniquidades (POMBO, 1947, V3, p.208).

A narrativa quanto à figura dos inconfidentes mantém uma estrutura de heroísmo patriótico embalada nas ideias estrangeiras do Iluminismo. O autor expõe em seu texto a seguinte afirmação: “Em Coimbra, dôze(sic) estudantes que cursam a Universidade chegam a assumir, por pacto em que se aliam, o compromisso de levantar a idéia(sic) da independência logo que voltem ao Brasil”( POMBO, 1947, V3, p.209). Esta narrativa se segue abordando as ações de alguns dos inconfidentes ainda na Europa, se articulando para tornar a independência possível, como José Joaquim da Maia negociando com o embaixador dos Estados Unidos em Paris, buscando apoio em para uma “nobre causa com o devotamento de um apóstolo” (Idem). Segundo o autor, as ideias republicanas também se espalhavam por outros brasileiros que estudavam nas universidades europeias.

O autor descreve os fatos, narrando à chegada das ideias republicanas, a busca por apoio junto aos descontentes com o governo colonial em minas, a organização para a estruturação republicana – suas propostas de organização muito se assemelhavam as feitas após a proclamação da república em 1889, dando a impressão de ter sido a Inconfidência

Mineira o ato embrionário para a constituição da queda da monarquia no Brasil – e organização dos inconfidentes para efetuar a tomada do poder da Coroa e conseguir apoio da população de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A figura de Tiradentes e sua função para a configuração da República é narrada em contrapartida às ações do governo de Minas em abafar a revolta que se formara, tentando fazer com que perdessem o apoio popular. Tiradentes é tratado como homem de brios que jamais perdeu a esperança na causa republicana, começa a ter seu nome exaltado na narrativa heroica quando seus companheiros de inconfidência começam a perder o foco na República por conta da perda de apoio da população, reflexo das ações do governo e das ameaças de terem seus bens tomados pelo Estado.

O julgamento dos inconfidentes também é narrado por Rocha Pombo como um ato implacável da justiça colonial para evitar e amedrontar novos levantes através da força, tendo os inconfidentes, exceto Joaquim Silvério dos Reis que fez a denuncia para obter perdão das suas dívidas com a Coroa, condenados a forca. A execução da pena capital também é trazida na obra exaltando as diferenças no cárcere e no ato da execução entre todos os condenados e Tiradentes, o único dos condenados que não receberia a piedade sob a acusação. Em uma narrativa heroica sobre Tiradentes Rocha Pombo exalta que ele:

era o único sobre quem não baixara a piedade da soberana, e a quem se deixou a certeza da morte sem mais recurso. Não o tocou a inveja, nem o entristeceu neste lance a sua desgraça. Com ar sincero e moderado fez aparecer também a sua alegria, e do seu lugar felicitou como pôde(sic) os outros, como si, diante da felicidade de todos, êle(sic) – o único esquecido – “não tivesse de si lembrança alguma. Os religiosos que então o procuraram, nada tiveram que fazer mais que admirar a sua conformidade”.( POMBO, 1947, V3, p.229)

O autor aponta que logo após a morte de Tiradentes começará na colônia gritos de mártir contra o despotismo e opressão da metrópole. Rocha Pombo ressalta que mesmo com a morte de Tiradentes, inquéritos, investigações e denúncias continuavam acontecendo sob os que apoiaram a causa inconfidente: militares, políticos e senhores de terras.

O capítulo XIV da coleção, do volume IV, se pauta nos acontecimentos ocorridos na Europa que desencadearam a chegada da Corte no Rio de Janeiro. O capítulo se inicia pelo histórico das questões políticas no velho continente no final do século XVIII, a influência da Revolução Francesa para a política econômica e os problemas diplomáticos entre França e Inglaterra no domínio político do continente. O autor traz a revolução de 1789 como a premissa de novos tempos, uma revolução levantada pelo povo contra a tirania de um modelo político opressor de benefícios. Segundo sua análise, os homens cultos de toda a Europa recebiam com entusiasmo a grandeza dos acontecimentos e viam com ansiedade a colisão

ideológica que se seguiria, entre a antiga política e a nova “que surgia claramente contra as intransigências da velha ordem” (POMBO, 1947, V3, p.242).

Em seguida, inicia sua análise quanto à política entre Portugal e França, a influência dos franceses e ingleses em Portugal se dava pelas tentativas de criação de indústrias para produção de gêneros que até então a metrópole brasileira dependia de comprar da França e Inglaterra. As tentativas de industrialização se restringiram às áreas mais habitadas, ficando as zonas mais afastadas, segundo o autor, vivendo ainda em um sistema quase que feudal. Em seu histórico da relação entre as nações européias não deixa de salientar o crescente interesse dos liberais na colônia portuguesa, principalmente após a independência das colônias inglesas, “independência que a França fôra(sic) a única das nações européias(sic) a auxiliar ostensivamente” (POMBO, 1947, V3, p.247).

O histórico feito por Rocha Pombo da queda da monarquia na França é sobre o prisma intervencionista das outras metrópoles, dominadas pela velha ordem política de não deixar que a ideologia liberal tomasse conta da Europa. Os acordos familiares entre as aristocracias européias fazem parte do eixo central da narrativa, trazendo a tona os motivos e as consequências dos fatos que se seguem, as ameaças e ataques a revolução que tomava o poder de Luiz XVI. A afronta a este eixo feito pelos revolucionários franceses levanta a questão do rompimento com todos os modelos monárquicos instituídos, havendo a proclamação da república francesa.

As ações da revolução contra todos os seus inimigos que defendiam a monarquia são narradas principalmente sobre o codinome de conquistador de Napoleão Bonaparte. Este, inicia após a vitória no continente contra todos os que o tinham afrontado, percebe que não poderia vencer a Inglaterra, e impõe um regime de hostilidades contra os mesmos, resultando em um embargo comercial aos países que fazem comércio com os Ingleses.

O sub-tópico que trata da regência do Príncipe D. João, o traz como homem fraco, abatido pela doença da mãe, que se entregou aos cuidados do clero, deixando Portugal novamente ao domínio da monarquia e do clero. Rocha Pombo se aprofunda na análise das circunstâncias em torno da vida de D. João: morte do irmão, casamento com D. Carlota, falta de apreço pela Igreja, e manutenção das políticas de sua mãe D. Maria, mesmo para desgosto de sua esposa D. Carlota. Quando se relaciona as questões intervencionistas francesas e a imposição de não comercializar, o autor se faz bastante crítico à postura histórica anterior, desmentindo o protagonismo de D. João na decisão da vinda da Corte para o Brasil, demonstrando sua fragilidade política e o quanto era influenciado por opiniões de franceses, ingleses, membros do clero.

A análise contida na obra a respeito da partida da Corte para o Brasil começa com marcos e datas da saída, dando ênfase na pressa dos portugueses em abandonar a metrópole com medo da chegada eminente dos franceses, população ao ver a corte indo embora, sua preocupação com o abandono da Corte os deixando a mercê dos invasores.

Rocha Pombo inicia uma análise das condições econômicas do país no período da chegada da Corte, esta se dá pelas várias regiões do país, com ênfase na divisão feita entre duas, nas palavras do autor “podemos distinguir as duas grandes zonas em que o próprio governo da metrópole se tinha esforçado por dividir, ao menos no que se referia à administração” (POMBO, 1947, V3, p.271). Essas duas divisões marcadas pelo autor como Norte e Sul. Sendo o norte, como o local das primeiras intervenções portuguesas, desprovidos do capital da mineração, dedicando-se a lavouras e a indústrias naturais “capazes de constituir só por sí uma sólida base de bem estar e prosperidade para todas as classes” (Idem), e continua sua narrativa fazendo uma análise das regiões especificamente – hora por regiões inteiras como Norte, hora analisando situações específicas de cada estado –. Sua análise que segue vem reforçar a alegação de que a situação econômica que “sem dúvida fator capital da maioria política que atingiam os colonos” (POMBO, 1947, V3). A administração do Brasil é o sub-tópico seguinte da análise do autor quanto à situação do país antes da chegada da colônia, a falta de demarcação das fronteiras do Brasil ainda em litígio no período – mas, na narrativa já apresenta indícios da resolução da situação, fatos que serão abordado apenas nos volumes seguintes – e a situação da gerência de Governadores Gerais nomeados pelo Rei, uma situação que segundo o autor gerava grande dúvida quanto as elites políticas brasileiras de uma possível instabilidade política, tendo em vista que a corte vinha com sua máquina pública, e muitos cargos ocupados no Brasil por colonos seriam ocupados por membros da Corte que chegava.

A chegada da Corte ao Brasil é tratada ao final do capítulo XIV como acontecido com muita desinformação por parte das elites políticas brasileiras. A parada do Príncipe Regente na Baía causou dúvida ao Governador Geral da região quanto à instalação da sede da Corte em terras americanas. Rocha Pombo narra de maneira confusa às medidas tomadas para receber a Família Real em terras brasileiras, afirma terem sido tomadas as medidas necessárias para acomodar a todos os vindos do velho continente, porém, não trata com o mesmo cuidado a respeito de outros assuntos ao longo de seus volumes sobre possíveis problemas com a população residente. Em sua narrativa o autor apenas discorre quanto às honrarias feitas a Corte tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro, e as primeiras ações políticas feitas pelo Príncipe Regente ainda na primeira parada, como a abertura dos portos brasileiros

as nações amigas para manter o comércio dos gêneros produzidos no Brasil, enquanto Portugal se encontrava ocupada.

O último capítulo deste volume é dedicado a presença da Corte no Rio de Janeiro, começando com a narrativa das medidas tomadas por D. João para estabelecer a sede do reino no Rio de Janeiro. Rocha Pombo neste momento se atém a uma análise dos prédios públicos da cidade do Rio de Janeiro e o trabalho feito para acomodar as secretarias, gabinetes, e a disposição dos órgãos públicos pela cidade. O autor é crítico quanto às decisões tomadas pelo monarca na chegada ao Brasil, e critica duramente ao tratado de comércio com os ingleses. “Concedia-se aos ingleses além de outros favores e vantagens a redução da taxa de entrada a 15 por cento *ad valorem*(sic), ficando portanto as mercadorias provenientes da Inglaterra mais favorecidas que as próprias nacionais, que pagariam 16 por cento.”( POMBO, 1947, V3, p.310).

Os folhetins e jornais impressos ao anunciar a vinda da Corte para as terras americanas causaram grande confusão junto à população. Rocha Pombo narra um dos questionamentos de tais atos para a população local, por não haver na História precedente para tal feito. É interessante o modo com que o autor argumenta factualmente que a vinda da Corte começa a tomar conta do espírito dos colonos, e se a ideia era antes tida como espantosa, passa para uma visão positiva de um horizonte de modernidade e de anseios da população, a serem atendidos devido à proximidade dos monarcas. Segundo o autor, este horizonte de prosperidade se consolida, com a abertura dos portos comerciais brasileiros.

Neste capítulo, quando trata de expedições ao Norte, combater os franceses na Guiana, e as questões referentes à tomada da Província Cisplatina no Sul para controle da foz do Rio da Prata, Rocha Pombo narra de maneira diferente as de outros conflitos em outros volumes, neste caso especificamente, trata de maneira detalhada das questões políticas envolvidas, contextualizando ações de figuras enviadas pela Corte para a resolução de problemas, e firmarem alianças. Entre estas figuras está incluída a de D. Carlota Joaquina, princesa consorte do Reino Unido de Portugal e Algarves.

A narrativa heroica ressurgue nos volumes relacionada ao movimento revolucionário de 1817, trazido no sub-tópico “Revolução de 1817”. O autor inicia sua narrativa discorrendo que outros autores de seu tempo que se destinavam a escrever a História do Brasil, tratando os acontecimentos ocorridos no período como feito por traidores da pátria ligados ao governo francês. A narrativa de Rocha Pombo se pauta na falta de tato do Príncipe Regente em entender e negociar com a elite local de Pernambuco, que se sentia incomodada com o excesso de impostos criados por D. João, e por não ter a coroa instalada no Rio de Janeiro o

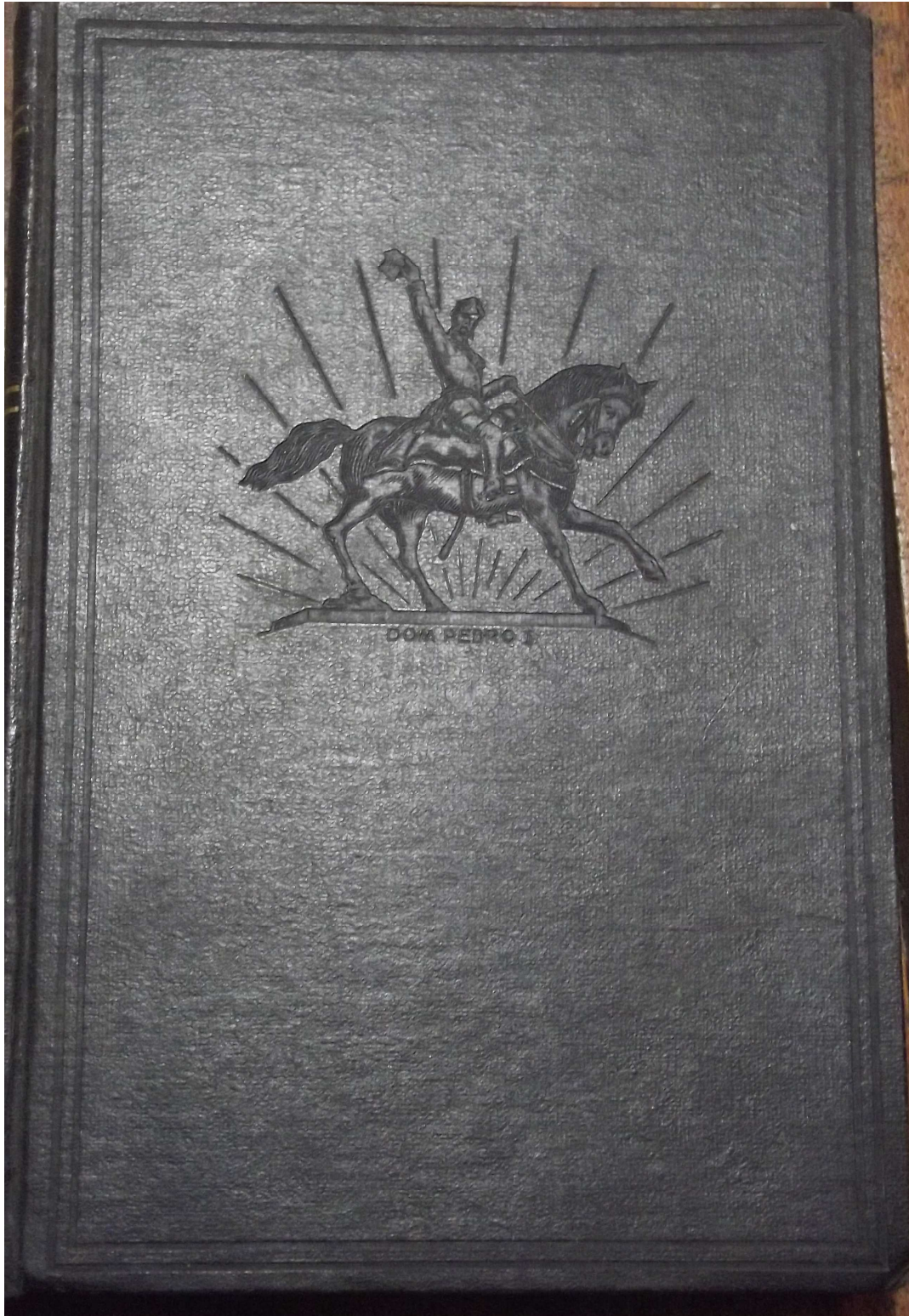
apoio necessário devido a problemas de seca na região. O autor narra exaustivamente às questões políticas ideológicas envolvidas na Revolução Pernambucana, exaltando os princípios republicanos e patrióticos.

O volume se encerra com uma análise de Rocha Pombo quanto à importância da presença da corte para a História do Brasil, sua marca para a manutenção da unidade territorial do estado Brasileiro, e a criação de instrumentos burocráticos que tornarão possível a independência.

### **3.1.4 – Volume IV: A independência**

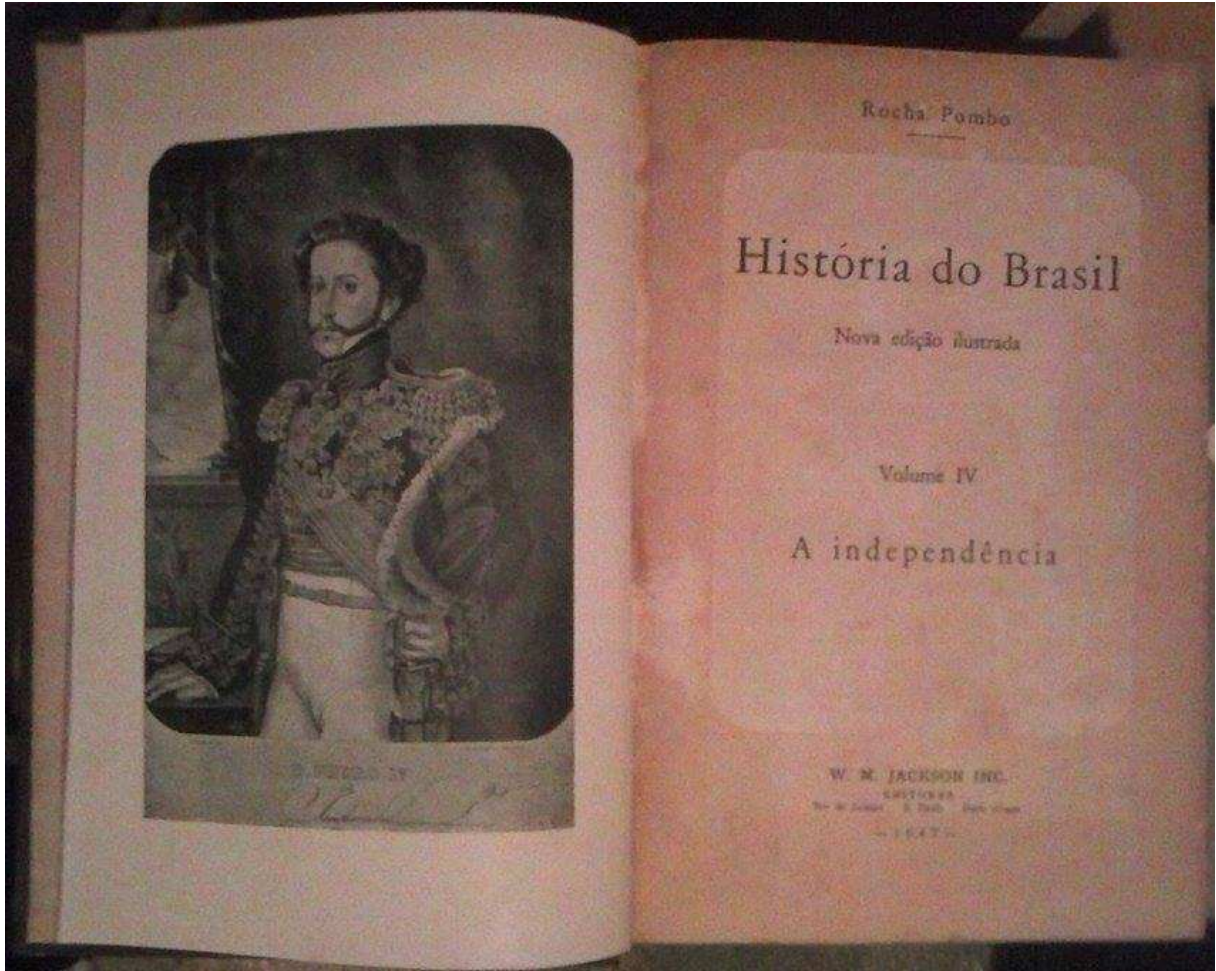
Contendo 407 páginas o volume se destina a trabalhar em três capítulos – Capítulos XVI, XVII e XVIII – a História do Brasil com relação a Revolução do Porto de 1820, chegando até a proclamação da maioria de Dom Pedro II.





(Figura 13 – Imagem da capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil**: Volume IV, *A independência*. Acervo do autor.)

O livro mantém a organização dos volumes anteriores, porém contém a imagem da mesma pessoa em sua capa e contracapa - mas em poses diferentes. Em sua capa a imagem de Dom Pedro I montado em seu cavalo, ao fundo a alvorada. Na sua contracapa a imagem do monarca posando para um retrato fardado.



(Figura 14 – Imagem da contra capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil**: Volume IV, *A independência*. Acervo do autor.)

O volume inicia com a escrita de Rocha Pombo quanto aos últimos anos de D. João VI no Brasil. O autor trás a angústia do monarca com relação aos fatos ocorridos em Lisboa, com o levante do Porto em que D. João se depara entre duas possibilidades, a de ir a Lisboa e assim perder a colônia para os brasileiros que aspiravam à independência. Ou então, permanecer no Brasil e correr o risco de perder Portugal para os liberais constitucionistas. O autor reconstitui o período em que Portugal ficou ocupado pelos franceses, quanto a tirania e a falta de tato do governante a quem D. João abandonou as terras com ordens para que o povo recebesse bem, e acatasse a todas as ordens. O período serviu para ressaltar o sentimento patriótico, por muito tempo adormecido, do povo português, que ainda viria a sofrer mais uma vez a desilusão de dias melhores.

A queda de Napoleão Bonaparte muito foi comemorada em Lisboa e no Rio de Janeiro, dando lugar em Portugal a ocupação militar dos ingleses, a situação de insatisfação do povo português é ignorada pela Corte no Rio de Janeiro. Rocha Pombo traz em seu texto:

É dêsse(sic) estado de coisas que vai sair a alma da revolução de 1820, desde 1816 que entre as classes mais cultas se agitam idéias(sic) de protestos contra a condição



dolorosa a que continua condenado o povo português, no meio das velhas nações da Europa que se reformam. Em todos os grandes centros, em Lisboa, no Pôrto(sic), em Coimbra, constituem-se(sic) associações secretas, que se empenham na propaganda das novas idéias. (POMBO, 1947, V4, p.11)

Essas ideias liberais se espalham por conta dos jornais. Um folhetim lança a notícia de que o governo de Portugal teria prendido conjuradores contra a figura da monarquia, causando grande sucesso perante a população, mas por não haver nos dias seguintes nenhuma nota com relação ao acontecido, se deu lugar aos comentários sobre o assunto nas ruas. Rocha Pombo narra que o fato tomou proporções imensas conseguindo apoiadores por todo o Portugal. Segundo o autor podiam se considerar vitoriosos quanto à revolução constitucional, porém esta vitória dos liberais não refletia o mesmo projeto liberal nos dois lados do Atlântico.

A volta de D. João para Portugal era pedida pelos revoltosos liberais vencedores e dotados de uma constituição que não agradava os brasileiros, neste ponto o autor coloca a figura de D. Pedro como protagonista dos eventos que se seguem até a independência do Brasil. As pressões vindas de Portugal para que o Brasil voltasse a ser colônia portuguesa e que a Corte se estabelecesse novamente em Portugal desagradaram o monarca, que neste momento contava com o apoio daqueles favoráveis a independência do Brasil de Portugal, dando a entender também que o próprio Rei D. João, no ato de sua partida, havia deixado a responsabilidade para D. Pedro tornar o Brasil independente, fazendo do filho livre de tal constituição que retirava da monarquia poderes plenos.

D. Pedro e sua trajetória até o Grito do Ipiranga é narrado no capítulo como homem defendido e amado pelos patriotas contra a tirania dos portugueses, os fatos apresentados pelo livro levam a figura do príncipe regente em terras brasileiras como a de um homem capaz de arquitetar a independência do país, e de gerir a nação contra a opressão portuguesa imposta pelos constitucionalistas que tomaram o poder na Europa, mesmo com os esforços heroicos dos brasileiros presentes na Assembleia Constituinte em Lisboa, para manter a autonomia comercial do Brasil.

Rocha Pombo traz em seu livro uma retrospectiva longa, em cerca de oitenta páginas, dos acontecimentos do ano de 1822, sendo bastante detalhista nos atos que envolvem a vida de D. Pedro nos dias que antecederam o dia 7 de setembro. Sua narrativa quanto ao ato de proclamação da Independência brasileira afirma que.

Seriam quatro a quatro e meia horas da tarde do belíssimo sábado 7 de Setembro, quando, a meia légua do Ipiranga, Bragaro e Cordeiro se encontraram com o Príncipe, a quem fizeram entrega da correspondência. Montava S. A. R. um cavalo zaino, e vestia pequeno uniforme – Farda azul, botas de verniz justas e altas, chapéu armado com o tope azul e branco. Lê o Príncipe alí(sic) mesmo os despachos (além

de outros papéis, cartas da Princesa e de José Bonifácio). Sente-se que êle(sic) experimenta súbita e estranha emoção. Depois, calmamente, como quem medita em angustia, entrega as cartas ao seu ajudante de ordens, major Canto e Melo, e diz a meia voz, como si quisesse reprimir a forte agitação: “Tanto sacrifício feito por mim, e pelo Brasil inteiro... e não cessam de cavar nossa ruína!...” e num largo movimento de alma: “É preciso acabar com isso!...” Arranca a espada e grita: “Independência ou morte!” – como si gritasse alí para o Brasil inteiro. (POMBO, 1947, V4, p.111)

O autor quando se refere ao posicionamento dos brasileiros para com a independência não deixa dúvidas quanto a este sonho, que era almejado por todos, o que dava ao imperador a notoriedade de conciliador da vontade da população quando a fez livre do domínio português, no ato de gerir as terras agora imperiais, e de conseguir manter os avanços conquistados através do espírito de pátria. A análise deste período de gerência como imperador é feita por Rocha Pombo de maneira comparativa entre ele, D Pedro, e seu pai, D João. O autor neste capítulo discorre quanto à falta de erudição de D. Pedro por ter sido criado fora da Europa, e por isso, não ter ao seu lado os melhores educadores de seu tempo, a isso – segundo o autor – se deve a inconsistência do modelo econômico e político implantado pelo monarca. D. Pedro também é narrado no livro como um homem forte, dotado de defeitos que ressaltavam suas qualidades.

O sub-capítulo, “Reconhecimento da Independência”, faz entender que o Império sob a liderança de D. Pedro se mantém até o momento do reconhecimento do Brasil como independente pelas metrópoles europeias. No entanto, com o pleno restabelecimento dos poderes de D. João em Portugal, ressurgiu a possibilidade de um retorno à união entre Portugal e Brasil, aproximando pai e filho no governo do império, aproximando o medo, e aumentando o descontentamento dos dirigentes políticos brasileiros de voltarem a fazer parte do domíno português. As reações das elites brasileiras quanto às ações de D. Pedro se iniciam em 1824, com a revolução Pernambucana, narrativa contida na obra didática do capítulo II deste volume XVII da coleção, “Reação contra os processos de D. Pedro”.

Neste capítulo, o autor traz acontecimentos referentes à perda do apoio de D. Pedro por parte população brasileira. Seus atos despóticos contra as assembleias constituintes, a criação de leis que desagradavam a elite liberal e sua incapacidade de gerência da cisplatina resultaram em sua abdicação do trono em benefício de seu filho, o príncipe herdeiro – que tinha apenas cinco anos – D. Pedro II. Neste capítulo a figura central de poder volta a ser o povo brasileiro dotado de desejos, onde as ações de D. Pedro se faziam para retardar e evitar insurreições provenientes de descontentamentos oriundos na perda de confiança no imperador e na causa da independência.

As desconfianças entre a população brasileira e os governantes portugueses fizeram por acirrar os ânimos no país, principalmente referente ao nordeste, na região de Pernambuco, onde por várias vezes eclodiram rebeliões contra regimes que desagradavam à população, não seria diferente com a dissolução da constituinte de 1823 por D. Pedro. Que manteve consigo a desconfiança do povo brasileiro, segundo o autor, até sua abdicação em 1831. Sua afirmação quanto à possibilidade de D. Pedro pretender reinar sobre Portugal e Brasil é ambígua e não deixa claro seu posicionamento quanto ao assunto.

É indiscutível que, muito menos agora do que nunca, poderiam os dois países sujeitar-se à soberania de um só chefe: nem por isso seria menos fácil provar que D. Pedro nutriu, até o último dia, a esperança de reinar sobre(sic) os dois povos; é só renunciou a essa aspiração obrigado, quando sentiu afinal, em 1831, que o seu intento era mesmo incompatível com o espírito e o sentimento dos brasileiros. (POMBO, 1947, V4, p.214)

Rocha Pombo faz no último sub-tópico do capítulo “Abdicação do imperador” uma análise dos acontecimentos entre 1823 e 1831 que envolveram a abdicação de D. Pedro. Em 56 páginas trata dos acontecimentos na Europa e no Brasil, ressalta pontos de ingerência do Imperador e o crescente descontentamento da população com as atitudes tomadas por ele; a descrença na capacidade de D. Pedro em lidar com os assuntos referentes ao Brasil e com a situação que ocorria na Europa que vivia uma grande disputa pelo trono em Portugal. Rocha Pombo em sua narrativa traz D. Pedro como imaturo para lidar com a situação de amor com o Brasil, mas ressalta o espírito português de querer ver sua terra natal bem com sua família.

Os desacordos entre D. Pedro e D. Miguel, seu irmão, os interesses dos espanhóis em dominar novamente Portugal. A análise política de Rocha Pombo se assemelha a feita para outras situações políticas em outros capítulos da obra, porém é notório a forma com que trata D. Pedro como um homem incapaz de lidar com as pressões que incidiam sobre ele, não afirmando categoricamente, mas estando subentendido em seu texto que ao imperador D. Pedro lhe faltava o espírito patriótico para com o Brasil.

O terceiro e último capítulo do volume décimo oitavo da coleção, se destina ao período regencial que antecedeu o governo de D. Pedro II. O período é analisado por Rocha Pombo dividido em cinco sub-tópicos: Situação geral do país; A Regência trina; Reformas políticas e administrativas; A regência una; Proclamação da maioria. Neste capítulo Rocha Pombo não dá a importância, vista em outros capítulos, para o espírito patriótico e a ação de indivíduos em defesa do interesse da população. Se limita a narrar os fatos de maneira organizada explicando as ações dos regentes e as tensões políticas que, nascidas no período do primeiro império, se acirravam em torno de uma constituição para conter o poder moderador.

O autor inicia o capítulo ressaltando os problemas econômicos que o Brasil enfrentava pela falta de investimentos na melhoria da economia interna no primeiro reinado. A saída da corte do Brasil também é trazida pelo autor como de grande perda financeira para o Brasil, pois com ela a família real levou riquezas e minérios, deixando o Brasil sem condições de honrar suas dívidas, nem mesmo as de ordem de pagamento dos funcionários da coroa.

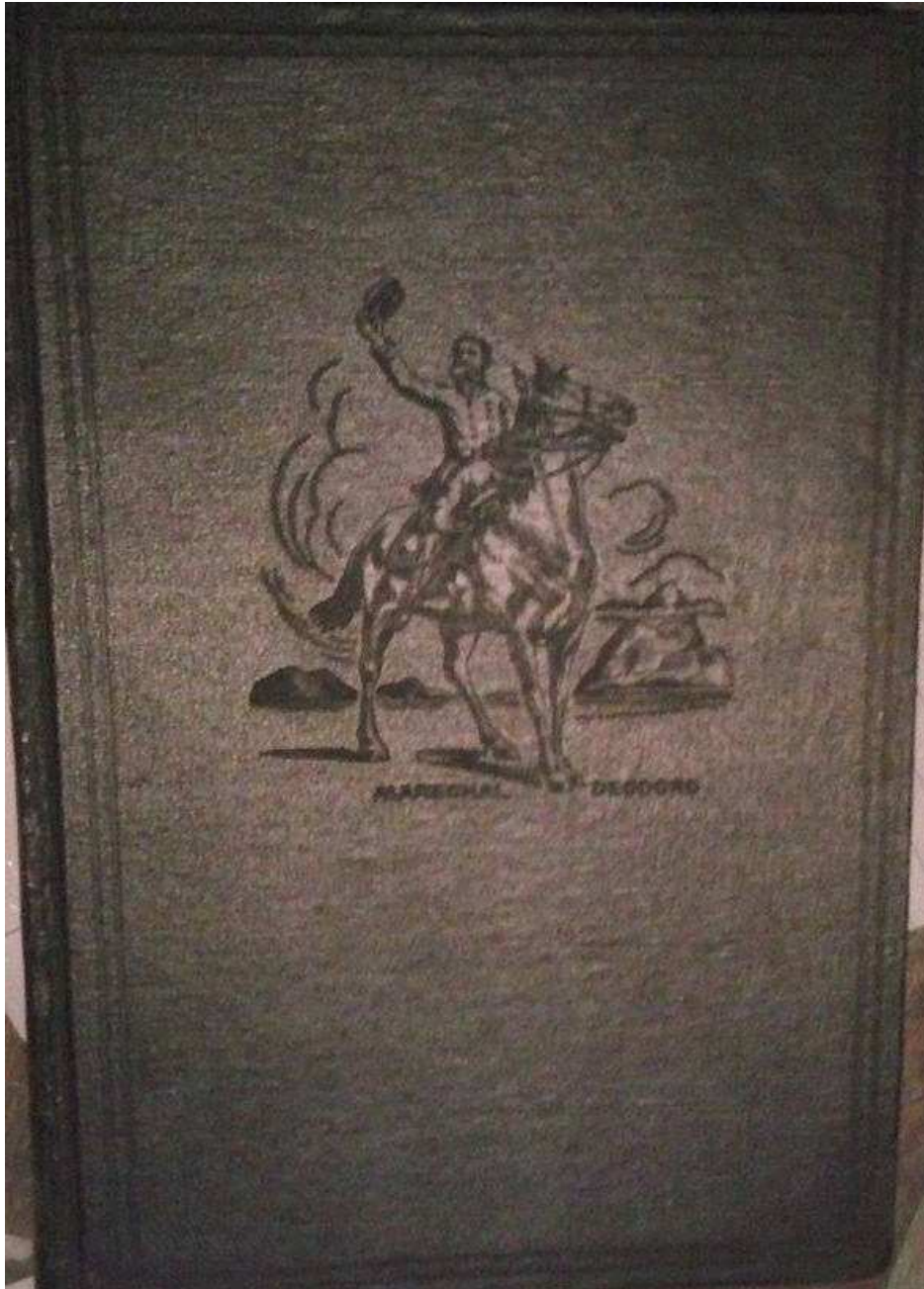
Os descontentamentos com a gestão de D. Pedro só tem fim quando ele, mesmo após ter assinado a abdicação e ter deixado o Rio de Janeiro e com a regência instalada, deixa o Brasil em direção a Europa, segundo o autor só neste momento os brasileiros sentem os efeitos da independência. As diversas visões dos brasileiros para o que deveria ser feito após a saída do imperador acirraram os ânimos e logo a instabilidade política que antes se voltava contra a figura do Imperador se volta contra a regência, cito como exemplo o trecho onde Rocha Pombo disserta sobre as diferentes posições quanto à constituição que,

Clamavam uns pela reforma imediata do regime estabelecido, mudando-se na Constituição outorgada tudo que fôsse(sic) incompatível com instituições fundadas na plenitude da soberania nacional: eram os exaltados. Entre este havia grupos que reclamavam logo a convocação de uma constituinte, que decretasse uma Constituição nova, pois a vigente, não tendo sido feita pela nação, estava inquinada de todos os vícios de origem que a tornam suspeita aos brasileiros. Outros levavam o seu radicalismo até exigir de pronto a federação das províncias e muitos preferiam francamente a república. Tendo concorrido para a vitória da revolução, entendiam estes últimos que convinha não perder-se agora o ensejo de eliminar a monarquia, que era herança portuguesa, e entrar decisivamente no convívio dos povos americanos. Por sua parte, os moderados – que arcavam com a responsabilidade da situação – queriam fazer uma política verdadeiramente liberal, e por isso mesmo sem excessos nem violências. Preferiam que as mudanças se operassem gradualmente e com prudência, consultando-se as condições do país, de modo a não sacrificar a necessidade suprema da ordem. Pensavam que o monárquico é o único sistema de govêrno(sic) adequado a um povo que vinha do regime colonial, e que êsse(sic) sistema, bem entendido e praticado, comportaria todas as reformas, não sendo incompatível com as instituições mais livres. São estas duas grandes correntes – unidas há pouco pela mesma causa – que vão agora agitar o país. (Idem, p.327)

O período é de grande instabilidade política, pois os brasileiros foram tomados pela ira contra os portugueses que ocupavam cargos de regência dentro das capitânicas, e a situação política só se acalmou com as atitudes centrais administrativas, em 1834 dando maior autonomia as províncias. As disputas políticas em torno da tutela do infante D. Pedro II também são trazidas no livro por não haver no país uma unidade no projeto de governo futuro. O autor traz que a saída encontrada para as desconfianças regionais referentes a medidas tomadas pela administração regencial foi a de antecipar a maior idade do então tutelado Imperador, assim dando fim as disputas de poder que alimentavam conflitos regionais em todo o Brasil.

### 3.1.5 – Volume V: A república

O quinto e último volume da coleção traz uma estrutura um pouco diferente dos demais volumes da obra. Este volume além do “Índice do Volume” e “Índice das Gravuras” traz também “Bibliografia” e “Índice Analítico” de toda a obra.

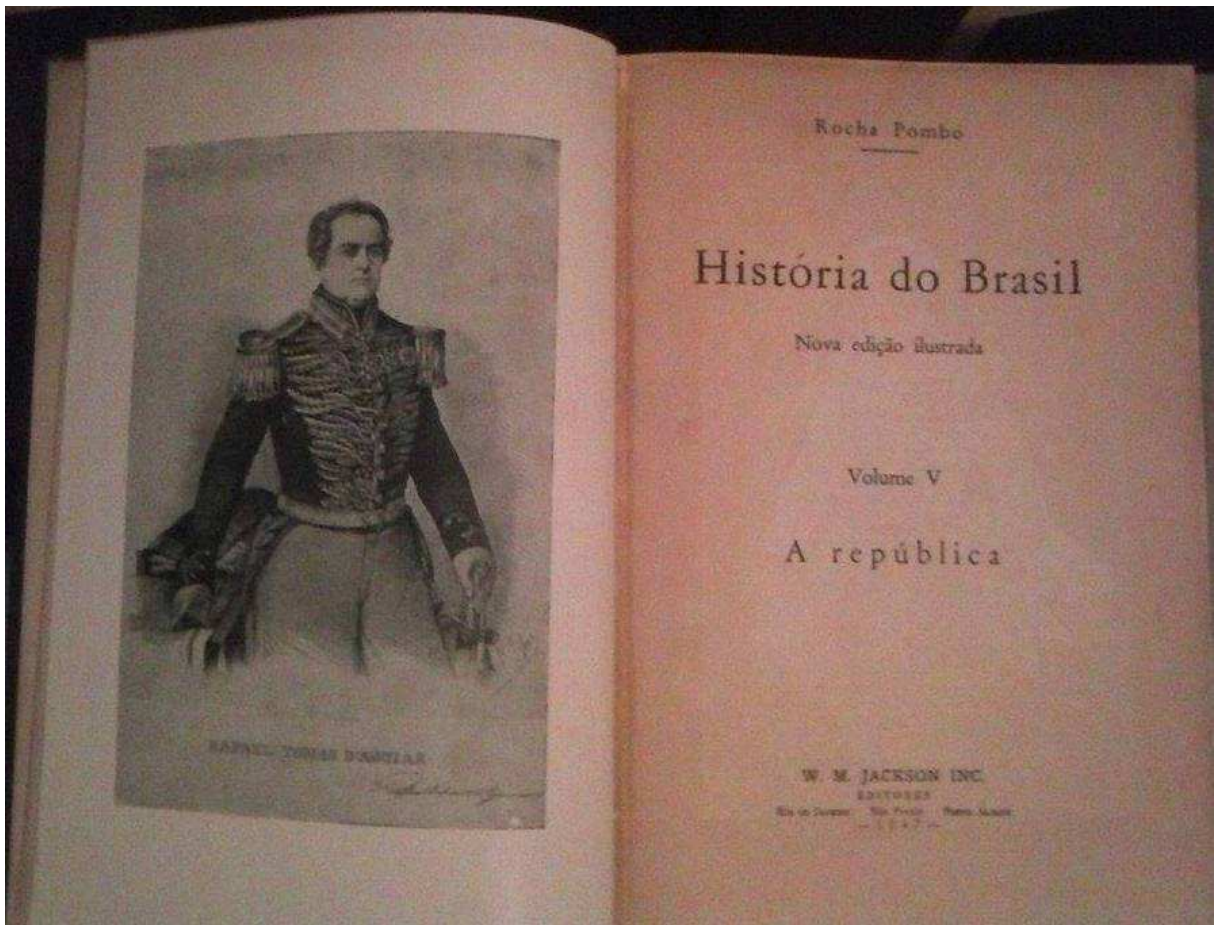


(Figura 15 – Imagem da capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil: Volume V, A república**. Acervo do autor.)

Contendo 459 páginas, o volume se destina a análise do segundo Império Brasileiro, e ao início de sua fase republicana, em sua capa a imagem do Marechal Deodoro, montado em



seu cavalo com seu cape na mão. Em sua contracapa a imagem de Rafael Tobias D’Aguiar listado do índice de gravuras como “Brigadeiro Tobias”.



(Figura 16 – Imagem da contra capa do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil**: Volume V, *A república*. Acervo do autor.)

O primeiro capítulo do volume, décimo nono da coleção, se dedica as complicações da política interna durante o final do período regencial e o primeiro reinado. Rocha Pombo começa narrando quanto à história da revolução rio-grandense, sua análise mais uma vez, não é de caráter patriótico ou nacionalista como das revoltas ocorridas antes da independência do Brasil, sua análise é de que a revolução foi de grande perturbação da ordem por parte dos revoltosos. Narra de maneira a fazer o leitor encarar os revoltosos como antipatrióticos e anarquistas. O pensamento quanto ao antipatriotismo fica a cargo do fácil caráter patriótico que tomou o coração dos revoltosos com os insurgentes descontentes com o governo central, se aliando a outros governos como o de Buenos Aires para conseguir apoio contra a metrópole.

A falta de respeito quanto as fronteiras que deveriam ser existir com o Uruguai remarcavam os tempos em que a província cisplatina fazia parte do império do Brasil, assim Rocha Pombo acusa os rio-grandenses de terem a influencia separatista dos estados que foram

colônia da Espanha. Faz uma narrativa heroico militar dos esforços do governo do Rio de Janeiro em abafar aquela revolta, narra as batalhas quase em sua íntegra, sem deixar de ressaltar qualidades dos dirigentes rio-grandenses, principalmente por conta de eles abraçarem a causa Republicana. Quanto ao movimento o autor narra:

Era o movimento mais temeroso de quantos haviam perturbado a vida do império – pode-se dizer ainda(sic) sua fase de organização. Em toda parte houve motins e revoltas, que não passaram nunca de dissídios políticos, sem nenhum plano de luta, nem ideal a defender. Só no Rio Grande, aquele ato de força que a 20 de Setembro de 1835 derriba o presidente Fernandes Braga, e que parecia não ter outro intuito senão corrigir os desacertos do delegado imperial, assume proporções de grande causa para quase toda uma população, e afronta o governo(sic) do império durante mais de nove anos. Ainda hoje não se compreende bem como foi possível, naquele momento, salvar de transe tão penoso a integridade política do território. Só mesmo ao poder de fortes nexos de solidariedade a união é que se há de atribuir aquela fortuna com que, de 1831 em diante por quase 20 anos, se conservou unido o país. (POMBO, 1947, V5, p.65)

Continua em seu primeiro capítulo tratando de questões políticas em torno do ano de 1842 e o ato da Maior Idade que colocou D. Pedro II no governo, a disputa entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, tendo os conservadores assumido o poder, mas ainda buscando a confiança do povo brasileiro. A instabilidade do governo fez com que se inflamasse uma pequena revolta entre os liberais, facilmente abafada pelo governo imperial. Diferente da revolução pernambucana de 1848, esta uma revolução trata por Rocha Pombo como de grande peso político, marcando o período da década de 1840 como de consolidação econômica e política do segundo reinado, sendo o abafamento da revolução em Pernambuco uma demonstração de força por parte do governo imperial.

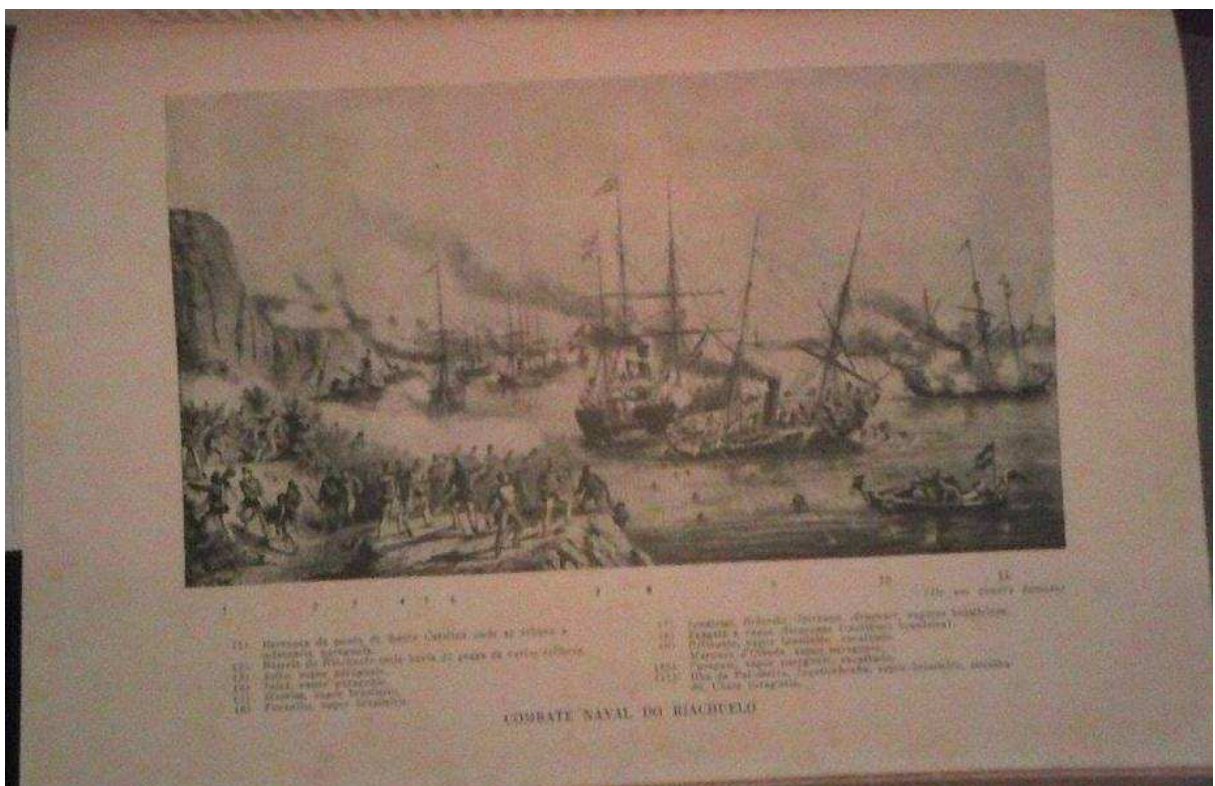
O segundo capítulo do volume, vigésimo da coleção, faz a narrativa dos problemas externos que passou o país durante o segundo reinado. Trata como “vencido o longo e difícil período da nossa organização política” (Idem, p.109) tendo entre 1850 e 1870 começando as complicações no exterior, exalta que as complicações externas sendo como importante fator para a paz interna. Rocha Pombo disserta quando a suspeita que levantava sobre as nações vizinhas o país se tornar o mais rico e mais forte da América Latina, estas questões estando incubadas desde as independências das nações vizinhas e das disputas pelas fronteiras.

Sua narrativa começa a tratar da situação política vivida nos países da América Latina. Disserta sobre a Guerra do Paraguai como se o Brasil houvesse sido atacado em um cenário de guerra pelo qual não teria culpa, e teria sofrido o ataque do ditador paraguaio tratado na obra como ardiloso e maldoso se preparando para tomar pelas armas a América Latina. O autor narra:

Com grande afã cuidam os aliados de aparelhar e pôr em movimento as suas forças(sic). O Brasil via-se numa situação excepcional, tendo de acudir ao teatro da

guerra, e ao mesmo tempo de ir em socôrro(sic) da longínqua província de Mato-Grosso, agora isolada e entregue às violências e depredações dos paraguaios. Só pelo interior podiam ser expedidas fôrças(sic) para alí(sic); e isso tinha de fazer-se com toda a possível urgência, e sem desfalcar muito os contingentes de linha e outras milícias que destinam ao sul. (POMBO, 1947, V5, p.161)

Rocha Pombo disserta em 67 páginas quanto às situações políticas envolvidas na Guerra do Paraguai, sua narrativa de fatos, dia a dia, batalha a batalha, faz dos atos de guerra do Brasil atos de heroísmo e bravura dotados de sentimentos e moral libertador fazendo de Solano Lopez um homem de moral duvidosa. Este trecho do livro é ilustrado com três imagens impactantes para a compreensão do período e de caráter patriótico, “Batalha do Riachuelo”, “Batalha do Avai” e “Entrada triunfal dos Voluntários da Pátria (1870)”.



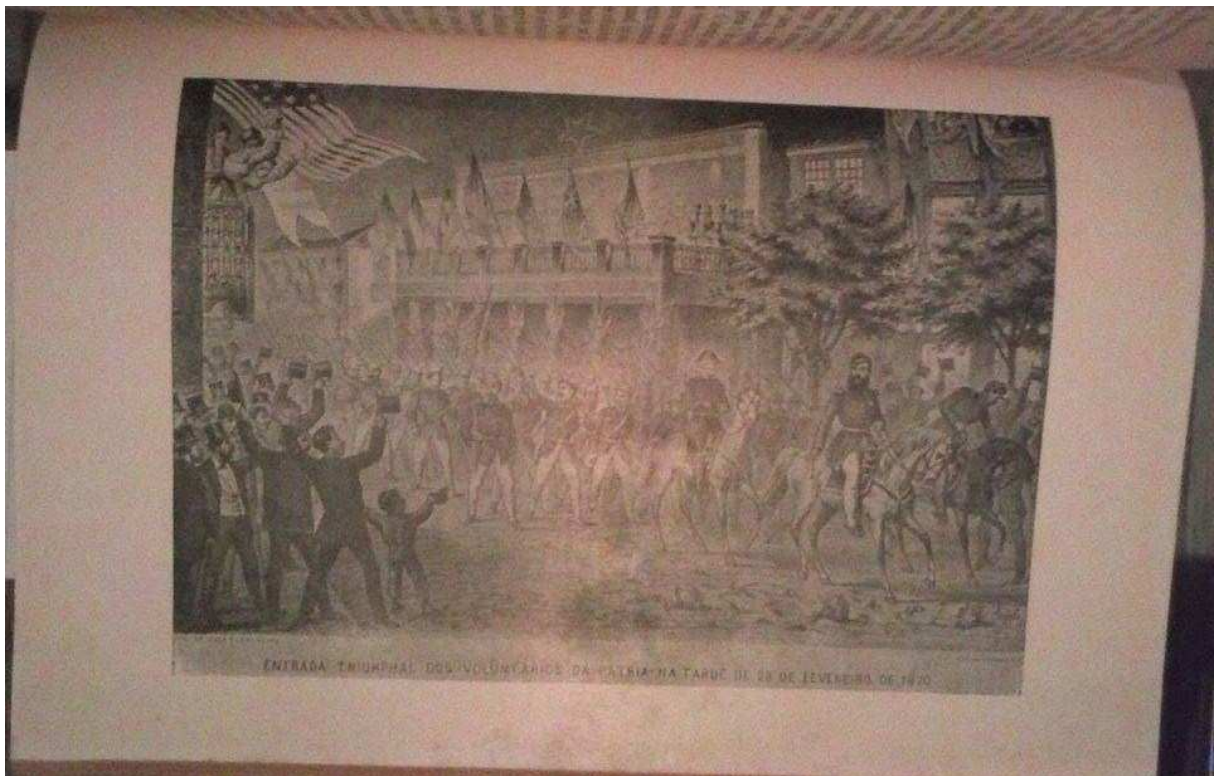
(Figura 17 – Imagem da página 174, do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil**: Volume V, *A república*. Acervo do autor.)





(**Figura 18** – Imagem da página 206, do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil:** Volume V, *A república*. Acervo do autor.)

O protagonismo brasileiro na guerra vem ressaltar o fortalecimento da instituição governamental imperial, e a unificação brasileira em prol da defesa de seu território e interesses, nascendo neste momento à imagem de um país líder da América Latina.



(**Figura 19** – Imagem da página 222, do livro de ROCHA, Pombo. **História do Brasil: Volume V, A república.** Acervo do autor.)

A visão heroica, e pacificadora segundo o autor é benéfica para os paraguaios que estariam ao final da guerra livres para existir.

Desmentido o que a perfídia apregoava até fora da América (e principalmente quanto aos intuídos do Brasil), no dia da vitória estiveram os aliados perfeitamente fiéis aos seus compromissos: entregaram aos seus próprios filhos, a nação redimida, e livre daquele algoz. Disso podem desvanecer-se os três povos que com tanto sacrifício tiveram de fazer tão rude campanha. Nada seria capaz de mostrar quanto é legítima essa ufania como a situação internacional que se seguiu à guerra – situação de perfeita harmonia entre os países que estiveram em armas. Isso prova como o povo paraguaio soube separar a sua própria da causa da tirania que o infelicitou. Hoje, na pela consciência(sic) da sua função histórica, pode êle(sic) dizer que é tão digno de existir, e que vai tão seguro dos seus destinos como as demais repúblicas americanas (POMBO, 1947, V5, p.226).

Em seu quarto capítulo do volume V, o XXI da coleção, Rocha Pombo trata dos acontecimentos posteriores a Guerra do Paraguai, exalta que após o ano de 1870 uma euforia toma conta da população brasileira, em parte pelo fim da campanha no Paraguai, que veio renovar a fé e o vigor daquela geração alcançando o êxito através das armas, mas também os avanços econômicos conseguidos ao longo daquela década.

O autor permanece com sua narrativa heróica referente à guerra dando importância a ela no espírito patriótico de devoção ao governo imperial por seus atos marcantes. A guerra segundo o autor foi um marco de união do país deixando em uma esfera secundária todas as disputas internas que marcaram o seu passado. Sua narrativa passa pelo fortalecimento das forças armadas, que segundo o autor se fundam a Marinha e o Exército, em uma força de defesa da pátria que deveria manter-se organizada, e o retorno dos soldados em tom de heroísmo listando os principais nomes. Entre os legados que a Guerra do Paraguai trouxe para o Brasil são os holofotes de nação conciliadora, dominante, e cordial aos seus vizinhos da América Latina. Rocha Pombo narra o crescimento das ações diplomáticas brasileiras tanto na América quanto na Europa continuando com a política instituída desde sua Independência, porém ampliando sua influência no cenário internacional.

Os anos após a guerra também são de reestruturação econômica, tendo o espírito nacionalista do pós guerra chegado segundo o autor em todas as classes do país. Investimentos de base foram feitos para que a integração de todo o país fosse feita de maneira a facilitar a ampliação do comércio, e a criação de indústrias – apontadas pelo autor como de fundamental importância para a riqueza da nação. Assim, ele narra:

Para a sorte de ambas em toda parte, sentia-se, como primeira e mais instante, a necessidade de desenvolver a viação terrestre, fluvial e marítima. Num país tão vasto, e onde a população se acha ainda tão rarefeita, toda produção tem de ficar sem valor si não encontra meios de procurar mercados de consumo; e não há sem

dúvidas estímulos(sic) que no ânimo dos pequenos lavradores, nem mesmo dos próprios grandes proprietários rurais possam suprir a desvalorização da produção (POMBO, 1947, V5, p.254)

O terceiro sub-tópico do capítulo, “A nossa cultura durante o segundo reinado” vem fazendo um histórico do período entre 1840 e 1889, dividindo a formação de nossa cultura em “três grupos principais: os do primeiro representados pela ação oficial; os do segundo, pelo esforço(sic) das associações científicas e literárias; e os do terceiro, pela imprensa” (POMBO, 1947, V5, p.269). Neste sub-tópico Rocha Pombo traz um histórico das instituições e ações oficiais para a criação de cultura no país, e a importância desta cultura para o sentimento pátrio da nação, as informações trazidas por ele salientam a importância das ações no segundo império para a formação educacional do país, a criação de escolas secundárias, as instituições históricas e artísticas.

A população mais letrada, capaz de compreender e pensar seus atos, a ação da imprensa com uma maior difusão de ideias pela nação, segundo o autor geram uma maior consciência política na população, consciência esta que de 1870 consegue tomar conta do espaço cultural ocupado principalmente pela francesa, segundo o autor “as guerras externas, principalmente a do Paraguai, retardaram por uns vinte anos a larga eclosão que de 1870 em diante se vai fazer.” (POMBO, 1947, V5, p.283)

O último sub-tópico do capítulo, “A civilização brasileira nos fins do século XIX” vem fazendo um histórico dos tempos do descobrimento, dos séculos XVII e XVIII, revisitando em 15 páginas os acontecimentos referentes à política nacional e construção da identidade brasileira. Salienta a integração do das regiões do país graças às obras de estrutura feitas nas últimas décadas do império e de como esta integração deu ao Brasil uma unidade de pensamentos e de cultura.

O último capítulo da obra, o XXII – “A fase Republicana” – Rocha Pombo chega ao seu tempo atual de escrita, o autor problematiza esta situação já no primeiro parágrafo do capítulo.

É evidente que a República ainda não pode ter a sua história definitiva. Si fatos menos recentes ainda se controvertem, e estão por apurar, quanto mais os que se passaram a pouco menos que em nossos dias, e que se acham, portanto, sujeitos a contradição de testemunhas ainda vivas. (POMBO, 1947, V5, p.301)

Aparece aqui à preocupação do autor em haver mais de um discurso quanto à história descrita no livro, este período podendo ser dotado de contestação tem seu capítulo dividido em XXI sub-tópicos, sendo VIII dedicados ao final do período Imperial. A riqueza de detalhes trazida pelo autor neste capítulo vem exaltar os fatos ocorridos que findaram na queda do império e a instituição da República, nas primeiras páginas o autor se dedica a uma discussão

filosófica da formação dos estados nacionais na América Latina, sua vinculação com a Europa mesmo após a sua independência política e as diferenças que levaram as colônias espanholas no ato de sua independência se dividirem em várias repúblicas diferentes, enquanto a brasileira se mantendo unida.

A figura de D. Pedro II neste capítulo toma uma forma de fraqueza, o segundo imperador do Brasil e seu caráter liberal, sua paixão pelas letras, são colocados como fraquezas na execução de sua função como líder da nação, estas colocações de Rocha Pombo vão contra suas afirmações no capítulo anterior onde ressalta que os maiores avanços da história do país, tanto se analisando pela cultura, quanto pela economia, teriam acontecido entre os anos do segundo reinado, porém em sua narrativa raramente citava o nome de D. Pedro II, e sim o nome de Chefes de Províncias, integrantes de sociedade comerciais, e políticos liberais. Rocha Pombo traz na íntegra o relatório apresentado para o Chefe de Governo Provisório quanto à situação das finanças do país após a saída da Monarquia, uma clara impressão de que teria o estado gastos excessivos com a instituição católica.

Sua descrição dos fatos dá a impressão de que o fim da monarquia sendo algo claro, e que a república seria o passo seguinte a ser dado pela nação em nome da expansão de seu espírito nacional, seu desejo de liberdade e de direitos. Onde os fatos ocorridos todos combinassem para a situação da virada política do país.

O Marechal Deodoro é exaltado durante a narrativa do livro como um homem capaz de levar o país a esta nova fase. Herói da guerra do Paraguai Deodoro era um homem de armas, porém, segundo Rocha Pombo, incapaz de lidar com as instabilidades após a implantação do período republicano.

Marechal Floriano Peixoto é tido como o consolidador da república, abafador de insurgências regionais e conflitos armados trazidos no capítulo com grande riqueza de detalhes, uma narrativa militar em minha análise pouco heróica, que se atém aos fatos ocorridos em batalhas, e pouco a atos de bravura ou de protagonismo individual.

Rocha Pombo não se aprofunda nas questões políticas de identidade, formação de espírito pátrio ou uma análise de razões pessoais para tomada de decisões de figuras públicas, este capítulo contendo mais a descrição de fatos ocorridos em uma ordem cronológica e pouco problematizada, a sucessão de fatos sendo o eixo central da escrita.



#### 4. Considerações Finais

O que se observa ao longo de toda esta pesquisa é a importância de institutos de pesquisa históricos para a formação de uma identidade nacional, neste caso específico o IHGB, e os usos de dados com um fim. Não podemos desvincular esta visão de história do período da realidade de outros locais por isso a vinculação feita por Guimarães e Circe Bittencourt com as obras francesas se fez importante neste trabalho.

A relação da escrita e das importâncias dadas a cada raça dentro da identidade nacional podemos ver refletidas nas discussões atuais quanto ao Livro Didático, a pouca visibilidade a história dos negros tem sido um dos maiores problemas encontrados na disciplina de História, este problema originou a lei de obrigatoriedade de ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, Lei No 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Onde podemos ver as permanências no discurso elitista sobre a educação não expressa claramente, pois como já citado Martius tem sua importância por ser um dos primeiros autores a citar a cultura negra e indígena como importante, mas por analisarmos que esta cultura ainda é marginal.

A questão de repensarmos e revisitarmos os instrumentos didáticos da disciplina escolar de História é de fundamental importância para problematizarmos questões quanto a nossa historiografia atual e relações com o modo de escrita eurocêntrica, e esta relação com os livros didáticos e a educação nacional. Posso citar a questão levantada em meu primeiro capítulo quanto a próximo a década de 1870 os professores começaram a escrever textos didáticos, que antes era reservado aos pesquisadores em História, talvez deste momento surja o abismo que vemos nos dias atuais entre a História tratada na academia e a História tratada nos livros didáticos, esta questão a qual não tenho uma resposta definida, mas para mim este tendo se mostrado um ponto de ruptura.

A obra didática de Rocha Pombo se destaca pelo autor ter sido considerado o historiador oficial da República Velha, e a larga utilização de sua obra didática, sendo editado após a instituição do estado novo. O caráter de formação do espírito patriótico da obra pode ser um indicio de sua larga utilização, mas podendo também isto se dar pela falta de produção didática no período, e a escrita do livro ser considerada positiva mesmo após a queda da República Velha.

A maneira como o autor trata a história do Brasil, sua descrição e construções políticas quanto cada época vivida demonstra a qual projeto histórico e educacional o escritor estava inserido. Rocha Pombo escreve sobre um passado que deveria ser feito e verdades,

tomado de brios e heróis para que a nação tivesse uma imagem no passado para poder visionar o futuro, a maneira como traz a D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II demonstra a necessidade liberal de se estabelecer ideologicamente, podem sem romper totalmente com seus antecessores. Ao apresentar a mudança política no Brasil de Império para República como algo já desenhado ao longo dos anos no Brasil, Rocha Pombo traz para seu leitor as informações prontas, formadas, não facilitando uma leitura crítica dos fatos narrados.

A obra didática de Rocha Pombo é utilizada até a década de 1960 no Brasil, dando uma longevidade de aproximadamente 50 anos para sua obra didática. Este projeto educacional, o qual o autor se enquadra, teve contato com um número incalculável de alunos, estes tendo sido, ou não, influenciados por este modo de ver a História do Brasil, e ter seu “espírito patriótico” formado por construções historiográficas que iniciaram durante o império.

Em minha pesquisa não consegui encontrar dados quanto a efetividade destes projetos educacionais na formação deste espírito de nação, ou espírito patriótico. Ficando bastante curioso para compreender a efetividade que estes projetos educacionais exerciam sobre a sociedade, e o alcance do Livro Didático para a sociedade. O alcance e as mudanças impostas por modelos educacionais ao longo dos projetos de construção nacional é um campo de vasta pesquisa que dado o tempo para produção do trabalho não pude abordar, este tema necessitando de uma análise posterior referente a permanências na História do Brasil de Rocha Pombo, escrito no período da Primeira República, e as permanências e efetividades na formação do espírito pátrio dos estudantes que utilizaram a obra.

## 5. Bibliografia

- BARBOSA, Raquel L L. **A construção do “herói”**: *leitura na escola* – Assis (1920-1950).SP: Ed.UNESP, 2001.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria Civilização e Trabalho**. São Paulo: Edições Loyola, 1990
- BITTENCOURT, C. M. F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In OLIVEIRA, M. A. T. de; RANZI, S. M. F. (Orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidades e ensino de história do Brasil. In: **Ensino da história e memória coletiva** / Mario Carretero, Alberto Rosa e Maria Fernanda Gozález (organizadores) – Porto Alegre: Artmed, 2007.
- Burke, Peter. **A escola dos annales, 1929-1989-A revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora UNESP, 1992
- CARVALHO, J. M. **A Formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FIGUEIREDO, Luciano. **Rebeliões no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. “Ver para compreender”: arte, livro didático e a história da nação. In: SIMAN, Lana Mara de Castro. **Inaugurando a História e construindo a nação: discurso e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte : Autentica, 2001.
- FREITAS, Itamar. **A pedagogia histórica de Jonathas Serrano**: uma teoria do ensino de história para a escola secundária brasileira (1913/1935). São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teiveira, 2008
- FREITAS, Itamar. **História do ensino de história no brasil (1890 – 1945)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teiveira, 2006
- FREITAS, Itamar. **História do ensino de história no brasil Vol 2**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

- FURTADO, João Pinto. Imaginando a nação: o ensino de história da Inconfidência Mineira na perspectiva da crítica historiográfica. In: SIMAN, Lana Mara de Castro. **Inaugurando a História e construindo a nação: discurso e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte : Autentica, 2001.
- GASSPARELLO, Arlette Medeiros: **Construtores de uma identidade** : a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.
- GOMES, Ângela Maria de castro: **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2008
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Rio de Janeiro , 1998
- MARTIUS, Karl Friederich Phillipe Von. “Como se deve escrever a história do Brasil” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 6: 381-403, 1844; 2ªED. 389-411
- MAMIGONIAN, Beatriz:. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, K. e SALLES. R. **Coleção Brasil Imperial**, vol 1. P.39 – 74.
- MELLO, Maria Thereza C.: **A República Consentida**. São Paulo: Fundação Editora UNESP , 2007
- MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de, **Senhores da história e do esquecimento: A construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX**. Belo Horizonte, MG: Argymentym, 2008.
- PAIVA, Eduardo França. **De português a mestiço: o imaginário brasileiro sobre a colonização e sobre o Brasil**. In: SIMAN, Lana Mara de Castro. **Inaugurando a História e construindo a nação: discurso e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte : Autentica, 2001.
- PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. **Óleo sobre tela, olhos para a história: memória e pintura histórica nas Exposições Gerais de Belas Artes do Brasil Império: (1872 e 1879)**. Rio de Janeiro: 7Letras: Faperj, 2013
- POMBO, Rocha. **História do Brasil: Volume I, O descobrimento e a colonização**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947
- POMBO, Rocha. **História do Brasil: Volume II, O Regime colonial**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947
- POMBO, Rocha. **História do Brasil: Volume III, A formação do espírito da pátria**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947
- POMBO, Rocha. **História do Brasil: Volume IV, A independência**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947

POMBO, Rocha. **História do Brasil**: Volume V, A república. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1947

SIMAN, Lana mara de Castro Siman. Pintando o descobrimento: o ensino de História e o Imaginário de adolescentes. In: SIMAN, Lana Mara de Castro. **Inaugurando a História e construindo a nação**: discurso e imagens no ensino de História. Belo Horizonte : Autentica, 2001.

ZOTTI, Solange Aparecida, O ensino secundário no Império Brasileiro: Considerações Sobre a Função social e o Currículo do Colégio D. Pedro II. Revista **HISTEDBR On-line**, Campinas, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005 - ISSN: 1676-2584

## 6. ANEXOS:

### 6.1. – Anexo 1: Membros da Academia Brasileira de Letras

Cadeira	Patrono	Fundador	Sucessores (ano da eleição)
1	Adelino Fontoura	Luís Murat	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Afonso d'Escragnoille Taunay (1929)</li> <li>• Ivan Lins (1958)</li> <li>• Bernardo Élis (1975)</li> <li>• Evandro Lins e Silva (1998)</li> <li>• Ana Maria Machado (2003)</li> </ul>
2	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• João Neves da Fontoura (1936)</li> <li>• Guimarães Rosa (1963)</li> <li>• Mário Palmério (1968)</li> <li>• Tarcísio Padilha (1997)</li> </ul>
3	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Roberto Simonsen (1945)</li> <li>• Aníbal Freire da Fonseca (1948)</li> <li>• Herberto Sales (1971)</li> <li>• Carlos Heitor Cony (2000)</li> </ul>
4	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alcides Maya (1913)</li> <li>• Vianna Moog (1945)</li> <li>• Carlos Nejar (1988)</li> </ul>
5	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Osvaldo Cruz (1912)</li> <li>• Aloísio de Castro (1917)</li> <li>• Cândido Mota Filho (1970)</li> <li>• Rachel de Queiroz (1977)</li> <li>• José Murilo de Carvalho (2004)</li> </ul>
	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artur Jaceguai (1907)</li> <li>• Goulart de Andrade (1915)</li> </ul>

6			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Barbosa Lima Sobrinho (1937)</li> <li>• Raymundo Faoro (2000)</li> <li>• Cícero Sandroni (2003)</li> </ul>
7	Castro Alves	Valentim Magalhães	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Euclides da Cunha (1903)</li> <li>• Afrânio Peixoto (1910)</li> <li>• Afonso Pena Júnior (1947)</li> <li>• Hermes Lima (1968)</li> <li>• Pontes de Miranda (1979)</li> <li>• Diná Silveira de Queirós (1980)</li> <li>• Sérgio Correia da Costa (1983)</li> <li>• Nelson Pereira dos Santos (2006)</li> </ul>
8	Cláudio Manoel da Costa	Alberto de Oliveira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oliveira Viana (1937)</li> <li>• Austregésilo de Ataíde (1951)</li> <li>• Antônio Calado (1994)</li> <li>• Antônio Olinto (1997)</li> <li>• Cleonice Berardinelli (2009)</li> </ul>
9	Gonçalves de Magalhães	Carlos Magalhães de Azeredo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Marques Rebelo (1964)</li> <li>• Carlos Chagas Filho (1974)</li> <li>• Alberto da Costa e Silva (2000)</li> </ul>
10	Evaristo da Veiga	Ruy Barbosa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Laudelino Freire (1923)</li> <li>• Osvaldo Orico (1937)</li> <li>• Orígenes Lessa (1981)</li> <li>• Lêdo Ivo (1986)</li> <li>• Rosiska Darcy de Oliveira (2003)</li> </ul>
	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pedro Lessa (1910)</li> <li>• Eduardo Ramos</li> </ul>



11			<p>(1922)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• João Luís Alves (1923)</li> <li>• Ademar Tavares (1926)</li> <li>• Deolindo Couto (1963)</li> <li>• Darcy Ribeiro (1992)</li> <li>• Celso Furtado (1997)</li> <li>• Hélio Jaguaribe (2005)</li> </ul>
12	França Júnior	Urbano Duarte	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Antônio Augusto de Lima (1903)</li> <li>• Vítor Viana (1935)</li> <li>• José Carlos de Macedo Soares (1937)</li> <li>• Abgar Renault (1968)</li> <li>• Dom Lucas Moreira Neves (1996)</li> <li>• Alfredo Bosi (2003)</li> </ul>
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Francisco de Castro (1899)</li> <li>• Martins Júnior (1902)</li> <li>• Sousa Bandeira (1905)</li> <li>• Hélio Lobo (1918)</li> <li>• Augusto Meyer (1960)</li> <li>• Francisco de Assis Barbosa (1970)</li> <li>• Sérgio Paulo Rouanet (1992)</li> </ul>
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carneiro Leão (1994)</li> <li>• Fernando de Azevedo (1967)</li> <li>• Miguel Reale (1975)</li> <li>• Celso Lafer (2006)</li> </ul>
	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Amadeu Amaral (1919)</li> </ul>

15			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Guilherme de Almeida (1930)</li> <li>• Odilo Costa Filho (1969)</li> <li>• Dom Marcos Barbosa (1980)</li> <li>• Padre Fernando Bastos de Ávila (1997)</li> <li>• Marco Lucchesi (2011)</li> </ul>
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Félix Pacheco (1912)</li> <li>• Pedro Calmon (1936)</li> <li>• Lygia Fagundes Telles (1985)</li> </ul>
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Osório Duque-Estrada (1915)</li> <li>• Roquette-Pinto (1927)</li> <li>• Álvaro Lins (1955)</li> <li>• Antônio Houaiss (1971)</li> <li>• Affonso Arinos de Mello Franco (1999)</li> </ul>
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Barão Homem de Melo (1916)</li> <li>• Alberto Faria (1918)</li> <li>• Luís Carlos (1926)</li> <li>• Pereira da Silva (1933)</li> <li>• Peregrino Júnior (1945)</li> <li>• Arnaldo Niskier (1984)</li> </ul>
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dom Silvério Gomes Pimenta (1919)</li> <li>• Gustavo Barroso (1923)</li> <li>• Silva Melo (1960)</li> <li>• Américo Jacobina Lacombe (1974)</li> <li>• Marcos Almir</li> </ul>

			<p>Madeira (1993)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Antonio Carlos Secchin (2004)</li> </ul>
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emílio de Meneses (1914)</li> <li>• Humberto de Campos (1919)</li> <li>• Múcio Leão (1935)</li> <li>• Aurélio de Lira Tavares (1970)</li> <li>• Murilo Melo Filho (1999)</li> </ul>
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mário de Alencar (1905)</li> <li>• Olegário Mariano (1926)</li> <li>• Álvaro Moreyra (1959)</li> <li>• Adonias Filho (1965)</li> <li>• Dias Gomes (1991)</li> <li>• Roberto Campos (1999)</li> <li>• Paulo Coelho (2002)</li> </ul>
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Miguel Osório de Almeida (1935)</li> <li>• Luís Viana Filho (1954)</li> <li>• Ivo Pitanguy (1990)</li> </ul>
23	José de Alencar	Machado de Assis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lafayette Rodrigues Pereira (1909)</li> <li>• Alfredo Pujol (1917)</li> <li>• Otávio Mangabeira (1930)</li> <li>• Jorge Amado (1961)</li> <li>• Zélia Gattai (2001)</li> <li>• Luiz Paulo Horta (2008)</li> <li>• Antônio Torres (2013)</li> </ul>

24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Luís Guimarães Filho (1917)</li> <li>• Manuel Bandeira (1940)</li> <li>• Ciro dos Anjos (1969)</li> <li>• Sábado Magaldi (1994)</li> </ul>
25	Junqueira Freire	Franklin Dória	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artur Orlando da Silva (1907)</li> <li>• Ataulfo de Paiva (1916)</li> <li>• José Lins do Rego (1955)</li> <li>• Afonso Arinos de Melo Franco (1958)</li> <li>• Alberto Venancio Filho (1998)</li> </ul>
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paulo Barreto (1910)</li> <li>• Constâncio Alves (1922)</li> <li>• Ribeiro Couto (1934)</li> <li>• Gilberto Amado (1963)</li> <li>• Mauro Mota (1970)</li> <li>• Marcos Vilaça (1985)</li> </ul>
27	Antônio Peregrino Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dantas Barreto (1910)</li> <li>• Gregório da Fonseca (1931)</li> <li>• Levi Carneiro</li> </ul>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• (1936)</li> <li>• Otávio de Faria (1972)</li> <li>• Eduardo Portella (1981)</li> </ul>
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Xavier Marques (1919)</li> <li>• Menotti Del Picchia (1943)</li> <li>• Oscar Dias Correia (1989)</li> <li>• Domício Proença Filho (2006)</li> </ul>
29	Martins Pena	Artur Azevedo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vicente de Carvalho (1909)</li> <li>• Cláudio de Sousa (1924)</li> <li>• Josué Montello (1954)</li> <li>• José Mindlin (2006)</li> <li>• Geraldo Holanda Cavalcanti (2010)</li> </ul>
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Heráclito Graça (1906)</li> <li>• Antônio Austregésilo (1914)</li> <li>• Aurélio Buarque de Holanda (1961)</li> <li>• Nélide Piñon (1989)</li> </ul>
31	Pedro Luís Pereira de Sousa	Guimarães Júnior	<ul style="list-style-type: none"> <li>• João Ribeiro (1898)</li> <li>• Paulo Setúbal (1934)</li> <li>• Cassiano Ricardo (1937)</li> <li>• José Cândido de Carvalho (1974)</li> <li>• Geraldo França de Lima (1989)</li> <li>• Moacyr Scliar (2003)</li> <li>• Merval Pereira (2011)</li> </ul>

32	Manuel de Araújo Porto-Alegre	Carlos de Laet	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ramiz Galvão (1928)</li> <li>• Viriato Correia (1938)</li> <li>• Joracy Camargo (1967)</li> <li>• Genolino Amado (1973)</li> <li>• Ariano Suassuna (1989)</li> </ul>
33	Raul Pompéia	Domício da Gama	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fernando Magalhães (1926)</li> <li>• Luís Edmundo (1944)</li> <li>• Afrânio Coutinho (1962)</li> <li>• Evanildo Cavalcante Bechara (2000)</li> </ul>
34	Sousa Caldas	Pereira da Silva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Barão do Rio Branco (1898)</li> <li>• Lauro Müller (1912)</li> <li>• Dom Aquino Correia (1926)</li> <li>• Magalhães Júnior (1956)</li> <li>• Carlos Castelo Branco (1982)</li> <li>• João Ubaldo Ribeiro (1993)</li> </ul>
35	Tavares Bastos	Rodrigo Otávio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rodrigo Otávio Filho (1944)</li> <li>• José Honório Rodrigues (1969)</li> <li>• Celso Cunha (1987)</li> <li>• Cândido Mendes (1989)</li> </ul>
	Teófilo Dias	Afonso Celso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Clementino</li> </ul>

36			<p>Fraga (1939)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Paulo Carneiro (1971)</li> <li>• José Guilherme Merquior (1982)</li> <li>• João de Scantimburgo (1991)</li> <li>• Fernando Henrique Cardoso (2013)</li> </ul>
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alcântara Machado (1931)</li> <li>• Getúlio Vargas (1941)</li> <li>• Assis Chateaubriand (1954)</li> <li>• João Cabral de Melo Neto (1968)</li> <li>• Ivan Junqueira (2000)</li> </ul>
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Santos Dumont (1931)</li> <li>• Celso Vieira (1933)</li> <li>• Maurício Campos de Medeiros (1955)</li> <li>• José Américo de Almeida (1966)</li> <li>• José Sarney (1980)</li> </ul>
39	Francisco Adolfo de Varnhagen	Oliveira Lima	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alberto de Faria (1928)</li> <li>• Rocha Pombo (1933)</li> <li>• Rodolfo Garcia (1934)</li> <li>• Elmano Cardim (1950)</li> <li>• Otto Lara Resende (1979)</li> <li>• Roberto</li> </ul>



			Marinho (1993) <ul style="list-style-type: none"> <li>• Marco Maciel (2003)</li> </ul>
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Afonso Arinos (1901)</li> <li>• Miguel Couto (1916)</li> <li>• Alceu Amoroso Lima (1935)</li> <li>• Evaristo de Moraes Filho (1984)</li> </ul>

(Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=540> Visualizado em: 30/06/2014 as 17:30)

6.2. – Anexo 2: Índice de imagens da obra História do Brasil de Rocha Pombo.

Volume	Nome da Obra	Autor
Volume I: O descobrimento e a colonização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rocha Pombo</li> <li>• O descobrimento do Brasil</li> <li>• A primeira missa no Brasil</li> <li>• Martim Afonso de Souza no porto de Piassaguera, a caminho de Piratininga</li> <li>• Fundação de São Paulo</li> <li>• Fortaleza de Villegagnon</li> <li>• Martim Afonso de Souza</li> <li>• Captura de navios carregados de açúcar pelo Almirante Pieterse Heyn, na Baía de todos os Santos</li> <li>• Primeira Batalha dos Guararapes</li> </ul>	<p>Desconhecido</p> <p>Osmar Pereira da Silva</p> <p>Victor Meirelles</p> <p>B. Carvalho</p> <p>Antônio Parreira</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Victor Meirelles</p>
Volume II: O regime Colonial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuição das Donatarias</li> <li>• Padre Antônio Vieira</li> <li>• Engenho de açúcar nos tempos coloniais</li> <li>• O sertão Brasileiro na época das Bandeiras</li> </ul>	<p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p>
Volume III: A formação do espírito da pátria	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Grito do Ipiranga</li> <li>• A partida da Monção</li> <li>• Fernão dias Pais Leme</li> <li>• O Tiradentes</li> <li>• A Partida do Príncipe Regente de Portugal para o Brasil (1807)</li> <li>• Desembarque de S. A. a Princesa Real, no Rio de Janeiro (1807)</li> <li>• Aclamação de D. João VI</li> </ul>	<p>Pedro Americo</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p>
Volume IV: A independência	<ul style="list-style-type: none"> <li>• D. Pedro II</li> <li>• Rancho, no Ipiranga, onde almoçou D. Pedro I, em 7 de Setembro de 1822.</li> </ul>	<p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aclamação de D. Pedro I</li> <li>• Almirante Cochrane</li> </ul>	<p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p>
Volume V: A república	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brigadeiro Tobias</li> <li>• Proclamação da República Riograndense</li> <li>• Regente Feijó</li> <li>• Batalha dos Santos-Lugares</li> <li>• Batalha do Riachuelo</li> <li>• Batalha do Avaí</li> <li>• Entrada triunfal dos Voluntários da Pátria (1870)</li> <li>• Juramento da Princesa Isabel</li> <li>• Conselheiro João Alfredo</li> <li>• D. Pedro II</li> <li>• A família Imperial a bordo do “Alagoas” a caminho do exílio</li> <li>• Marechal Deodor</li> <li>• Grupo dos negociadores do tratado de Petrópolis com os seus auxiliares.</li> </ul>	<p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Pedro Americo</p> <p>Desconhecido</p> <p>Victor Meirelles</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p> <p>Desconhecido</p>